**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI**
**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO**
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**
**PROCESSOS SÓCIO-EDUCATIVOS E PRÁTICAS ESCOLARES**

# O PENSAMENTO EDUCACIONAL DE ESTEVAM DE OLIVEIRA EXPRESSO ATRAVÉS DO JORNAL *CORREIO DE MINAS* (1897-1908)

Marília Neto Kappel

São João del-Rei
2010

# Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

# O PENSAMENTO EDUCACIONAL DE ESTEVAM DE OLIVEIRA EXPRESSO ATRAVÉS DO JORNAL *CORREIO DE MINAS* (1897-1908)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São João del-Rei, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Mestranda: Marília Neto Kappel

Orientador: Prof. Dr. Laerthe de Moraes Abreu Junior

São João del-Rei
2010

MARÍLIA NETO KAPPEL

# O PENSAMENTO EDUCACIONAL DE ESTEVAM DE OLIVEIRA EXPRESSO ATRAVÉS DO JORNAL *CORREIO DE MINAS* (1897-1908)

**Banca Examinadora**

Prof. Dr. Laerthe de Moraes Abreu Junior – UFSJ – Orientador

Profª. Drª. Dalva Carolina de Menezes Yazbeck (Lola) – UFJF

Prof. Dr. Écio Antônio Portes – UFSJ

São João del-Rei
2010

Ao Miguel meu filho, o presente
de Deus em minha vida.
E a minha mãe Ana, que sempre me
incentivou nos caminhos da profissão
docente.

# AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida.

Aos meus pais, pela oportunidade de vir a este mundo.

Ao Miguel, pela compreensão nos momentos de minha ausência.

Aos meus avós, principalmente a minha avó Dagmar, pelas orações, e a meu avô Jorge, por ter-me apresentado ao mundo da leitura.

Aos meus irmãos Anderson e Eduardo, pelo carinho e incentivo.

À Lola, não só pela participação da minha banca, mas por ter sido a primeira pessoa a me inserir no mundo das pesquisas acadêmicas e principalmente pela amizade construída ao longo desses anos.

Às minhas amigas Lígia e Priscila, pelas discussões acadêmicas durante o trajeto Juiz de Fora – São João del-Rei e principalmente pela amizade e companheirismo; com vocês, dividi, mais de perto, os momentos alegres e também os difíceis.

Ao meu Orientador, professor Dr. Laerthe de Moraes Abreu Junior, pela confiança depositada, quando me aceitou como orientanda.

Ao professor Dr. Écio Antônio Portes, por aceitar participar da minha banca.

Aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São João del-Rei, pela dedicação, competência e compromisso com o trabalho desenvolvido.

À minha turma do Mestrado, que percorreu comigo esta jornada, dividindo os desafios e multiplicando as experiências.

À amiga Milena Candiá, pelo carinho, apoio e também pelas dicas, antes mesmo de meu ingresso no Mestrado.

À Simone Rocha Gonçalves, pela sua alegria e disposição ao me atender todas as vezes que precisei.

À Heliane Casarin, bibliotecária responsável pelo Setor de Memórias da Biblioteca Municipal Murilo Mendes em Juiz de Fora, por me receber tão carinhosamente e me ajudar na consulta aos jornais no período da pesquisa.

À Rita Vianna Rosa, que, apesar de conhecer há pouco tempo, mostrou-se muito prestativa ao dividir comigo o seu conhecimento e alguns textos.

À Leila Rose Márie, pela revisão do trabalho, pelo carinho e principalmente pela vontade que possui em ajudar as pessoas.

A todos os meus familiares e amigos que, apesar de não citar o nome de cada um, sei que oraram e torceram muito por mim durante todo esse tempo.

O homem se forma através dos
acontecimentos sociais, como o mineral
através de inúmeras transformações
geológicas. Estudar um homem importa
estudar todas as frações populares em
cujo contato ele viveu.
(J. Paixão, 1896)

# RESUMO

O presente trabalho pretende resgatar o pensamento educacional de Estevam de Oliveira expresso através das páginas de seu jornal **Correio de Minas**, durante o período de 1897 a 1908. Para tanto, procura-se compreender um pouco sobre a história de Juiz de Fora, ambiente no qual Estevam de Oliveira viveu a maior parte de sua vida e produziu a maior parte de sua obra sobre a educação em Minas Gerais, durante a Primeira República. Esta pesquisa sustenta suas análises em uma concepção mais dilatada de Intelectual, entendido não só como aquele que produz cultura, mas como aquele que a organiza e a legitima em uma dada sociedade, participando dela por meio do engajamento demonstrado através da imprensa periódica da qual Estevam de Oliveira fazia parte. Desse modo, faz-se necessária uma apreciação de suas produções para verificar de que forma as mesmas contribuíram para a educação em Minas Gerais no período analisado. Vale lembrar que esta pesquisa resgata uma história ainda pouco explorada pela historiografia, ou seja, a análise dos artigos de Estevam de Oliveira no que se refere à Educação em Minas Gerais, nos primeiros anos da República, permitindo revelar a complexidade que envolve esse ator social não só com relação aos aspectos mais subjetivos de sua atuação, como também pelo fato de ter sido educador, jornalista e Inspetor Técnico de Ensino e pela argúcia e pelo discurso desse Intelectual, que via na Educação um meio capaz e eficiente de civilizar a nação brasileira.

**Palavras-chave**: Estevam de Oliveira. Intelectual. Imprensa.

# ABSTRACT

This work aims to restore Estevam de Oliveira's educational thought expressed through the pages of his **Correio de Minas** newspaper during the period up 1897 to 1908. To do this, we have to understand a little bit about the history of Juiz de Fora, the place in which he lived most of his life and produced most of his works on education in Minas Gerais during the First Republic. This research supports its analysis in a more dilated comprehension about the Intellectual, not only as one who produces culture, but as one who organizes and legitimates it in a specific society, participating in it through the periodical press in which Estevam de Oliveira took part. Thus, it is necessary an analysis of his productions to see how they contributed to education in Minas Gerais in this period. It's important detached that this research rescues the story not much explored by historiographers, that is, the analysis of Estevam de Oliveira articles in relation to Education in Minas Gerais in the early years of the Republic, allowing to reveal the complexity that involves this social actor not only with respect to the more subjective aspects of its performance, but also because he has been an educator, journalist and Technical Inspector of Education and because his cleverness of this speech, who saw the education like a capable and efficient means to turn civilized the Brazilian nation.

**Keywords**: Estevam de Oliveira. Intellectual. Press.

# LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|---|---|
| ABL | Academia Brasileira de Letras |
| AML | Academia Mineira de Letras |
| EUA | Estados Unidos da América |
| NESCE | Núcleo de Estudos Sociais do Conhecimento e da Educação |
| PRM | Partido Republicano Mineiro |
| UFJF | Universidade Federal de Juiz de Fora |
| UFSJ | Universidade Federal de São João del-Rei |

## SUMÁRIO

**INTRODUÇÃO**..... 11

**CAPÍTULO I: O NOVO REGIME: A REPÚBLICA BRASILEIRA**..... 15

**1.1 Juiz de Fora no tempo da República……** 17

**1.2 Estevam de Oliveira na "Atenas de Minas"**..... 20

**1.3 Estevam de Oliveira na Imprensa juiz-forana……** 25

**1.4 A Academia Mineira de Letras e os Intelectuais de Juiz de Fora……** 28

**CAPITULO II: ESTEVAM DE OLIVEIRA E SUAS BIOGRAFIAS**..... 32

**2.1 A utilização da biografia como fonte……** 33

**2.2 Perfil biográfico de Estevam de Oliveira**..... 34

**CAPÍTULO III: O INTELECTUAL ESTEVAM DE OLIVEIRA**..... 38

**3.1 História Intelectual……** 39

**3.2.Conceito de Intelectual……** 41

**3.3 Estevam de Oliveira e a "Geração de 1870"……** 45

**CAPÍTULO IV: A EDUCAÇÃO ATRAVÉS DA IMPRENSA**..... 51

**4.1 Imprensa como fonte de pesquisa……** 51

**4.2 Imprensa e Educação……** 55

**CAPÍTULO V: OS ARTIGOS DE ESTEVAM DE OLIVEIRA PUBLICADOS NO JORNAL *CORREIO DE MINAS***..... 59

**5.1Estevam de Oliveira e o professorado** 60

**mineiro.....**
**5.2 Propostas e métodos de ensino**..... 68
**5.3 Estevam de Oliveira: entre críticas e contestações**..... 76

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**..... 89

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**..... 93

# INTRODUÇÃO

Os primeiros contatos com as fontes para esta pesquisa se deram ainda no período de minha graduação em Pedagogia, na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), quando fui, primeiramente, voluntária e, logo depois, bolsista do Programa de Iniciação Científica BIC, de um grupo de pesquisa que estudava a origem dos Grupos Escolares no Estado de Minas Gerais[1]. Na busca de dados sobre os Grupos Escolares, deparei-me com a figura de Estevam de Oliveira, que era Inspetor Técnico de Ensino em Minas Gerais, na época em que essas instituições começaram a ser criadas nesse estado (1906). Ao ocupar esse cargo, Estevam foi encarregado de estudar as bases da reforma educacional empreendida nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, em anos anteriores. A partir das observações colhidas em viagens a esses estados, o articulista produziu um relatório[2], que serviu de base para a reforma educacional em Minas Gerais, a Reforma João Pinheiro[3], em 1906.

Neste primeiro contato com meu objeto de estudo e ainda coletando maiores informações sobre os Grupos Escolares de Juiz de Fora, busquei, em fontes primárias, os jornais da época, informações sobre essa nascente instituição de ensino. Dessa forma, conheci mais uma importante faceta desse intelectual[4], a partir do jornal local **Correio de Minas**[5], cujo proprietário e também articulista era o próprio Estevam de Oliveira. Nesse periódico, encontrei não apenas artigos relativos aos Grupos Escolares, como também matérias sobre educação em geral, tais como discussões sobre métodos de ensino, práticas docentes, política local, etc. A leitura

---

[1] A pesquisa intitulada "O Estado e a Educação Básica em Juiz de Fora: Pioneirismo, Organização e a Expansão", foi coordenada pela Profª. Drª. Dalva Carolina (Lola) de Menezes Yazbeck e desenvolvida no Núcleo de Estudos Sociais do Conhecimento e da Educação (NESCE/UFJF).

[2] Este Relatório foi apresentado ao Governo do Estado de Minas Gerais em 1902.

[3] João Pinheiro foi eleito Presidente do Estado de Minas Gerais em julho de 1906. Tomou posse em 7 de setembro do mesmo ano, e uma de suas primeiras medidas como governante foi fazer um levantamento do ensino oferecido pelo estado até então. Ainda no mesmo mês em que tomou posse, seu Secretário de Interior, Dr. Manuel de Carvalho Britto, que era o responsável pela educação, já anunciou a Reforma do ensino para Minas Gerais.

[4] Conforme será visto no capítulo III deste estudo, Estevam de Oliveira pode ser considerado um intelectual, sendo parte integrante do movimento intelectual da "Geração de 1870" e por comportar algumas características que o definiria como tal.

[5] Mais dados sobre o jornal **Correio de Minas** serão apresentados e apreciados no primeiro capítulo, subitem 3, deste trabalho, que tratará da Imprensa em Juiz de Fora, no final do século XIX.

dos textos despertou em mim a vontade de me aprofundar nas ideias educacionais desse autor.

Este trabalho tem como objetivo resgatar as ideias e concepções educacionais de Estevam de Oliveira presentes nas páginas do seu jornal **Correio de Minas**. Esses textos são o foco central do trabalho por apresentarem um vasto campo de reflexão do jornalista que repercutirá em seu relatório apresentado ao Governo de Minas Gerais no ano de 1902. Também, busca-se averiguar como elas repercutiram e contribuíram para as reformas educacionais do período.

Para a realização desta investigação, fez-se necessária a incursão em arquivos da cidade de Juiz de Fora[6] com o intuito de resgatar as fontes primárias, como jornais e documentos da época. Foi necessário também fazer uma revisão bibliográfica para fundamentar o tema na perspectiva da História da Educação com o olhar voltado para um novo fazer historiográfico, volvido para o estudo da micro-história, na tentativa de compreensão do macro. Sendo assim, esta pesquisa se debruça nas produções jornalísticas de Estevam de Oliveira, com intento de levantar dados referentes à história da Educação em Minas Gerais, no período delimitado, 1897 a 1908.

Este estudo foi feito com base na análise dos artigos do jornal **Correio de Minas**, compreendendo os anos de 1897 a 1908. No entanto, durante os anos de 1899 a 1904, o jornal não circulou; por isso, a análise está dividida em dois recortes. O primeiro, menor, de 1897 a 1899, aborda temas variados que talvez não tenham a mesma relevância que os textos do segundo recorte. Este, que vai de 1904 a 1908, repercute fortemente as ideias e concepções educacionais de Estevam, com as quais elaborou seu relatório.

O trabalho compreende cinco capítulos: no primeiro, fez-se necessário retratar o período histórico no qual se desenrolam os fatos, a primeira República, principalmente na cidade de Juiz de Fora, por ser esse o espaço em que Estevam de Oliveira se insere em diferentes espaços culturais. Este capítulo está estruturado em quatro subitens, sendo que o primeiro deles retrata Juiz de Fora no tempo da República, trazendo sua origem, seus aspectos econômicos e sociais.

O segundo subitem apresenta as condições educacionais em que Juiz de Fora se encontrava em finais do século XIX e início do século XX, com suas escolas

[6] Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

particulares e algumas públicas, além da moderna e nascente instituição de ensino, o Grupo Escolar, criada após a Reforma Educacional empreendida por João Pinheiro, em 1906. O terceiro subitem mostra um pequeno resumo da história da Imprensa em Juiz de Fora, bem como seus principais jornais, espaço este de que Estevam de Oliveira fazia parte, não só como jornalista, mas também como proprietário do jornal **Correio de Minas**. No quarto subitem, é feito um pequeno apanhado sobre a Academia Mineira de Letras (AML), criada em Juiz de Fora em 1909, tendo entre seus fundadores Estevam de Oliveira. Como membro, ocupava a cadeira número 18, de Bernardo Vasconcelos.

O segundo capítulo traz informações biográficas sobre Estevam de Oliveira, retratando sua trajetória de vida e os diferentes papéis exercidos por ele, o de educador, Inspetor Técnico de Ensino, jornalista e escritor.

O terceiro capítulo apresenta uma reflexão sobre Estevam de Oliveira como Intelectual e é dividido em três subitens. O primeiro traz uma retrospectiva histórica da História Intelectual, mostrando como esta área do conhecimento vem-se firmando ao longo dos últimos anos. O segundo aborda o conceito de Intelectual e busca mostrar como é possível enquadrar Estevam de Oliveira como um intelectual. O último subitem trata do movimento intelectual no Brasil, na chamada “Geração de 1870”, da qual Estevam de Oliveira fazia parte.

O quarto capítulo trata da possibilidade de se utilizar a Imprensa como fonte para a História da Educação e é dividido em duas partes. Na primeira, discute-se a Imprensa como fonte de pesquisa, além de estudos realizados nessa área e a credibilidade desta, como documento importante para a consulta em trabalhos acadêmicos. E a segunda parte aborda como as pesquisas em educação vêm utilizando a imprensa como fonte de pesquisa.

O quinto capítulo trata das reflexões de Estevam de Oliveira em seus artigos editados no jornal **Correio de Minas**, no período de julho 1897 a abril de 1899 e julho de 1904 a março de 1908. Este capítulo é composto por três subitens. O primeiro busca mostrar a relação de Estevam de Oliveira e o professorado mineiro; o segundo aborda as propostas educacionais e os métodos de ensino propostos e analisados pelo jornalista em seus artigos. E a última parte desse capítulo dedica-se à análise dos artigos relativos a críticas e contestações, tanto as feitas por Estevam de Oliveira como as feitas a ele por meio de seus pares. Pela importância das discussões acontecidas, presentes nos textos publicados no jornal

**Correio de Minas**, esse capítulo é o mais extenso, abordando temas ainda não explorados na historiografia desse intelectual.

É importante ressaltar que, nas transcrições dos textos pesquisados, foram mantidas a grafia e as pontuações originais da época.

# CAPITULO I

## O NOVO REGIME: A REPÚBLICA BRASILEIRA

Em 15 de novembro de 1889, sem lutas ou revoltas, é proclamada a República no Brasil, um evento a que a população assistiu sem intervenções, pensando ser aquele movimento apenas uma passeata militar. Percebe-se, assim, a República como a conquista de grupos distintos e com interesses diversos. Têm-se, de um lado, os grandes latifundiários que, após grandes lucros na produção cafeeira, começam a investir em indústrias; de outro, a Igreja, que até então estava submetida às ordens do Imperador através do regime do padroado, e ainda os Militares, que traziam seus descontentamentos desde a Guerra do Paraguai.

Apesar da aparente tranquilidade nessa transição, faz-se necessário pensar que nascia, naquele momento, um país e uma nova sociedade, composta por uma forte burguesia nacional – que procurava se adaptar às formas de governo mais modernas a exemplo de países da Europa e dos Estados Unidos da América (EUA) – e também por um enorme contingente populacional (escravos libertos e imigrantes) que até então eram excluídos da participação política e das decisões. Estava colocada, desse modo, a possibilidade real de se fundar a nação brasileira, pois a condição de igualdade que passava a atingir todos estendia os benefícios da cidadania, ao menos como horizonte (GONÇALVES NETO, 2002).

Com a República, surge uma série de desafios à Nação Brasileira, além da necessária reorganização de toda a máquina administrativo-governamental, da composição de alianças, do redimensionamento do papel do Estado, dentre outras. Não se tratava apenas de substituir um governante por outro, mas de toda uma mudança administrativa e também social, já que, com a abolição da escravatura (1888), houve uma profunda mudança das relações de trabalho que perduravam há séculos. O autor afirma:

> Era necessário, portanto, que a elite criasse novos referenciais como uma constituição, uma estrutura federativa, sistema de eleições etc. Tratava-se de modelar uma nova sociedade, demarcando sua

> diferença com relação à que findava, buscar a legitimidade daquela junto à população, que agora incluía aqueles que antes não figuravam como pessoas, fortalecer as novas instituições, descaracterizar um passado em que o sistema republicano não existia, ou demonstrar como a República já se encontrava nele latente. Estabelecer direitos e deveres de todos, regular as novas relações de trabalho, definir valores cívicos, datas e personagens heroicos, que justificassem a ordem republicana aos olhos da população. Tratava-se, enfim, de moldar uma nação, demarcar os parâmetros que deveriam nortear o comportamento dos cidadãos e dos grupos sociais, mas sem alterar profundamente a ordem vigente, muito menos os privilégios açambarcados desde priscas eras (GONÇALVES NETO, 2002, p. 199-200).

A consolidação desse novo sistema de governo exige uma grande transformação da sociedade a qual só seria possível através da educação; o pensamento republicano envereda-se, então, pela trilha da educação, utilizando o educador como sinônimo de estadista. Cumpre ressaltar que, de modo geral, a República inaugura uma nova etapa na história da educação brasileira. A desarticulação do sistema educacional provocada pela política republicana, em particular a separação entre o Estado e a Igreja, compõe um quadro favorável para que novas instituições venham a sugerir outros tipos de escola (YAZBECK; SILVA, 2009).

Nesse contexto, percebe-se Estevam de Oliveira, educador, Inspetor Técnico de Ensino e jornalista, como um dos representantes do pensamento republicano em prol da educação. E, para compreender a atuação desse personagem da história educacional de Minas Gerais, faz-se necessário traçar sua trajetória de vida e profissional. Para isso, é imprescindível conhecer um pouco de sua história, que se desenvolve principalmente na cidade de Juiz de Fora, onde este foi convidado a vir residir devido à sua participação nas campanhas em prol da República empreendidas nas páginas dos jornais de sua propriedade – **O Povo** (1885-1889) e **O Popular** (1893). Ao transferir-se para Juiz de Fora, Estevam de Oliveira funda outro jornal **O Minas Livre**, em 1893, que circulou por apenas um ano, e o **Correio de Minas** (1894). Este último servirá de base para a realização deste trabalho.

Para compreender a trajetória de Estevam de Oliveira no espaço cultural de Juiz de Fora, entendendo que um intelectual é constituído pelas relações sociais

que mantém, busca-se, neste capítulo, recuperar a maneira como esse ator insere-se nos diferentes espaços sociais dessa cidade. Para tanto, faz-se necessário apresentar o cenário econômico, social e político de Juiz de Fora, desde a sua constituição como cidade, nos meados do século XIX, até os primeiros anos da República, procurando, por meio desse contexto, dar sentido à ação mediadora desse intelectual.

## 1.1 Juiz de Fora no tempo da República

A história da República assinala acontecimentos que colocam Juiz de Fora na vanguarda das cidades brasileiras que mais se distinguiram na propaganda e na luta em prol do novo regime (OLIVEIRA, 1966). Berço do Partido Republicano Mineiro, tinha seu espírito republicano reforçado, como afirmou Rangel (1940), pelos "devotados amigos da República". Antes mesmo da Proclamação da República, quando sua economia se baseava na lavoura cafeeira, apresentava em sua sociedade elementos adeptos dos movimentos abolicionistas, principalmente no seio das classes letradas, sobretudo entre os pregadores das doutrinas democráticas que formavam o grupo dos chamados "republicanos históricos". Esse grupo defendia a abolição da escravatura, bem como a queda do regime imperial.

Com a abolição da escravatura, esse núcleo de combatentes viu-se acrescido com a participação de vários fazendeiros da região, que se tornaram adversários do trono, formando, assim, um forte partido. Esse grupo encontrou, na Imprensa, um importante veículo de difusão de suas ideias. Segundo Rangel (1940), com o advento da República e durante um período de mais de 20 anos, o meio intelectual de Juiz de Fora se aprimorou, contando, entre os militantes da publicidade, com nomes de legítima projeção não tão-somente na cidade e em Minas Gerais, mas também em diversos domínios no campo das letras brasileiras.

É interessante pensar que a cidade de Juiz de Fora, na época da Proclamação da República, uma cidade com menos de 50 anos de existência, concentrava, em seu meio social, um grupo de destaque político, que se fortaleceu

por meio das letras. Para compreender a inserção desse grupo, torna-se necessário fazer uma retrospectiva histórica do nascimento da mesma.

Juiz de Fora surge às margens do chamado Caminho Novo[7] entre a Corte e a região das minas, adquirindo o título de cidade em 1850. Seu povoamento e ocupação se realizam a partir de 1830, quando as regiões mineradoras já decadentes vão cedendo lugar a áreas mais atrativas como a Região da Zona da Mata, que, nesse período, destaca-se como grande região produtora de café, concentrando grandes fazendas e desviando o foco econômico do Estado – que até então era urbano advindo da mineração – para um foco mais rural.

Com a expansão da cafeicultura e o rápido aumento da produção, foi necessário providenciar meios para que houvesse um rápido escoamento do produto e, para isso, foi construída a primeira rodovia pavimentada da América Latina, a Rodovia União Indústria[8] concomitantemente com a Estrada de Ferro Central do Brasil:

> A abertura da estrada União Indústria e da Estrada de Ferro Central do Brasil veio reforçar o convívio com o cosmopolitismo da cidade do Rio de Janeiro. E mais importante do que a distância física entre Juiz de Fora, Rio, Ouro Preto e, posteriormente, Belo Horizonte, se coloca a natureza de sua urbanização. Enquanto as cidades barrocas se formam e se guiam pelos sinos das igrejas, a população de Juiz de Fora teve sua vida normatizada pelos sinos das fábricas de estilo neo-clássico e o bater dos tamancos de seus operários de ambos os sexos e diversas nacionalidades (CHRISTO, 1994, p. 10).

Segundo Giroletti (1980), a origem do crescimento industrial de Juiz de Fora se deu a partir da construção dessa rodovia, que permitiu a dinamização da produção cafeeira, tornando essa cidade um entreposto comercial, o que implicaria maior concentração de capital. Para o autor, a União Indústria teria possibilitado o

---

[7] O Caminho Novo dos Campos Gerais traçado por Garcia Rodrigues, no início do século XVIII, e que permitiu o encurtamento do transporte do ouro até a Corte, abriu trilha em região pouquíssimo explorada naquela época, a Zona da Mata Mineira, e possibilitou novas perspectivas econômicas, políticas e sociais para essa região. Ele partia da Borda do Campo, atual Barbacena, indo em direção ao Rio de Janeiro (CANDIÁ, 2007).

[8] Rodovia construída, em 1861, pela Companhia União Indústria, utilizando mão de obra especializada de imigrantes alemães.

maior escoamento da produção cafeeira, favorecendo, também, o desenvolvimento do comércio e de outras atividades econômicas:

> Por ser terminal de Rodovia que servia a uma importante região cafeeira e ter-se transformado em polo econômico mais dinâmico da Zona da Mata, Juiz de Fora começou a aglutinar grandes interesses, tornando-se palco de grandes negócios, de intensa circulação de mercadorias, de grande concentração e acumulação de capital. Constituiu-se em polo de atração por excelência de novos e diversificados contingentes populacionais: mão de obra especializada, imigrantes, comerciantes e industriais (GIROLETTI, 1980, p. 159).

O excedente do capital econômico propiciado pela indústria cafeeira fez desenvolver, em Juiz de Fora, um expressivo polo industrial têxtil. Vale lembrar que a cidade recebe o título de "*Manchester Mineira*" pelo número expressivo de indústrias existentes à época, em alusão à conhecida cidade industrial inglesa "*Manchester"*:

> Poucas cidades brasileiras possuirão o brilhante movimento industrial que Juiz de Fora demonstra pelo esforço da iniciativa particular, assinalando, assim, a pujança do seu desenvolvimento. Passando aos interesses a lista dos estabelecimentos industriais, fazemo-lo côncios de que o leitor de nossa asserção se convencerá, entrevendo em Juiz de Fora um meio adiantado e ótimo campo de iniciativas (ESTEVES, 1915, p. 181).

Segundo Giroletti (1980), a origem da estrutura industrial de Juiz de Fora foi proporcionada pela burguesia que, naquele momento, era constituída pelos empresários locais e também por alguns imigrantes. Estes últimos se fixaram em Juiz de Fora para a construção da Rodovia União Indústria e, após rescisão de contrato, permaneceram na cidade e não se sabe muito bem se, com o capital acumulado durante a construção da mesma, ou alguma reserva que trouxeram de seu país de origem, através de pequenas associações, criaram pequenas empresas.

Uma grande parte das indústrias locais, segundo o autor, estaria nas mãos do que ele denomina "empresários autóctones", que seriam os empresários

locais ou de outros municípios, mas que têm suas receitas advindas de setores primários da economia (fazendeiros), comércio e exercício de profissões liberais.

Andrade (1987) confirma a ideia de Giroletti (1980) quanto à estrutura industrial de Juiz de Fora, mas chama atenção para o fato de existirem ainda poucos estudos acerca da burguesia industrial juiz-forana:

> A burguesia industrial se origina via acumulação cafeeira, via acumulação no comércio e via imigração. O peso que cada uma tem na atividade industrial é algo ainda a ser estudado. Num exame superficial das maiores unidades fabris da cidade, podemos arriscar que a burguesia nacional detém a maior parte, pertencendo à burguesia imigrante apenas duas: Pantaleone Arcuri & Spinelli e a Fábrica de Malha de Antônio Meurer. A exceção é a maior fábrica da cidade, a Companhia de Fiação e Tecelagem Industrial Mineira, constituída por um consórcio de firmas Inglesas em 1883 (ANDRADE, 1987, p. 34).

Paralelamente ao crescimento industrial, Giroletti (1980) aponta algumas melhorias urbanas como criação de estabelecimentos de ensino secundário e primário, bondes de tração animal (1881), telégrafo (1884), telefone (1883), água nos domicílios (1885), energia elétrica e iluminação pública (1889), além da organização do setor financeiro: Banco Territorial Mercantil de Minas Gerais (1887) e Banco de Crédito Real de Minas Gerais (1889).

## 1.2 Estevam de Oliveira na "Atenas de Minas"

Juntamente com o êxito industrial, Juiz de Fora se destaca também nas letras, sendo considerada também a *"Atenas de Minas".* Segundo Oliveira (1966), esse epíteto foi dado por Arthur Azevedo[9] devido a seu grande destaque cultural, seja por meio dos espetáculos que recebia, pelo número de periódicos que circulavam a época, ou pelo número de escolas presentes na cidade.

---

[9] Arthur Azevedo foi jornalista, poeta, contista e teatrólogo. Fundador da cadeira de número 29 da Academia Brasileira de Letras, em 1907, quando em visita a Juiz de Fora para assistir à peça teatral de sua autoria **O Dote**, passa a denominar a cidade "Atenas de Minas".

Juiz de Fora, nesse período, apresentava um expressivo número de escolas, principalmente as particulares, em relação ao restante do Estado de Minas Gerais. Segundo artigo do jornal **Minas Gerais**, do dia 26 de julho de 1906, a cidade apresentava a maior população escolar em Minas Gerais, mais ou menos 3.000 alunos, sendo que 1.940 alunos matriculados na rede particular de ensino; 328 alunos matriculados na rede municipal de ensino e distribuídos entre 8 escolas mistas e uma escola noturna para o sexo masculino. O restante dos alunos matriculados fazia parte da rede Estadual de Ensino e da Escola Normal. O artigo ressalta que desses números não fazem parte os alunos da área rural.

Dentre os estabelecimentos particulares de ensino, vale lembrar a presença de duas importantes instituições de ensino que promoveram o ensino superior na cidade ainda no século XIX: o Instituto Granbery (1890) e a Academia de Comércio (1891) (YAZBECK, 1999).

Com a República e a consequente separação entre Estado e Igreja, houve a laicização do ensino nos estabelecimentos públicos, fato que distanciou a atuação da Igreja Católica no setor educacional e facilitou maior abertura para que outras instituições de diferentes crenças religiosas entrassem no país. Juiz de Fora tinha uma identidade cultural[10] diferente daquelas das cidades da região mineradora (essas últimas eram predominantemente católicas) e se tornou polo atrativo para diversas instituições religiosas. Dessa forma, a Igreja Metodista Epicospal do Sul dos Estados Unidos e a ação evangelizante iniciaram uma obra educacional na cidade, fundando o Colégio Americano Granbery (YAZBECK, 1999).

A Academia de Comércio, que teve entre seus fundadores Francisco Batista de Oliveira[11], surge como um projeto modernizador para Juiz de Fora. Segundo Christo (1994), esse foi o primeiro estabelecimento do gênero no país, com a finalidade de formar negociantes, banqueiros, diretores e empregados de estabelecimentos industriais e de comércio.

Alguns meses depois de ser lavrada a escritura de doação, os salesianos transferiram a Academia de Comércio para outra congregação, a Congregação do

---

[10] Cabe lembrar que Juiz de Fora recebeu um contingente de imigrantes alemães na década de 1860 e estes se dividiam entre católicos e protestantes. Esses dois grupos se preocupavam com a formação de seus filhos, criando escolas que não apenas ensinassem a ler e escrever, como também mantivessem suas crenças religiosas. Para maiores informações, ver Arantes (2000).

[11] Renomado comerciante de Juiz de Fora, esteve em viagem pela Europa entre os anos de 1884 e 1889, em visita a estabelecimentos de ensino superior de onde trouxe desde a planta para construção do edifício até o programa de ensino a ser adotado pelo mesmo (CHRISTO, 1994).

Verbo Divino. A vinda desses religiosos para Juiz de Fora atendeu também outro projeto: "A Romanização da Igreja Católica"[12], que, na cidade, era um projeto claramente de oposição às instituições protestantes da cidade, dentre elas o Instituto Granbery. Desse modo, percebe-se que mais do que um projeto educacional para a cidade, a presença dessas instituições de ensino fazem parte de um projeto ideológico (YAZBECK, 1999).

Com a presença das duas instituições de ensino em Juiz de Fora, percebe-se que a elite local estava, de certa forma, bem atendida no que diz respeito ao ensino, pois, através delas, mantinha e reproduzia suas relações sociais e capitalistas dessa nascente sociedade industrial. Ao se pensar nesses projetos educacionais como medidas mantenedoras de um sistema produtivo, é preciso considerar também a outra parte da sociedade, ou seja, os trabalhadores.

Com o advento da República, pouco é feito de imediato em relação à educação em Minas Gerais: assiste-se à criação de escolas normais, a maioria particular, concursos para o provimento de algumas cadeiras de ensino e criação de poucas escolas isoladas.

Segundo Faria Filho (2000), em Minas Gerais, nas primeiras décadas do século XX, apenas 5% da população escolar estava sendo atendida, e isso preocupava menos ao governo do que a baixa qualidade da escola existente, segundo estimativa do próprio estado. Os diagnósticos apontavam para um sistema de instrução desorganizado, e os professores, em sua maioria, eram considerados incompetentes.

Nesse cenário, encontra-se Estevam de Oliveira, residente em Juiz de Fora, funcionário público do Estado de Minas Gerais, ocupando o cargo de Inspetor Técnico de Ensino, encarregado pelo governo no ano de 1902 a conhecer a reforma educacional empreendida nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro; "deslumbrado", como afirma Faria Filho (2000), com o espetáculo de ordem, civismo, disciplina, seriedade e competência que observou nas escolas da capital paulista, produziu detalhado relatório apresentado ao Governo de Minas Gerais no mesmo ano.

Estevam de Oliveira, acostumado com a forma de organização do ensino primário através das escolas isoladas, passou a defender, ardorosamente, a adoção

[12] Sobre Romanização da Igreja Católica em Juiz de Fora, ver Candiá e Silva (2008).

dos Grupos Escolares[13] como forma moderna e eficiente de organização da instrução. Essas ideias eram defendidas não só pela totalidade dos inspetores escolares, como também por boa parte dos políticos e autoridades republicanas interessados em incorporar o "povo" à nação e também ao mercado de trabalho capitalista na forma que este vinha se organizando em Minas Gerais, naquele momento. Por conseguinte, a educação passa a ser um símbolo da República:

> Para a recém-criada República era imperioso que o cumprimento de seus ideais incluísse o preparo intelectual do trabalhador urbano. Esta proposta foi bem aceita na cidade mineira de Juiz de Fora, que se firmava naquele momento como cidade de vocação industrial, de importância na política republicana, zelosa da sua cultura e que abrigava boas instituições particulares de ensino (YAZBECK; SILVA, 2009, p. 241).

O crescente movimento em defesa da instrução, como via de integração do povo à nação e ao mercado de trabalho assalariado, que se fortaleceu após a Proclamação da República e com a abolição do trabalho escravo, significou também um momento crucial de produção da necessidade de refundar a escola pública, uma vez que aquela que existia era identificada como atrasada e desorganizada. Mas não se levou em consideração o fato de que havia também todo um movimento da sociedade, que se tornava bem heterogênea naquele momento:

> Nesse contexto, a criação dos grupos escolares era defendida não apenas para "organizar" o ensino, mas, principalmente, como uma forma de "reinventar" a escola, objetivando tornar mais efetiva a sua contribuição aos projetos de homogeneização cultural e política da sociedade (e sujeitos sociais), pretendidos pelas elites mineiras. Reinventar a escola significava, dentre outras coisas, organizar o ensino, suas metodologias e conteúdos; formar, controlar e fiscalizar a professora; adequar espaços e tempos ao ensino; repensar a relação com as crianças, famílias e com a própria cidade (FARIA FILHO, 2000, p. 31).

[13] Estevam de Oliveira não concordava com a designação Grupo Escolar, pois acreditava que esse nome sugeria o agrupamento das escolas isoladas.

Mas a implementação dessa instituição de ensino só se efetivou em 1906, quando tomou posse como Presidente de Estado o Dr. João Pinheiro, que, já nos seus primeiros dias como governante, implementou a reforma do ensino mineiro por meio do Secretário do Interior, Dr. Carvalho Britto. Assim, às 11 horas do dia 4 de fevereiro de 1907, Juiz de Fora inaugura o primeiro Grupo Escolar do Estado de Minas Gerais, nos moldes da nova reforma do ensino instituída pelo então Presidente de Estado, o Dr. João Pinheiro. Esse fato foi registrado pelos jornais locais da época, dentre eles o **Correio de Minas***,* como se pode verificar a seguir:

> De muita solemnidade revestiu-se hontem, às 11 horas da manhã, a abertura do Grupo Escolar de Juiz de Fóra, o primeiro do Estado, organizado, de acordo com o novo plano da instrucção publica mineira, pelo sr. professor José Rangel, nosso confrade de imprensa. (OLIVEIRA, 1907a, p. 1).

No mesmo ano e no mesmo prédio em que foi instalado o primeiro Grupo Escolar da cidade, foi criado um segundo Grupo Escolar em horário diferente. Essa medida foi criticada por Estevam de Oliveira, que acreditava ser essa medida anti-higiênica, pois alteraria o horário das aulas e traria transtornos para os alunos quanto ao horário de alimentação dos mesmos[14]. O articulista do jornal **Correio da Tarde**[15] também não concordou com essa mudança de estrutura de funcionamento do Grupo Escolar e apresenta um texto que seria a carta de um operário, pai de aluno do Grupo Escolar:

---

[14] Segundo Rangel (1940), os hábitos e costumes locais eram dos mais simples e primitivos: levantar às seis horas, primeira refeição logo após, almoço às nove, merenda ao meio dia, jantar às três, chá às nove, e cama pouco depois.

[15] O jornal **Correio da Tarde** era de propriedade de Dilermando Cruz e teve vida efêmera, surgiu no dia 21 de maio de 1906 e circulou por apenas um ano na cidade. Em 1907, seu proprietário e também diretor se afasta por questões políticas.

Escreve-nos um operário:

> Acabo de ler o artigo que L. G. publicou, hontem, no Pharol, defendendo o horário do 2º grupo escolar; em via de organização nesta cidade, e , apesar das bonitas citações sobre o que passa lá pela extranja, etc. etc., não estou convencido nem da conveniência, nem da utilidade de ficar uma creança sem almoçar, presa na escola, desde as 7 horas da manhã ao meio dia.É possível que, sendo eu um dos inexpertos sobre assumptos de organização escolar, não comprehenda bem o alcance dessa medida altamente pedagógica e pedagogicamente hygienica, e não me conforme, por isso, em condemnar meu filho a levar juntamente com os livros, couve, banana e café em garrafa, para almoçar na escola, não obstante ser essa a nossa principal alimentação, segundo Garret, citado por L. G. O que me vale, neste particular, é não ser o ensino obrigatório, porque então, como operário que sou, e morando na rua dos Artistas, no Morro da Gratidão, nem menos poderia, por ter de apresentar-me às 6 horas da manhã ao trabalho, gozar do gratíssimo prazer de acompanhar o pequeno à escola, e ajudar a conducção da matricula. Lá quanto aos professores cuja magnanimidade lhes fazem esquecer-se de si, de seus commodos, de seu descanço, de dia, de noite, aos domingos, não é da minha conta, elles que entendam com o Frazão, e leiam o seu relatório (ACABO de ler o artigo..., 1907 p. 1).

A criação dos Grupos Escolares em Juiz de Fora não significou a imediata extinção das escolas isoladas; também não se sabe ao certo se essa nova instituição representou um aumento quantitativo no número de vagas oferecidas ao ensino primário.

## 1.3 Estevam de Oliveira na Imprensa juiz-forana

O destaque da cidade de Juiz de Fora nas letras não se prende apenas no que diz respeito à educação. Entre 1870 e 1900, circularam, em Juiz de Fora, mais de 100 periódicos, não incluindo algumas publicações de vida efêmera que surgiram em vários distritos (OLIVEIRA, 1966). Cumpre ressaltar que, neste trabalho, não será feito o levantamento de todos, mas de alguns de relevância na tentativa de se fazerem conhecidos os nomes de alguns intelectuais que atuavam

nesse meio, compondo, assim, a rede social da qual eles faziam parte e ainda mostrar como contribuíram para o desenvolvimento cultural da cidade.

Segundo Rangel (1940), os jornalistas responsáveis pela Imprensa em Juiz de Fora atuavam em vários departamentos das letras, uns como redatores, outros como colaboradores, sendo comum haver contendas e campanhas versando sobre assuntos de natureza política ou social, divergências de escolas, crítica e orientação literária. Nesse meio, tornaram-se famosas as polêmicas entre Francisco Bernardino[16] e Penido Filho[17], João Massena[18] e Estevam de Oliveira, Azevedo Junior[19] e José Maria dos Santos.

Dentro das especificações jornalísticas, Rangel (1940, p. 217-19) divide esses profissionais em categorias:

> Havia, então, como já disse, cultores de todos os gêneros – jornalistas políticos – Antonio Carlos, Penido, Francisco Bernardino, Valladares, Cesareo Alvim, Azevedo Junior, Pinto de Moura, Estevão e José Maria; doutrinadores – João da Massena e Estevão de Oliveira, ambos filólogos e professores, aparelhado o primeiro destes dois com uma intensa e sólida cultura científica e humanística; poetas – Belmiro Braga, Oscar da Gama, Pinto de Moura, Dilermando Cruz, Eloy de Araujo, Luiz de Oliveira, Brant Horta, Fernandes Figueira, Corrêa de Azevedo, José Paixão e Luiz Costa; cronistas – Heitor Guimarães, Bernardo Aroeira, Olegario Pinto, Campos Porto, Francisco Lins, Luiz Bessa, Avelino Lisboa, Mario Mattos, Tito Carvalho; articulistas – Gustavo Penna, José Braga, Gama Junior, Machado Sobrinho, Albino Esteves, Gilberto de Alencar, Bernardo Aroeira e Amanajós Araújo; crítica literária – Augusto Franco, Massena, Heitor Guimarães; êste último, com o seu vasto tirocínio, adquiriu a capacidade de jornalista para qualquer secção; Lindolpho Gomes, filólogo, folquelorista, articulista, poeta e autor de vários trabalhos literários, [...] Gilberto de Alencar há sido um lidador intemerato, tendo percorrido todos os estágios da vida jornalística. [...] Luiz Carlos da Fonseca, o grande poeta das "Colunas", e Belarmino Carneiro, com delicadas produções.

---

[16] Francisco Bernardino Rodrigues Silva foi o primeiro presidente da Câmara Municipal após a República e primeiro agente-executivo do Município de Juiz de Fora, ex-deputado provincial e deputado federal.

[17] João Nogueira Penido Filho foi um dos fundadores da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora, presidente da Câmara Municipal e agente executivo no período de 1894 a 1897.

[18] João Augusto Massena foi escritor, jornalista, membro da Academia Mineira de Letras e primeiro diretor da Escola Normal de Juiz de Fora.

[19] José Maria Teixeira de Azevedo Junior, jornalista em Juiz de Fora e diretor da revista semanal **A Comédia**.

Em um pequeno apanhado sobre a história da Imprensa em Juiz de Fora, de acordo com a ordem cronológica em que foram os periódicos surgindo, pode-se apontar como a primeira tipografia surgida em Juiz de Fora **O Pharol** em 1871. Trata-se de um jornal de características monarquistas que fora transferido da cidade de Paraíba do Sul, no Estado do Rio de Janeiro, para Juiz de Fora, em 1870.

No ano de 1888, surgiu **O Pirilampo**, jornal diário, de pequeno formato e que teve curta duração. Era impresso nas oficinas de **O Pharol** e tinha como redator-chefe Oscar da Gama. Em 1889, surgiu a **Gazeta da Tarde**, de propriedade da firma Bento Xavier Carneiro & Cia, cujos redatores foram Heitor Guimarães, J. Campos Porto, Fonseca Hermes, Silva Tavares e Olegário Pinto. Esse periódico se extinguiu em 1890.

Em 1º de março de 1891, surgiu o **Diário da Manhã***,* tendo como redatores Luiz Detszi, Silva Tavares, Avelino Lisboa e Lindolfo de Assis. Esse jornal durou apenas um ano. Em 1893, circulou durante apenas quatro meses o sexto jornal diário da cidade, **O Juiz de Fora**, de propriedade de Anibal & Jaguaribe, tendo como redatores Estevam de Oliveira, Olegário Pinto e Oscar da Gama.

Entre os anos de 1893 e 1894, circularam o **Jornal da Tarde** e o **Diário da Tarde**, o primeiro editado por Manoel de Carvalho e o segundo, por Anibal & Cia., tendo como redatores Morais Tavares Filho e Olegário Pinto.

Em 15 de maio de 1894, foi fundado por Estevam de Oliveira o **Correio de Minas**: era editado três vezes por semana, passou a diário em 1895. Interrompeu sua publicação em 1899, voltando a circular em 1904. Tinha como redatores Estevam de Oliveira, Heitor Guimarães e Lindolfo Gomes (redator literário). Esse órgão esteve sob a direção de Estevam de Oliveira até 1914, quando passa a direção a seus filhos Inimá e Itagiba. Mesmo com seu afastamento, em 1914, devido a problemas de saúde, Oliveira visitava diariamente a redação para orientar os trabalhos do jornal, só deixando de fazê-lo após a morte de seu filho Dr. Itagiba em 1923, motivo que o fez abandonar completamente o jornalismo. Anos depois, o jornal foi vendido e circulou até o ano de 1930.

Em 20 de dezembro de 1896, surgiu o **Jornal do Comércio**, fundado por V. Leon Aníbal, tendo como redator-chefe Heitor Guimarães e como auxiliar Olegário Pinto. Em 1897, foi adquirido por Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, sendo este seu redator até 1902, transferindo-o para o Dr. João Penido Filho. Posteriormente, outros nomes figuraram no cargo de redator-secretário, Olegário Pinto, José Maria dos

Santos e Albino Esteves e o redator-auxiliar Pedro de Gouvêa Horta, José Cesário Carneiro Leão, Manoel de Carvalho e Mário Nogueira.

Outros jornais de vida efêmera circularam na cidade durante esse período, mas foram destacados os mais importantes, não só pela longevidade dos mesmos, como também pelos nomes dos profissionais que dirigiam essas folhas. Pode-se perceber que muitos deles trabalharam em diferentes jornais em épocas diferentes mostrando, assim, que a Imprensa juiz-forana estava sempre nas mãos dos mesmos homens.

## 1.4 A Academia Mineira de Letras e os Intelectuais de Juiz de Fora

Cumpre ressaltar, são os homens da Imprensa de Juiz de Fora, como se pode perceber, que, fazendo parte de uma rede de sociabilidade[20], fundaram, em 1909, a Academia Mineira de Letras. Segundo Christo (1994), logo após a criação da Academia Brasileira de Letras (ABL)[21], houve uma imediata repercussão em Juiz de Fora, onde a intelectualidade local tentou organizar, no fim do mesmo ano, uma "Confraria Literária Mineira". Esta propunha fundar um gabinete de leitura popular, organizar palestras literárias e publicar, além de outros livros e poliantéas, um "Anuário", mas o movimento não foi adiante e, somente em 1909, é que realmente surgiria a "Academia Mineira de Letras", formada inicialmente por 12 depois passando para 30 e logo depois estendendo para 40 os seus membros.

Christo (1994) chama a atenção para essa intelectualidade juiz-forana, em seu livro "**Europa dos pobres"**: a *Belle Époque* mineira, por meio de um estudo biográfico dos membros integrantes da AML e lembra a importância que há em reunir um grupo assim:

> É importante lembrar o peso da aglutinação de um grupo de intelectuais que tinha voz nos jornais, nas salas de aula, nos planos de saúde pública, nas conversas das casas de café... Numa

[20] Sobre rede de sociabilidade, ver Gontijo (2005).
[21] Criada por Machado de Assis, em 1896.

> comunidade de aproximadamente 18.055 habitantes, a maioria trabalhadores braçais, analfabetos, afastados dos espaços formais de produção e difusão cultural, mas por eles julgados e nomeados perante a opinião pública, principalmente entre os momentos de confronto entre o capital e o trabalho. Comunidade essa apontada como a "Atenas de Minas"... (CHRISTO, 1994, p. 17-18).

Nesse estudo, a autora traça o perfil biográfico dos membros da AML a partir da ocupação de seus pais e do processo de "dilapidação social"[22], fugindo a este processo, as famílias atingidas buscariam ainda reverter esse quadro, segundo Miceli (apud CHRISTO, 1994, p. 29), através da educação dos filhos, da escolha dos cursos superiores, dos casamentos e de nomeações para cargos públicos, estratégias estas que os reaproximariam das classes dominantes:

> Em outros temos, o acesso à posição de escritor aparece, nesta conjuntura, como o produto de uma estratégia de reconversão que se impõe por força do desaparecimento do capital de que a família dispunha inicialmente, ou então, pela impossibilidade de herdar tal capital em toda sua extensão. Assim o êxito maior ou menor desse gênero de estratégia depende da capacidade de utilizar a única espécie de capital disponível, a saber, o capital de relações sociais e de honorabilidade que, em certos casos e sob certas condições, os "parentes pobres" da oligarquia poderão acionar a seu favor.

Ao processo de dilapidação e reconversão social, somam-se também o desejo de ascensão social, de quem nunca foi herdeiro ou parente, mas que pretendia, através da apreensão de valores culturais das classes dominantes, ou por intermédio da escolaridade ou de autodidatismo, o acesso ao mercado de trabalho da produção cultural. Para Miceli (apud CHRISTO, 1994), nas condições por ele estudadas, as estratégias de reconversão social coincidiram com o momento de expansão de postos administrativos, políticos e culturais. Até então o acesso a esses postos era vedado aos integrantes das demais classes, mas ele observa que, em Juiz de Fora, a ocupação desses postos não foram de todo excludentes,

---

[22] Esta expressão é originalmente empregada por Sérgio Miceli (1977) e se refere à perda do *status*, ao processo de empobrecimento.

permitindo que elementos das baixas camadas médias tivessem acesso às carreiras típicas dos literatos.

Seguindo essa mesma estruturação de cidade moderna, percebe-se nos estudos de Rama (1984), em seu livro intitulado **A cidade das letras**, a ideia de como as cidades latino-americanas foram se constituindo desde a colonização, com base na visão da parte letrada da sociedade. Para o autor, essas cidades são um *parto de inteligência*, pois, longe da estrutura da cidade orgânica medieval, ficaram inscritas em um ciclo de cultura universal em que a cidade passava a ser um sonho de uma ordem e, encontrando nas terras do Novo Continente, passavam a ser um lugar propício para isso.

Assim, dentro dessa evolução das cidades letradas, percebe-se a cidade de Juiz de Fora, em finais do século XIX e início do século XX, firmando-se no que Rama (1984) classifica como "A cidade modernizada", que se caracteriza pela ampliação do circuito letrado, incorporando, em sua estrutura social, um novo setor que desafiava o poder. Estes são denominados, pelo autor, novos intelectuais, em especial, os pedagogos e jornalistas:

> A letra apareceu como a alavanca de ascensão social, da respeitabilidade pública e da incorporação aos centros do poder; mas também, em um grau de que não havia sido conhecido pela história secular do continente, de uma relativa autonomia em relação a eles, sustentadas pela pluralidade de centros econômicos que a sociedade burguesa em desenvolvimento gerava (Ibid., p. 79-80).

Assiste-se, dessa forma, em Juiz de Fora, à ascensão de um grupo que procura se firmar em meio a uma sociedade até então excludente; esse grupo se une em torno de um objetivo comum: criar a Academia Mineira de Letras, não só como forma de reconversão social, mas também como estratégia de manutenção de *status*:

> No setor letrado acadêmico, o exercício independente das profissões chamadas "liberais", ou a criação de institutos que proporcionassem títulos habilitadores (professores primários, de segundo grau) instauram um espaço mais livre, menos diretamente dependente do Poder, para as funções intelectuais, e será neste leito que começará

> a desenvolver-se um espírito crítico que buscará abarcar as demandas dos estratos baixos, fundamentalmente urbanos, da sociedade, ainda que ambicionando, obsessivamente, infiltrar-se no poder central, pois afinal se continuou a vê-lo como o dispensador de direitos, hierarquias e bens (RAMA,1984, p. 80).

Rama (1984) afirma que esse processo autônomo, originado pela ampliação da base econômica liberal, pode ser apreciado analisando-se os mitos sociais que irromperam nas cidades, dentre os quais se destacam os mitos individuais, representados por indivíduos que conseguem reconhecimento por seus esforços individuais. Segundo o autor, esse reconhecimento do esforço individual, à margem e inclusive contra o poder do Estado, é o mesmo que alimentou os mitos urbanos norte-americanos, que se definiram no *self-made man*, provendo do campo letrado duas figuras heroicas e solitárias: o jornalista e o advogado.

Percebe-se, assim, na figura de Estevam de Oliveira, um mito individual, não apenas pela sua profissão de jornalista, mas pela imagem que é criada pelos seus pares em relação a ele. Ao analisar suas biografias, percebe-se que a maior parte delas foram feitas por sujeitos que faziam parte de sua rede de sociabilidade, principalmente por aqueles que participaram da fundação da Academia Mineira de Letras, constituindo o que Sirinelli (2003) chamou de microcosmo intelectual, espaço de convivência, de atração, de afinidades, ainda que difusas, de influência e de constituição de identidades.

Chamon (2009b), no texto intitulado “Estevam de Oliveira: o intelectual e suas biografias”, faz uma análise das narrativas biográficas escritas sobre Estevam de Oliveira, entre os anos de 1896 a 1991. Nesse trabalho, a autora percebe que as biografias feitas entre os anos de 1896 a 1918, período em que Oliveira ainda estava vivo, mostram-se como um exercício de autoafirmação de um grupo, cujos membros construíam uma imagem que tenderia a condicionar o sujeito biografado. Ela acredita que, por meio dessa escrita biográfica, que adjetivava Estevam de Oliveira, seus pares o investiam na função de intelectual, e isso incidiria sobre o comportamento do mesmo, fazendo com que ele agisse levando em conta a representação que os outros faziam dele. Por outro lado, a análise das biografias feitas após a morte de Oliveira revelam um esforço de repetição que procura perpetuar essa imagem anteriormente construída.

# CAPÍTULO II

## ESTEVAM DE OLIVEIRA E SUAS BIOGRAFIAS

Para estudar Estevam de Oliveira, é preciso lidar com vários personagens distintos, já que foi educador, jornalista, Inspetor Técnico de Ensino, ativista político, membro fundador da Academia Mineira de Letras[23]. Sendo assim, a definição mais ampla que se poderia dar-lhe nesse contexto, sem que se afaste de todas as suas outras especificidades, é a de "intelectual". Este homem das letras, que adotou Juiz de Fora como residência e onde se dedicou à vida jornalística e também a sua carreira nas lides da educação, trabalhando como Inspetor Técnico de Ensino, tornou-se mais conhecido no campo da pesquisa em história da educação justamente por produzir um minucioso relatório apresentado ao Governo do Estado em 1902, que serviu de base para a Reforma Educacional João Pinheiro[24], em 1906.

Sendo assim, este capítulo apresenta um pouco mais da história desse importante personagem da história da educação mineira, trazendo um pouco de sua vida por meio das análises de suas biografias[25]. Este capítulo é dividido em duas partes: na primeira, há um pequeno apanhado sobre a utilização da biografia como fonte para pesquisa histórica, e a segunda parte apresenta um perfil biográfico construído a partir da análise de algumas biografias de Estevam de Oliveira.

---

[23] Fundada na cidade de Juiz de Fora, em 25 de dezembro de 1909. Estevam de Oliveira fez parte da comissão de contas, ocupava a cadeira de Bernardo Vasconcelos. Estevam de Oliveira, por diversas vezes, tentou renunciar a essa cadeira, sendo sempre desatendido por seus pares. Seu pedido só foi aceito pouco antes de sua morte.

[24] A Reforma leva o nome do Presidente de Estado João Pinheiro, eleito em 1906, e que, em seus primeiros dias como governante, empreendeu esforços para a reforma do ensino mineiro. Essa reforma instituiu os Grupos Escolares em Minas Gerais.

[25] As biografias trabalhadas são: a escrita por José Paixão e publicada em 1896, como prefácio do livro **Pela República**, de autoria de Estevam de Oliveira; outra de 1910, publicada pelo jornal **O Pharol**, de Juiz de Fora, por ocasião de sua escolha para integrar a Academia Mineira de Letras; uma de 1926 por ocasião de sua morte publicada no jornal **O Dia**, de Juiz de Fora, cujos dados foram retirados do **Jornal Mercantil**, de Juiz de Fora, em comemoração aos 100 anos de Juiz de Fora; e a outra, de 1953, de autoria de Abílio Barreto, em comemoração ao centenário de seu nascimento, Oliveira (1975), Procópio Filho (1979).

## 2.1 A utilização da biografia como fonte

A historiografia tradicional sempre utilizou o gênero biográfico como fonte histórica, principalmente dos chamados personagens ilustres da aristocracia. Nos movimentos historiográficos do século XX, que têm na Escola dos *Annales* seu mais forte representante, o gênero biográfico passa a ser desconsiderado, tendo em vista a produção da história de longa duração. Na década de 1970, percebe-se um retorno dos estudos relativos à história política, possibilitando a retomada do uso da biografia como fonte, não significando o retorno à história dos grandes homens e sim à análise social do sujeito biografado desprendido do estudo das ações individuais e abrindo espaço para a investigação das ações coletivas:

> Embora retrate a vida de um aristocrata ou de alguém que alcançou projeção em sua sociedade, a biografia, a nosso ver, deve ser vista como fonte histórica, pois o indivíduo é apenas um pretexto para a abordagem histórica da sociedade na qual está inserido. Assim, a biografia torna-se história, quando a vida de um indivíduo é tratada como um artifício do autor para retratar o seu contexto histórico, que serve de fio condutor para a narrativa e, desse modo, tornando dificultosa a separação entre os gêneros (SILVA, 2007, p. 12).

Nesse sentido, vê-se no trabalho de Chamon (2009b), que utiliza as biografias de Estevam de Oliveira, não a tentativa de enaltecer o sujeito, mas para compreender e analisar os discursos e as representações que seus biógrafos construíam sobre ele. A respeito das biografias, a autora afirma:

> Elas são, antes, a expressão de relações sociais travadas, de pertencimentos vivenciados, de sensibilidades partilhadas. Produzidas por sujeitos que transitavam por espaços sociais comuns, participantes, quase todos, de uma mesma rede de sociabilidades, essas narrativas ao mesmo tempo em que construíam uma memória, guardavam marcas fundamentais de um grupo (CHAMON, 2009b, p. 5).

Levi (1998) no texto intitulado “Usos da biografia”, após analisar a obra **Tristram Shandy**, de Sterne, obra do século XVIII, afirma que esse trabalho pode ser considerado o primeiro romance moderno que traz o gênero biográfico, ao ressaltar a extrema fragmentação de uma biografia individual. Na obra, Diderot, um grande admirador de Sterne, concordava com ele sobre o fato de que a biografia era incapaz de captar a essência de um indivíduo. Não que não aceitasse o gênero biográfico, mas, para ele, a biografia, embora seja incapaz de ser realista, tinha uma função pedagógica na medida em que apresentava personagens célebres e revela-lhes as virtudes públicas e os vícios privados:

> Pode-se acrescentar que o diálogo entre Tristam, o autor e o leitor é um dos traços característicos do livro. Trata-se de um meio eficaz de construir uma narrativa que dê conta dos elementos contraditórios que constituem a identidade de um indivíduo e das diferentes representações que dele se possa ter conforme os pontos de vista e as épocas (LEVI, 1998,p.170-171).

Este trabalho se propõe a fazer um perfil biográfico de Estevam de Oliveira, sem enaltecer a história individual, mas visando (re)construir o contexto social no qual estava inserido, entendendo-o como um importante personagem da história da educação em Minas Gerais.

## 2.2 Perfil biográfico de Estevam de Oliveira

Estevam José Cardoso de Oliveira nasceu na freguesia de São José do Turvo, pertencente, à época, ao município de Piraí, Estado do Rio de Janeiro, aos 28 dias do mês de janeiro de 1853, filho do professor Cesário José Cardoso de Oliveira e de D. Joaquina Maria de Oliveira.

Aos oito anos de idade, perde a mãe, fato que veio causar a loucura do pai, que falece quatro anos mais tarde. Oliveira, nessa data, tinha 12 anos, passando a residir com seus avós maternos, Sr. José Moreira da Silva e D. Gertrudes da Conceição e Silva, onde vai trabalhar como simples lavrador

juntamente com os escravos, chegando ao cargo de *capataz*. Mais tarde, com a ruína econômica de seu avô, muda-se para o arraial de Meia Pataca[26], à época tinha 18 anos. Resolve retomar os estudos, e, ao contrário do que algumas biografias dizem, ele, nessa época, não era analfabeto. Filho de pais professores, ainda na infância aprendera rudimentos de gramática portuguesa, sabia ler e escrever e ajudava o padre durante as missas, como demonstra o perfil biográfico feito por J. Paixão, em 1896[27].

Para dar continuidade a seus estudos, Oliveira matriculou-se nas aulas do Sr. José Bento Rodrigues, professor primário, cuja escola particular situava-se em uma fazenda próxima à Estação de D. Eusébia, no distrito de Porto de Santo Antônio. Caminhando diariamente 18 km, ida e volta, conseguiu completar o curso primário em três meses e começou a ensinar nas fazendas vizinhas, enquanto se dedicava ao estudo do latim e a outras matérias do secundário, como autodidata.

Em 1877, aos 24 anos, matriculou-se no Colégio Luiz do Lago, em Volta Grande, no município de Além Paraíba, no Estado de Minas Gerais, como aluno mestre. Estudando muito, tornou-se regente das cadeiras de português e francês, sendo também substituto das de aritmética, geografia e latim (primeiro ano). Não conseguiu terminar o curso, mas, no ano de 1878, submeteu-se a concurso público, e, como fora aprovado, foi nomeado para uma cadeira de instrução primária.

No ano de 1882, casou-se com Maria do Carmo Oliveira, com quem teve sete filhos. Dois anos mais tarde, foi removido para a cadeira pública no município de Campo Limpo, onde inicia sua vida pública como ativista político e funda o semanário **O Povo** – órgão republicano que funcionou até um tempo depois da Proclamação da República, 31 dezembro de 1889, como demonstra Barreto (1953, p. 149):

> Ainda em Campo Limpo, em 1885, Estêvão de Oliveira fundou o semanário “O Povo”, que manteve com muito brilho durante 5 anos, e no qual revelou a sua bela vocação jornalística, dando expansão aos seus ideais republicanos e abolicionistas, ao mesmo passo que

[26] Hoje cidade de Cataguazes, Minas Gerais.

[27] Esse perfil biográfico está presente em uma obra intitulada **Reforma do Ensino** e data de 1896. A cópia dessa biografia foi doada à Biblioteca Municipal Murilo Mendes, em Juiz de Fora, por um dos netos de Estevam de Oliveira que estava em passeio pela cidade. Não se encontrou a obra completa, mas está sendo considerada por ser uma biografia feita antes da morte de Estevam de Oliveira pelo professor J. Paixão.

> continuava sózinho, os seus estudos, logrando adquirir, ao fim de alguns anos mais, considerável lastro de cultura intelectual, que abriu novos horizontes ao seu formoso talento e às suas naturais tendências jornalísticas.

Ao ser forçado a abandonar o cargo de professor público, em virtude de ter-se declarado francamente contrário ao regime monárquico, muda-se para Cataguazes e dedica-se, exclusivamente, ao jornalismo. Ataca ferozmente os escravocratas e monarcas em seus artigos e se vê vitorioso com a promulgação da "Lei Áurea" (1888) e a Proclamação da República (1889).

Após a Proclamação da República, funda o jornal **O Popular***,* mas é também reintegrado pelo Governador João Pinheiro no antigo cargo de professor primário, elevado à categoria de 2º grau – escola urbana. Com seu envolvimento político, demonstrado em seus artigos, sobretudo com a "Dissidência Republicana[28]" chefiada por Fernando Lobo, em oposição a Cesário Alvim. Estevam de Oliveira foi convidado pelos dissidentes a ir residir em Juiz de Fora, Minas Gerais, para representar o pensamento desses oficialmente na Imprensa.

Em Juiz de Fora, em 1893, funda o jornal trimensário **Minas Livre**, um periódico informativo, que circulou até a renúncia do Marechal Deodoro da Fonseca e subsequente posse do Marechal Floriano Peixoto à presidência do Brasil. Nessa época, Afonso Pena é eleito Presidente de Estado e Estevam de Oliveira é nomeado por ele Inspetor do Primeiro Distrito de Imigração, com funções nas cidades Juiz de Fora e Ouro Preto, então capital de Minas Gerais. Mas logo foi exonerado do cargo por este ter sido extinto.

Em 1894, funda mais um jornal, o **Correio de Minas**, dirigindo-o até 1914, época em que começa a ter problemas de saúde, transferindo-o para seus filhos Inimá e Itagiba, mas, mesmo assim, comparecia diariamente à redação para orientar os trabalhos do jornal, só deixando de fazê-lo após a morte de seu filho Itagiba, momento em que abandona de vez o jornalismo.

Estevam de Oliveira, ocupando o cargo de Inspetor Técnico de Ensino no Estado de Minas Gerais, foi encarregado pelo governo, à época[29], para realizar um detalhado estudo das reformas educacionais no Rio de Janeiro e em São Paulo, a

---

28 Sobre dissidência, ver Viscardi (1995).

[29] Silviano Brandão foi eleito pelo Partido Republicano Mineiro (PRM) presidente de Estado de Minas Gerais (1898-1902).

fim de produzir um minucioso relatório que serviria de base para a reformulação do ensino público mineiro em inícios do século XX. Essa reforma, contudo, só veio a se efetivar anos mais tarde, com a posse de João Pinheiro como Presidente de Estado, em 1906. Permanece nesse cargo até seu falecimento, em 1926.

Além do relatório, Estevam de Oliveira produziu outras obras pouco conhecidas, tais como **Pela República**; **Crônicas e traduções** (coletânea de colaborações suas no jornal **Correio de Minas**, sob pseudônimo de Neophyto); **Rudimentos de História Pátria** (organizados em lições, de conformidade com o programa instituído oficialmente para escolas primárias, e escrito a pedido do Governo do Estado); **Virgílio Marão**: tradução e prosa; **Notas e Epístolas**: páginas esparsas de uma Campanha Civilista; **Dos suplícios** (tradução latina) e **Discursos de Marco Túlio Cícero contra Caio Licínio Verres**, além de Traduções avulsas.

# CAPÍTULO III

# O INTELECTUAL ESTEVAM DE OLIVEIRA

Há algum tempo, percebe-se o interesse da historiografia da educação brasileira por sujeitos que pensaram a educação e/ou que fizeram parte de um projeto político e educacional. Também se levantam questões sobre a atuação dos intelectuais e até mesmo o silêncio dos mesmos diante das transformações do espaço público e da participação político-educacional nas últimas décadas.

Na opinião de Vieira (2006), a História da Educação Brasileira tem uma significativa tradição de estudos acadêmicos sobre o tema intelectuais, mas a tradicional História das Ideias, presentes nos manuais de História da Educação, não encontrou coro na produção acadêmica. A produção das ideias educativas foi ajustada de maneira a visualizar não somente as teorias, os sistemas de pensamento, como também os projetos, os agentes, as instituições e, sobretudo, as ações sociais que estes informavam e justificavam.

Segundo o autor, a recorrência ao tema nas pesquisas da área de História da Educação não resultaram em reflexões sistemáticas sobre conceitos e teorias sociais capazes de problematizar o papel do intelectual no cenário educacional brasileiro. A definição de intelectuais dada aos sujeitos do campo educacional mostra-se, em sua maioria, naturalizada na produção da área, de tal forma que a polissemia do termo e as teorias sociais que acometem as práticas sociais dos intelectuais são dificilmente abordadas.

Pretende-se, então, neste capítulo, enquadrar Estevam de Oliveira na categoria de intelectual, analisar sua atuação e engajamento nas questões sociais, políticas e culturais do período em que viveu, de maneira a servir de baliza para os estudos dos intelectuais na atualidade. Para isso, o capítulo está dividido em três partes: a primeira tratará da História Intelectual como disciplina; a segunda abordará o conceito de intelectual, sem a pretensão de esgotar esse tema que é amplo e está presente em várias correntes, mas que serve como parâmetro referencial do termo “ntelectual”, em que se pode alocar Estevam de Oliveira. A terceira parte apresenta

um apanhado sobre os primeiros intelectuais no Brasil, a “Geração de 1870”, na qual se pode enquadrar Estevam de Oliveira.

## 3.1 História Intelectual

A História Intelectual[30] vem-se destacando no cenário historiográfico nos últimos anos, localizando-se no encontro entre a História Política, a História Cultural[31] e a História Social: “Esse cruzamento é considerado essencial para a compreensão do que venha a ser o Intelectual, a sua atuação engajada, seu pensamento e da influência deste sobre estratos específicos e/ou sobre o conjunto da população”[32].

Na França, em final do século XIX e início do século XX, com a chamada “*Revolução Francesa da Historiografia”*[33]*,* surgida da crítica da historiografia francesa, criou-se a **Revista dos *Annales***[34]*,* em 1929, liderada, inicialmente, pelos historiadores Lucien Febvre e Marc Bloch. As ideias e diretrizes da revista preconizavam a substituição da tradicional História narrativa dos acontecimentos pela História-problema, pela História de todas as atividades humanas e não somente a História Política:

> [...] a criação do movimento dos Annales resultou da tentativa de deslocar do centro de atenção as ações políticas, propondo um comprometimento novo com uma teoria social globalizante, que transcendesse o indivíduo e o evento concreto pela valorização das forças impessoais que movem os homens e seus destinos, pela demarcação de ritmos mais lentos que acompanham o avanço do tempo social pela valorização do ambiente (como desafio ou limitador da ação humana) (ZANOTTO, 2008, p. 33).

---

[30] Sobre História Intelectual, ver Falcon (1997).
[31] Sobre História Cultural, ver Burke (2004), Chartier (1990).
32 ZANOTTO, Gisele. História dos Intelectuais e História Intelectual: contribuições da historiografia francesa. **FURG** – Revista do Departamento de Biblioteconomia e História – Rio Grande do Sul, v. 22, n. 1, p. 31-45, 2008.
[33] Burke (1997).
[34] Segundo Burke (1997), a revista teve quatro títulos: **Annales d’histoire économique et sociale** (1929-1939); **Annales d’histoire sociale** (1939-1942, 1945); **Mélanges d’histoire sociale** (1942-1944); **Annales: économies, sociétés, civilisations** (1946).

A produção intelectual da França, sobretudo após a criação da **Revista dos *Annales*,** é produto de um pequeno grupo denominado a "Escola dos *Annales*"[35]. Esse grupo é o responsável pela maioria da produção historiográfica da chamada "Nova História". Com a difusão dessa nova perspectiva histórica, a História dos Intelectuais sofre um profundo abalo, pois as críticas à História tradicional acabaram desvalorizando as bases de sustentação da História Intelectual, deixando o intelectual no "ângulo morto[36]" da pesquisa:

> Pois esta história dos intelectuais remetia obrigatoriamente, por algumas de suas facetas, à história política, que na época estava no ostracismo: empreendida pela via indireta da história dos engajamentos individuais, ela se situava – duplo defeito! – no cruzamento da biografia e do político; considerada sob o ângulo coletivo, também esbarrava, é claro, na história social, mas tinha nesse domínio, outros preconceitos a combater (SIRINELLI, 2003, p. 234).

Segundo o autor, outra causa que deixou os intelectuais à margem das pesquisas historiográficas é o fato de constituírem um grupo social de contornos vagos que, durante muito tempo, foi pouco significativo em termos de tamanho, desencorajando as abordagens quantitativas, já que a historiografia mais recente experimentou um entusiasmo pelas "massas", às quais os intelectuais não podiam pretender devido a seu número reduzido e também pelo fato de pertencerem às "elites". Sendo assim, os intelectuais se inscreviam em três outros pecados: "constituíam um grupo social reduzido, indistinto e 'elitista'" (Ibid., p. 235).

---

[35] O núcleo central do grupo é formado por Lucien Febvre, Marc Bloch, Fernand Braudel, Georges Duby, Jacques Le Goff e Emmanuel Le Roy Ladurie. Próximo desse centro estão Ernest Labrousse, Pierre Vilar, Maurice Agulhon e Michel Vovelle, Burke (1997).

[36] Sirinelli (2003).

Zanotto (2008, p. 35), sobre o assunto, assim se expressa:

> Reabilitada, a história dos intelectuais agora poderia – e deveria – ser provida de novas discussões e de instrumentos teórico-metodológicos que, mesmo que não viessem a solucionar todas as questões e controvérsias, pelo menos reduziriam os riscos de um estudo ingênuo e pouco crítico.

A História dos Intelectuais, que havia caído em um ostracismo durante alguns anos, tem seu "nascimento, mais do que um renascimento" nas palavras de Sirinelli (2003), na década de 1970, quando perde o seu *status* indigno, em grande parte como resultado dos esforços de historiadores do político e da cultura, e também em decorrência do aumento numérico desse grupo social.

## 3.2 Conceito de Intelectual

Após compreender como a História Intelectual se firma ao longo dos últimos anos como disciplina, faz-se necessário, até mesmo por questões metodológicas, definir este grupo social (intelectuais), um grupo que é o objeto de estudo para essa disciplina. E, para isso, é imprescindível remontar à origem do termo "intelectual".

Apesar de o nascimento dos intelectuais remontarem à Grécia antiga, foi na França, em final do século XIX, que a palavra "intelectual" toma peso e se substancia a partir do caso Dreyfus[37]. Desde aquela época, e ao longo de todo o

[37] Alfred Dreyfus (1859-1935), capitão do estado-maior geral do exército francês, foi acusado de espionagem em favor da Alemanha, por terem sido encontrados documentos com a sua caligrafia falsificada junto ao adido militar alemão em Paris. Foi, por isso, condenado, em 1894, à prisão perpétua na Ilha do Diabo, na costa da Guiana Francesa. Em 1898, foram encontradas evidências de sua inocência e da culpa do major francês Esterhazy, mas o segundo julgamento manteve o resultado do primeiro, provocando a indignação do escritor Émile Zola (1840-1902), que expôs o escândalo ao público geral no jornal literário **L'Aurore** numa famosa carta aberta ao então Presidente da República Félix Faure, intitulada *J'accuse*!, em 13 de janeiro de 1898. O escândalo dividiu a opinião pública entre dreyfusards (a esquerda progressista) e anti-dreyfusards (a direita conservadora), e surgiram fortes ataques antissemitas por parte da direita e anticlericais à esquerda – por ser Dreyfus judeu e a Igreja Católica ligada ao Estado. Os debates arrastaram-se por mais oito anos, até o capitão ser totalmente inocentado, em 1906 (MÁXIMO, 2000; ZANOTTO, 2008).

século XX, a palavra refere-se àqueles que, exercendo uma atividade intelectual, usam seu prestígio adquirido nessas atividades para intervir no debate público e defender valores universais (justiça e verdade, em particular)[38]:

> Em outras palavras, o *intelectual é aquele que transforma uma autoridade intelectual em autoridade política em nome de uma autoridade moral*. Assim sendo, deve ter três condições, parece, para que haja intelectuais: um certo tipo de sujeito social, um certo tipo de objeto (o universal) e um certo espaço onde ele possa se exprimir (WOLFF, 2006, p. 47).

Segundo Máximo (2000), de modo geral, tanto os dicionários comuns quanto os especializados, os vários autores que tentaram definir o conceito de intelectual procuraram fazê-lo conforme um conjunto de características ligadas ao "intrínseco" do ser intelectual e, concomitantemente, às suas atividades sociais. O autor faz um quadro esquemático com o resumo do que há de mais comum em termos de critérios para se estudar os intelectuais. Esses critérios, articulados ou isolados, formam um certo "senso comum":

> a) clássica divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual (mesmo Abelardo, lá na Idade Média, já confirma isso de modo exemplar: por não saber trabalhar com as mãos – diz ele – abriu uma escola);
> b) a ideia gramsciana de "funcionários das superestruturas";
> c) a divisão da sociedade em classes, camadas socais, castas, estamentos;
> d) a manutenção da existência material com recursos retirados do próprio trabalho não físico, isto é, "ganhar o pão" trabalhando com ideias;
> e) caráter laico da atividade intelectual;
> f) o exercício constante da crítica em geral e, particularmente, da crítica sistemática ao poder;
> g) a dedicação ao cultivo das ideias perenes, a vigilância com relação aos valores universais válidos da cultura (que não se sujeitam ao "temporal", ao contingente), o cultivo das ideias de razão, justiça, democracia;
> h) a produção e difusão de conhecimentos;
> i) e, por fim, alguns autores recorrem até mesmo aos conceitos de "progressista" e de "esquerda" para situar os que se deve entender

[38] Wolff, Francis. Dilemas dos Intelectuais. In: NOVAES, Adauto (Org.). **O silêncio dos intelectuais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 45-68.

> por intelectual. É o caso, por exemplo, de Sartre e de Luiz Arangurem (MÁXIMO, 2000, p. 20-21).

Percebe-se, a partir da análise do quadro esquemático apresentado, que os traços os quais balizam o intelectual ampliam cada vez mais o conceito de intelectual, o que Máximo (2000) chama de "senso comum"; já Portes (2008) denomina "núcleo central" o conjunto de características que definem e dão sustentação e densidade ao conceito de intelectual.

Mas, como definir Estevam de Oliveira como intelectual? Chamon (2009a), em seu texto a "A República e educação em Estevão[39] de Oliveira", define o articulista como um Intelectual Engajado diante da atuação profissional, produção e envolvimento na construção da República e ao melhoramento da educação. Mas o que seria um Intelectual Engajado? A autora responde a essa questão com base no artigo de Chauí[40] (2006), em que a autora recupera um intenso debate ocorrido na França, no início dos anos 1950 do século XX, para tentar esclarecer o que seria engajamento nas figuras de Sartre e Merleau-Ponty, a partir das divergências político-filosóficas existentes entre os dois.

Para Sartre (apud CHAUÍ, 2006, p. 25), "o intelectual engajado é o escritor de atualidades que opina e intervém em todos os acontecimentos relevantes, à medida que vão se sucedendo uns aos outros. É um estado de vigília permanente". Já Merleau-Ponty (apud CHAUÍ, 2006, p. 25) não aceita esse tipo de engajamento, pois acredita que o escritor induz o leitor a aceitar ou negar fatos isolados; para ele, essa vigília engajada seria *má-fé* por não proporcionar ao leitor uma visão mais abrangente do acontecimento, "não informa, não analisa, não reflete, corre e muda ao sabor dos eventos" de maneira que, se fosse apresentado ao leitor o conjunto de sua obra, este perceberia a incoerência, a leviandade, a irresponsabilidade daquele que escreve.

Chamon (2009a) afirma que os dois modelos de engajamento parecem se adequar a Estevam de Oliveira, pois o que perpassa por um e pelo outro é a característica da autonomia e independência do intelectual. Afinal, tanto Merleau-

---

[39] A autora utiliza Estevão em vez de Estevam. Optou-se, neste trabalho, utilizar Estevam por ser o original.

[40] CHAUÍ, Marilena. Intelectual engajado: uma figura em extinção? In: NOVAES, Adauto (Org.). **O silêncio dos Intelectuais**. São Paulo. Companhia das Letras, 2006. p. 19-44.

Ponty como Sartre perseguiam esta mesma característica, contudo de maneiras diferentes: um pelo “distanciamento”, com intenção de uma análise mais precisa, e o outro pela idealização de um futuro fixo, privilegiando o caráter de ação.

A autora percebe esse distanciamento e a análise reflexiva e idealização do futuro na atuação de Estevam, a partir do que seus pares falavam sobre ele. No texto publicado no livreto “Juiz de Fora no século XIX” [41], Heitor Guimarães, que foi convidado a escrever sobre a imprensa local, falando do jornal **Correio de Minas**, escreve algumas palavras sobre o colega de imprensa:

> Foi seu fundador o redator chefe e valente polemista Estevam de Oliveira, que na chefia da redação do “Correio de Minas” se aperfeiçoou como tal e como doutrinador, estudando a fundo as questões de que se ocupava. Nesse período nenhum fato político se agitou em Minas que não fosse discutido pelo denodado articulista. Mesmo as questões mais importantes da política federal foram por ele analisadas, com espírito partidário, é certo mas com calma, com elevação de vistas, sem ódios nem rancores.
> Ainda estão vivos na memória de todos que acompanharam essa fase da imprensa mineira os serviços que Estevam de Oliveira prestou à República, ao Estado de Minas e ao partido republicano histórico, a que sempre pertenceu (GUIMARÃES, 1901 p. 101-2).

Na análise de Chamon (2009a), há uma aproximação da concepção de Merleau-Ponty quando Guimarães (1901, p. 101-102) afirma que Estevam “se aperfeiçoou como tal e como doutrinador, estudando a fundo as questões de que se ocupava”. Nesse sentido, Estevam é mostrado como alguém que realmente se aprofunda nos assuntos com “autonomia racional”, em vez de apenas opinar. Mas quando o autor afirma que no “período nenhum fato político se agitou em Minas que não fosse discutido pelo denodado articulista”, a imagem de engajamento é mais próxima à proposta por Sartre, como alguém que está em “estado de vigília permanente” (CHAMON, 2009a, p. 88). A autora esclarece ainda que:

[41] Este livreto foi publicado pela Typographia Central, em 1901, em comemoração à virada do século XIX para o XX. Foram convidados vários escritores da cidade para versarem sobre temas diversos, inclusive Estevam de Oliveira, que escreveu sobre a República. Heitor Guimarães escreveu sobre a imprensa na cidade.

> Estevão foi investido da função intelectual por seus contemporâneos, em especial por seus colegas escritores e jornalistas, tendo certamente que responder a essa demanda no jogo social. Ou seja, tomado como jornalista e/ou escritor, os biógrafos de Estevão lhe emprestaram atributos para falar de seu papel como intelectual na sociedade interferindo, com suas representações, na maneira de Estevão agir na arena social. Interferindo também, como é o caso das biografias escritas após sua morte, na perpetuação de uma memória (CHAMON, 2009b, p. 15-16).

Percebe-se, nesse contexto, que Estevam de Oliveira é considerado intelectual não só a partir do que produzia, ou pensava, mas também através das representações que seus contemporâneos faziam dele. Chamon (2006, 2009b), ao analisar algumas biografias de Estevam, percebe que estavam presentes nelas elementos que o identificariam como intelectual principalmente por meio de algumas imagens fabricadas por seus pares.

## 3.3 Estevam de Oliveira e a "Geração de 1870"

Para se compreender melhor a questão dos intelectuais no Brasil, mesmo para localizar Estevam de Oliveira no contexto intelectual de sua época – movimento da "nova geração", faz-se necessário entender como esse movimento se deu no país.

Assiste-se, no Brasil, em fins do Império, ao surgimento do movimento da "nova geração"[42], um grupo assim autonomeado numa referência à juventude de seus membros. Os intérpretes passaram depois, convencionalmente, a identificá-lo como "Movimento Intelectual da Geração de 1870". Em princípio, esse grupo foi acusado de ter-se interessado mais em edificar novos sistemas filosóficos do que interpretar a realidade nacional e também de que seriam imitadores das teorias estrangeiras. Alonso (2000, p. 36) acredita que esse quadro de imitação resulta de dois procedimentos adotados pelos analistas:

---

[42] Figuram entre os representantes dessa geração, personagens como Joaquim Nabuco, André Rebouças, Quintino Bocaiúva, entre outros.

> De um lado, a incorporação acrítica das explicações e classificações construídas por membros da própria geração 1870 *pós-factum,* já na República, endossando, assim, a clivagem doutrinária como eixo explicativo do movimento. De outro lado, a suposição de uma autonomia do campo intelectual. Por isso tomaram os sistemas intelectuais europeus contemporâneos como parâmetro de avaliação do movimento. É por comparação a teorias europeias e em acordo com as memórias e reconstruções dos próprios agentes que se forma o juízo do movimento da geração 1870 como "intelectual" e imitativo.

A autora prefere analisar o "Movimento Intelectual da Geração de 1870" sob o ponto de vista da experiência compartilhada por seus membros, dada a inexistência de um campo intelectual autônomo no século XIX. Ela aponta como diretamente política a participação desse grupo, esclarecendo, ainda, que o sentido principal desse movimento foi a intervenção política, revelando-se um movimento de contestação, encontrando, nas obras desses intelectuais, críticas ao *status quo* monárquico e a programas de reformas.

Barros (1986) denominou "ilustração brasileira" o período caracterizado por esse movimento intelectual compreendido entre os anos de 1870 e 1914, quando, segundo o autor, identificam-se três "tipos" de mentalidade: a católica-conservadora, a liberal e a cientificista. Para ele, a "ilustração brasileira" não seria propriamente um movimento retardatário daquele acontecido no século XVIII na Europa, mas um movimento influenciado pelos autores "populares" do século XIX europeu (Darwin, Spencer, Comte, Stuart Mill):

> [...] criamos um movimento "ilustrado" que, sob forma nova, de certo modo desempenhou um papel semelhante ao iluminismo na Europa do século XVIII. Deste, a nossa "ilustração" guardou a crença absoluta no poder das ideias; a confiança total na ciência e a certeza de que a educação intelectual é o único caminho legítimo para melhorar os homens, para dar-lhe inclusive um destino moral [...] (Ibid., p. 9).

Oliveira (1990), ao estudar esse período histórico em que a população brasileira assume contornos de Nação, acredita que esta, como uma unidade própria, emergiu em diferentes momentos do processo de autoconsciência dos

intelectuais brasileiros com a chamada “Geração de 1870” e utiliza as palavras de José Veríssimo para explicar o surgimento dessa geração de intelectuais:

> O movimento de ideias que antes de acabada a primeira metade do século XIX se começara a operar na Europa com o positivismo comtista, o transformismo darwinista e o evolucionismo spenceriano, o intelectualismo de Taine e Renan e quejandas correntes de pensamento, que, influindo na literatura, deviam pôr um termo ao domínio exclusivo do romantismo, só se entrou a sentir no Brasil pelo menos, vinte anos depois de verificada a sua influência ali. Sucessos de ordem política e social, e ainda de ordem geral, determinaram-lhe ou facilitaram-lhe a manifestação aqui. Foram, entre outros, ou os principais: a Guerra do Paraguai, acordando o sentimento nacional meio adormecido desde o fim das agitações revolucionárias consequentes à Independência, e as nossas lutas no Prata; a questão do elemento servil, comovendo toda a nação, e lhe despertando os brios contra a aviltante instituição consuetudinária; a impropriamente chamada questão religiosa, resultante do conflito entre as pretensões de autonomia do catolicismo oficial e as exigências do tradicional regalismo do Estado, a qual alvoroçou o espírito liberal contra as veleidades do ultramontanismo e abriu a discussão da crença avoenga, provocando emancipações de consciências e abalos da fé costumeira; e, finalmente, a guerra franco-alemã com as suas conseqüências, despertando a nossa atenção para uma outra civilização e cultura que a francesa, estimulando novas curiosidades intelectuais. Certos efeitos inesperados da Guerra do Paraguai, como o surdo conflito que, apenas acabada, surgiu entre a tropa demasiado presumida do seu papel e importância e os profundos instintos civilistas da Monarquia, não foram sem efeito neste momento da mentalidade nacional. Também a Revolução Espanhola de 1868 e consequente advento da República em Espanha, a queda do Segundo Império napoleônico e imediata Proclamação da República em França, em 1870, fizeram ressurgir aqui com maior vigor do que nunca a ideia republicana, que desde justamente este ano de 70 se consubstanciara num partido com órgão na imprensa da capital do Império. Esta propaganda republicana teve um pronunciado caráter intelectual e interessou grandemente os intelectuais, pode dizer-se que toda a sua parte moça, ao menos. Outro caráter da agitação republicana foi o seu livre-pensamento, se não o seu anticatolicismo, por oposição à Monarquia, oficialmente católica (VERÍSSIMO, 1969 apud OLIVEIRA, 1990, p. 79-80).

Percebe-se que a Geração de 1870 foi influenciada pelos movimentos internacionais, e isso incidiu diretamente nos trabalhos produzidos no Brasil, no período, trazendo a preocupação de sanar os males brasileiros através da ciência e

cultura. Os personagens acreditavam que a educação como projeto republicano era o meio legítimo de melhorar o país:

> Seu projeto era colocar o país ao 'nível do século', superar seu 'atraso cultural' e acelerar sua marcha evolutiva a fim de que o Brasil pudesse alcançar a parcela mais avançada da humanidade. Outro traço que caracterizava essa geração era um 'esforço de universalização', em oposição à busca de singularidade, marca do romantismo. [...] A Elite intelectual aceitou aquelas ideias que permitiriam pensar a integração do Brasil na cultura ocidental. O positivismo, o darwinismo, o spencerismo e o materialismo preencheram o mesmo papel; essas correntes veicularam uma filosofia da história que possibilitava esta integração ao moderno, ao científico, ou ao Estado positivo (OLIVEIRA, 1990, p. 81).

Estevam de Oliveira, integrante dessa geração, figurou entre aqueles que se empenharam na derrubada da monarquia e via na educação um meio pelo qual o país entraria no processo de modernização. Analisando suas produções tanto nos jornais quanto em seus relatórios, percebe-se, claramente, sua aproximação com essas correntes filosóficas, sobretudo o cientificismo. No relatório apresentado ao Governo do Estado de Minas Gerais, em 1902, Estevam dedica um capítulo inteiro ao tema Higiene Escolar. Seu conhecimento sobre o nascente movimento higienista na educação é não só um forte indicador de como a intelectualidade brasileira participava das discussões mais atuais da época, como também um modo de apresentar uma perspectiva ainda pouco explorada, a de que Minas Gerais fazia parte desse contexto.

A partir da análise da obra de Estevam de Oliveira, pode-se afirmar que este foi, sem dúvida, fruto desse movimento intelectual da Geração de 1870, já que seus trabalhos não só tinham um aporte contestatório quando se referia à abolição da escravatura e à queda do regime imperial, como também participou da consolidação do sistema republicano, na Imprensa, com artigos que versavam sobre política e educação, intervindo no meio educacional, com suas críticas e sugestões sobre métodos de ensino, higiene escolar, formação de professores, etc.

Em fevereiro de 1901, durante o Governo de Silviano Brandão, Estevam de Oliveira foi incumbido de estudar, minuciosamente, a organização do ensino primário e normal nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo e, a partir desse

estudo, deveria emitir um parecer que apresentasse um plano de reforma de ensino para Minas Gerais. A visita aos estados resultou em um relatório que foi apresentado ao Secretário do Interior em 3 de agosto de 1902, sob o título "Reforma de Ensino Primário e Normal em Minas" – composto por 184 páginas que versam sobre Higiene Escolar, métodos de ensino, além da descrição dos Grupos Escolares visitados por ele nos estados mencionados.

Analisando o relatório, percebe-se que Estevam de Oliveira fazia coro frente às ideias liberais e também versava sobre questões científicas. Seu trabalho é dividido em títulos, e cada título apresenta alguns capítulos. O Título 1 compreende três capítulos: o primeiro capítulo dessa série é referente à Higiene Escolar e Educação Física. Composto por 13 páginas, versa sobre a importância do desenvolvimento físico das crianças. Ele utiliza, como aporte teórico para compor esse capítulo, termos técnicos próprios da Medicina, citando alguns médicos ou estudiosos do tema como o médico francês Ferdinando Buisson[43].

O segundo capítulo é apresentado em 10 páginas e trata do mobiliário escolar; traz um verdadeiro estudo sobre esses objetos escolares com as medidas e normas indispensáveis ao fabrico desses móveis. Os estudos sobre mobiliário escolar, em sua maioria, também remetem aos resultados de pesquisas realizadas em outros países. Vale ressaltar que não se verificam no relatório apontamentos de pesquisas feitas no Brasil, mas em um artigo de Estevam de Oliveira no jornal **Correio de Minas**, em 1904, período em que se discutia, em Minas Gerais, a adoção de mobiliário escolar apropriado para os alunos, Estevam faz comparações com os estudos do higienista paulista Dr. Vieira de Mello[44]. Percebe-se, assim, que esse intelectual, dois anos depois da publicação do relatório, mantinha-se atualizado em relação aos assuntos que estudou anos antes para compor esse documento. Identificam-se, no relatório, mostras de que era um estudioso dos temas relativos à educação; nesse caso, o mobiliário escolar, não só reproduzindo o que leu e estudou no relatório de Rui Barbosa, quando se refere às medidas do corpo das crianças para se calcular o tamanho da carteira apropriada para as mesmas:

---

[43] Esse educador francês foi professor da cadeira de Ciências da Educação na Sorbonne, de 1896 a 1902, e teve como seu auxiliar Émile Durkheim. Autor de vasta obra muito mencionada à época como o **Dictionnaire de pédagogie et d'instruction primaire** (o primeiro de quatro volumes publicado em 1878) e **Rapport sur l'instruction primaire à l'Exposition universelle de Philadelphie em 1876** (1878) (ABREU JUNIOR; SILVA, 2009, p. 4).

[44] Esse tema será abordado em outro capítulo, em que os artigos de Estevam de Oliveira serão analisados melhor.

> Estes coeficientes, que cuidadosamente coordenamos das tabellas com que o dr. Ruy Barbosa documentou o seu relatório, ajustam-se, em completa concordância, com os dados colligidos pelo dr. RIANT, na sua tantas vezes citada minuciosa monografia (OLIVEIRA, 1902, p. 23).

O terceiro capítulo compõe-se de 16 páginas e faz referência aos prédios escolares, sua cubagem e iluminação. Nesse capítulo, Estevam de Oliveira continua falando de Higiene Escolar, trazendo os aspectos técnicos e científicos de como um prédio escolar poderia influir no aprendizado e desenvolvimento físico das crianças. Ele cita especialistas no assunto, utiliza termos técnicos de química para falar da qualidade do ar em uma sala de aula, enfim, apresenta aspectos científicos para comprovar a importância da Higiene Escolar, mais uma vez com base nas proposições presentes no relatório de Rui Barbosa, como na dissertação do Dr. Riant[45]:

> Como no espaço de uma sala escolar não se restabelece de prompto o equilíbrio que se observa ao ar livre, onde é absolutamente insensível a modificação do ambiente pelo derrame de anhydrido carbônico, e porque a actividade respiratoria das creanças sobremodo contribue para a diminuição do volume de oxigenio no espaço estreito das classes pensa esse incansavel aposto da saude infantil nas escolas que dahi que provêm muitas enfermidades, na epocha juvenil, originárias do empobrecimento do sangue... (Ibid., p. 35).

Percebe-se, no relatório de Estevam de Oliveira, sua adesão à filosofia da época, em especial o cientificismo. Essas filosofias se infiltram no país, principalmente após a Proclamação da República, na tentativa de promover o progresso do mesmo, retirando-o do atraso em que se encontrava em relação aos seus pares europeus.

---

[45] Estevam de Oliveira se refere sempre ao dr. Rian, mas não foi possível encontrar dados sobre esse autor ou sobre suas obras.

# CAPÍTULO IV

# A EDUCAÇÃO ATRAVÉS DA IMPRENSA

Antes de se abordar os artigos de Estevam de Oliveira publicados no jornal **Correio de Minas**, faz-se necessário, mesmo que brevemente, apontar as possibilidades da utilização da Imprensa como fonte para a história da educação, considerando-a um espaço privilegiado para interpretar as formas do pensamento educacional e os modelos de funcionamento no campo educacional no período analisado.

Os jornais são fontes documentais significativas para o estudo da história educacional, sendo a prática jornalística participante do processo histórico, por compartilhar da cotidianidade da sociedade (CARVALHO, 2004).

Este capítulo compreenderá duas partes. Na primeira, aborda-se a questão da utilização da Imprensa como fonte de pesquisa, os estudos realizados nessa área e a credibilidade da mesma. Na segunda, buscar-se-á perceber pesquisas em educação que vêm utilizando esse recurso como fonte de pesquisa.

## 4.1 Imprensa como fonte de pesquisa

Fonte é uma palavra que apresenta, via de regra, dois significados. De um lado, representa o ponto de origem, o lugar de onde se brota algo, que se projeta e se desenvolve indefinidamente e inesgotavelmente. De outro, indica a base, o ponto de apoio, o repositório dos elementos que definem os fenômenos cujas características se busca compreender (SAVIANI, 2004).

Segundo o autor, há três formas de se considerarem as fontes. No primeiro caso, estão todas as fontes que se encontram nos vários tipos de acervos, com as mais diferentes formas. São documentos, vestígios, indícios que foram se acumulando ou sendo guardados, aos quais se recorre quando se pretende trabalhar determinado assunto. No segundo caso, são os materiais utilizados e

mantidos por pesquisadores e educadores, tendo em vista sua possível importância para estudos futuros. No terceiro caso, estão os registros e relatos orais, que servem para o próprio estudo, cujas informações ficam disponibilizadas para eventuais estudos futuros.

Neste trabalho, a Imprensa torna-se a principal fonte a ser trabalhada, já que o mesmo se fundamenta na análise das produções de Estevam de Oliveira em seu jornal **Correio de Minas.** Assim, busca-se compreender como o tema Imprensa como fonte tem sido abordado nos últimos tempos.

Cumpre ressaltar que muito ainda há de ser feito no que se refere aos estudos sobre História da Educação. E o mesmo se pode afirmar em relação aos estudos que utilizam a Imprensa como fonte de pesquisa. Percebe-se, ao se analisar a historiografia da educação, que o uso de fontes sempre foram questionadas no que diz respeito à credibilidade das mesmas, os periódicos, nesse caso os jornais, sempre foram considerados documentos suspeitos, por serem portadores dos interesses daqueles que os produziam.

Segundo Capelato (1988), tais sugestões são relevantes, mas o conceito de jornal como fonte suspeita vem-se modificando, sendo que a historiografia mais recente tem refletido muito sobre o significado do documento e, a partir dessa redefinição, percebe-se que as suspeitas contra a Imprensa vêm desaparecendo.

Deve-se considerar que a História como a Ciência que estuda o passado[46] e o passado como objeto do historiador vêm sofrendo algumas alterações no que diz respeito a suas interpretações, pois hoje em dia a definição de objeto é a de que este é construído e reconstruído, tendo em vista as necessidades e perspectivas do presente. Nas leituras e releituras do passado, há constantes perdas e ressurreições:

> É em função da vida que se interrogam os mortos. Compete, pois ao historiador fazer reviver as personagens do passado, procurando entendê-las na sua época. Com essa nova postura, a história morta cede lugar a uma história viva que se propõe, como meta. Captar as transformações dos homens no tempo. A imprensa oferece amplas possibilidades para isso. A vida cotidiana nela registrada em seus múltiplos aspectos, permite compreender como viveram nossos

[46] Bloch (apud LE GOFF, 1994) não gostava de definir a História como Ciência do passado, ele propunha a definição de História como “ciência dos homens no tempo”.

> antepassados – não só os “ilustres”, mas também os sujeitos anônimos (CAPELATO, 1988, p. 20).

A autora afirma que, até a metade do século XX, os historiadores brasileiros assumiam duas posturas distintas em relação ao documento-jornal, uma de desprezo por considerá-lo fonte suspeita, outra de enaltecimento, encarando-o como o repositório da verdade[47]. As duas posturas são contestáveis se considerar que o jornal não é um transmissor imparcial e neutro dos fatos e tampouco uma fonte desprezível:

> A imprensa constitui um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social. Partindo desse pressuposto, o historiador procura estudá-lo como agente da história e captar o movimento vivo das ideias e personagens que circulam pelas páginas dos jornais. A categoria abstrata *imprensa* se desmitifica quando se faz emergir a figura de seus produtores como sujeitos dotados de consciência determinada na prática social (Ibid., p. 21).

A análise dos jornais exige que os pesquisadores estabeleçam um constante diálogo com os muitos personagens que atuam na Imprensa de uma época e, desse diálogo, surge uma história mais viva, mais humana e mais rica, bem diferente da história preconizada pela corrente positivista, cujos seguidores eram voltados para uma visão mais objetiva dos fatos (Ibid., 1988).

Segundo a autora, os jornalistas brasileiros da primeira metade do século XX tinham preocupações semelhantes àquelas dos historiadores do Positivismo. O culto da objetividade na concepção do fato-verdade era considerado matéria-prima do jornalismo e da história.

Atualmente, essa ideia de fato-verdade é algo questionável, pois o fato jornalístico é construído, e o historiador de hoje dessacralizou os fatos e sequer admite que eles sejam a base da objetividade, porquanto reconhece que eles são fabricados e não dados:

---

[47] Nesse caso, a notícia era concebida como relato fidedigno do fato.

> Mais importante do que a “realidade dos fatos” é a maneira pela qual os sujeitos da história tomaram consciência deles e os relataram. O historiador mantém o compromisso de buscar a verdade, mas há muitas verdades. Por essa razão constata que é impossível ser completamente objetivo: a objetividade continua sendo um critério fundamental da análise histórica, mas o seu culto mítico já é questionado (CAPELATO, 1988, p. 22).

Le Goff (1994) afirma que a memória coletiva e sua forma científica, a História, aplicam-se a dois tipos de fontes: os *documentos* e os *monumentos*. Os monumentos seriam a herança do passado e os documentos, a escolha do historiador. Candiá (2007, p. 24) complementa essa ideia do seguinte modo:

> Esse documento/monumento, produto da escolha do historiador, deve ser submetido a uma crítica radical, que não mais se fixe na procura de sua autenticidade, mas numa descrição intrínseca do documento, buscando evidências das condições de sua produção em um contexto mais amplo. Dito de outro modo, uma crítica que busque evidenciar seu caráter monumental, a partir da identificação das relações de forças atuantes na sociedade, responsáveis não só pela sua edificação, mas também por sua perpetuação e manipulação no decorrer do processo histórico.

Biccas (2006), em seu trabalho sobre a **Revista do Ensino**, utiliza o periódico como fonte e objeto de pesquisa. As investigações sobre impressos pedagógicos, de acordo com a autora, têm-se apresentado como um novo campo de pesquisa em vários países do mundo, nas últimas três décadas e, mais recentemente, no Brasil:

> A sistematização de informações sobre os periódicos já tem uma longa tradição e percurso em países da Europa, dentre os quais se destacam França, Bélgica e Portugal. O mapeamento de acervos, bem como sua organização e conservação, têm exigido um grande esforço dos pesquisadores em geral e especialmente, dos brasileiros, que têm que superar os limites quanto ao próprio acesso às fontes (Ibid., p. 72).

Em relação aos jornais, percebe-se uma preocupação por parte dos pesquisadores em organizar os jornais mineiros do século XIX de maneira a possibilitar o trabalho futuro dos interessados em utilizá-los como fonte. Camisasca e Venâncio (2007), no texto intitulado “Jornais mineiros do século XIX: um projeto de digitalização”, apresentam parte do projeto “Jornais Mineiros do Século XIX: digitalização, indexação e acesso”, desenvolvido pelo Arquivo Público Mineiro, em parceria com a Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa/Hemeroteca Histórica. O texto retrata as peculiaridades da formação e da guarda desse acervo, além de apontar possibilidades de pesquisa a partir dos jornais veiculados em Minas Gerais no século XIX. Um material assim facilitará, sem dúvida, a realização de estudos futuros sobre jornais como fonte de pesquisa.

## 4.2 Imprensa e Educação

Os estudos sobre a Imprensa brasileira assumiram, durante mais de meio século, um caráter preponderantemente histórico-jurídico:

> Desde os primeiros artigos publicados nas revistas das entidades nacionais de cultura ou de suas congêneres estaduais, até os mais recentes livros de monografias editadas por organizações comerciais ou por instituições universitárias e profissionais, contatamos uma tendência marcante pelo enfoque histórico ou pela escolha da perspectiva jurídico-legal. O que, aliás, não constitui variação significativa em relação aos estudos desses gêneros, duas primeiras formas sob as quais se corporificou a pesquisa sistemática do discurso jornalístico (CARVALHO, 2004, p. 45).

Segundo o autor, na bibliografia sobre a Imprensa brasileira, encontram-se poucas exceções em relação àquelas características histórico-jurídicas dos estudos globais. Sobrinho (apud CARVALHO, 2004), no trabalho intitulado “O problema da Imprensa”, editado em 1923, analisa os aspectos diretamente ligados à evolução histórica e aos instrumentos jurídicos para o controle da Imprensa, mas extrapola essa perspectiva contextual e introduz um tipo de interpretação com raízes

sociológicas nitidamente perceptíveis. Seguindo mais ou menos essa tendência, encontram-se também as obras de Luiz Beltrão (1960 apud CARVALHO, 2004) e Danton Jobim (1960 apud CARVALHO, 2004).

Danton Jobim (apud CARVALHO, 2004) dedicou-se a estudos monográficos, uns de natureza sociocultural, outros de natureza sociopolítica, sugerindo questões de grande interesse para a compreensão dos rumos da moderna Imprensa brasileira. Já Beltrão (apud CARVALHO, 2004) prioriza dois tipos de problemas: a sistematização de uma teoria social do jornalismo e a investigação empírica sobre fenômeno da comunicação de atualidades na sociedade brasileira em sua dimensão pré-tipográfica. Para Carvalho (2004), esses estudos representaram o ponto de partida para a realização de novos estudos sobre as ciências humanas, tais como a Sociologia, a Antropologia, a História, a Economia, a Política, entre outras.

A partir dessas reflexões, percebe-se que o espaço jornalístico como meio de comunicação penetra na sociedade como um veículo que se move na direção que lhe é dada pelas forças sociais que o controlam, sendo formador e regulador da opinião pública e passível de atender a interesses diversos, não ficando alheio à realidade histórica na qual está inserido. Assim, torna-se um aporte documental a mais para os pesquisadores de diversas ordens, principalmente os envolvidos com a educação:

> A imprensa periódica vem sendo (re) visitada por pesquisadores pelo fato de, na maioria das vezes, estar diante de reflexões muito próximas dos acontecimentos. A análise da imprensa permite o contato com discursos situados tanto no âmbito macro do sistema, como na esfera micro das experiências humanas. É o lugar onde a regulação coletiva se faz permanente, pois seus organizadores e produtores procuram equilibrar o que ela quer veicular para o leitor conhecer atendendo, ao mesmo tempo, aos interesses e expectativas do consumidor (Ibid., p. 47).

Pode-se pensar que tanto os jornais quanto as revistas podem contribuir para estudos reflexivos sobre a trajetória da educação, pois através deles manifestam-se, de um modo ou de outro, problemas educacionais, processos educativos e as dimensões sociais da educação, ultrapassando uma mera descrição

das ideias, das reformas, dos programas e das práticas educativas. De acordo com o autor, são os pequenos detalhes ocorridos no interior do espaço educacional e registrados nos jornais que ajudam as pessoas a compreender como as relações foram sendo construídas dentro de microcosmos sociais:

> Por meio dos artigos, editoriais, reportagens, notícias, dentre outros gêneros jornalísticos, a imprensa constitui-se num importante espaço de observação das relações sociais, possibilitando acompanhar a trajetória dos vários discursos educacionais, demonstrando o desenrolar dos processos históricos, que culminaram em "vitória" ou "derrota" de tais discursos (CARVALHO, 2004, p. 48).

As pesquisas feitas através dos jornais permitem levantar algumas características próprias do campo educacional, mostrando as relações estabelecidas entre os agentes sociais da época e da região estudada, possibilitando a análise tanto em âmbito nacional quanto no regional e local. Isso possibilita recompor aspectos pouco considerados pela história da educação brasileira, pois, através de iniciativas desse teor, podem-se preencher algumas lacunas deixadas pelas pesquisas macroestruturais e ainda trazer, para o cenário histórico, personagens sociais, antes desconhecidos, valorizando seus saberes e suas vivências.

A pesquisa na Imprensa também possibilita conhecer os métodos e as concepções pedagógicas de uma determinada época, propiciando ao pesquisador estudar os pensamentos educacionais de um determinado grupo, partindo do discurso veiculado, e ainda perceber sua relação com os temas debatidos no interior do espaço escolar:

> Os periódicos contribuem para a percepção dos modos de funcionamento da educação, ao veicularem informações a respeito do trabalho pedagógico, da prática docente, das disciplinas, da organização dos sistemas, das reivindicações docentes e outros assuntos gestados nesse campo. Analisá-los significa compreender os discursos que permeiam as práticas e teorias, situadas nas várias esferas das experiências humanas, representando tanto anseios para o futuro como as expectativas do presente (Ibid., p. 51).

A pesquisa educacional na Imprensa avançou muito no Brasil, nos anos 1990, descortinando um novo *corpus* documental, tão importante quanto as pesquisas ligadas à história das instituições escolares. E, nesse sentido, os periódicos pedagógicos proporcionam oportunidades de reconstruir a História da Educação e de mostrar os modelos de funcionamento no campo educacional, contribuindo para uma reflexão da trajetória da educação, considerando não só grandes nomes e decisões, mas também as pequenas iniciativas que foram sendo tomadas no interior do espaço educacional (CARVALHO, 2004).

# CAPITULO V

## OS ARTIGOS DE ESTEVAM DE OLIVEIRA PUBLICADOS NO JORNAL *CORREIO DE MINAS*

Este capítulo trata das reflexões de Estevam de Oliveira em seus artigos editados no jornal **Correio de Minas**, em dois momentos: de julho de 1897 a abril de 1899[48] e de julho de 1904 a março de 1908. A escolha das primeiras datas se dá pelo fato de serem estas as primeiras publicações encontradas no arquivo da Biblioteca Municipal Murilo Mendes, em Juiz de Fora, antes de sua interrupção por cinco anos, voltando suas publicações em 1904[49]. E o segundo agrupamento estudado são as primeiras publicações após Estevam de Oliveira ter sido encarregado de estudar as bases das reformas educacionais já empreendidas pelos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, que resultou em um relatório apresentado ao Governo do Estado de Minas Gerais, em 1902.

Os estudos são feitos até março de 1908, pois percebeu-se que, a partir desse ano, há um distanciamento das publicações de assuntos educacionais em detrimento de publicações de posturas políticas.

Ao analisar os artigos de Estevam de Oliveira, entre os anos de 1897 e 1908, três características são marcantes em seu trabalho. Visualiza-se, claramente, o jornalista, que trata não só dos assuntos dedicados ao cotidiano da cidade, como também de outros locais e de diversos países. Outra característica é a do educador e Inspetor Técnico do Ensino: ele publicava sempre suas impressões sobre as escolas visitadas, suspensão de cadeiras por todo o Estado, nomeação de professores, criação de cadeiras, reproduções de artigos do **Diário Oficial** contendo decretos, expedições e leis, artigos sobre métodos de ensino, material a ser adotado nas escolas, horário escolar, higiene escolar, entre outros. A terceira característica é a do jornalista político, defendendo ou criticando, em seus artigos, posições políticas de personagens de âmbito local e estadual.

---

[48] O jornal para de ser impresso em 18 de abril de 1899, segundo Estevam de Oliveira, por motivos de força maior.

[49] Não se sabe a data exata que este jornal voltou a ser publicado; as primeiras edições encontradas datam de julho de 1904.

Pode-se afirmar que as páginas do **Correio de Minas**, mais do que um órgão responsável pela difusão de notícias, fazia-se também veículo de disseminação do pensamento do próprio Estevam de Oliveira. Mesmo quando ele não estava à frente da redação desse jornal, aqueles que lá trabalhavam mostravam-se adeptos e leais às ideias defendidas por ele.

O estudo dos artigos publicados no jornal **Correio de Minas** será feito a partir dos assuntos tratados, e não por data, visto que, muitas vezes, em um mesmo dia saía mais de um artigo referente à educação. É importante chamar a atenção para o fato de que o conteúdo desses assuntos se desenrolava por dias e até mesmo durante meses seguidos.

Dentre os assuntos relativos à educação, que é o foco deste trabalho, podem-se destacar três categorias: o interesse pelos professores, plano de carreira, formação e condição de trabalho, que se torna um dos assuntos de grande relevância por parte de Estevam de Oliveira. Havia também aquelas matérias que versavam sobre propostas de políticas educacionais, comentários ou complementações ao seu relatório de 1902, além de algumas discussões sobre métodos de ensino. A terceira categoria se refere às respostas e contestações por parte de Estevam em relação aos artigos publicados no **Diário Oficial** e até mesmo em outros jornais de Juiz de Fora ou fora da cidade, que, por várias vezes, não pouparam críticas a Estevam de Oliveira.

## 5.1 Estevam de Oliveira e o professorado mineiro

A partir de sua atuação como professor, Estevam de Oliveira se inseriu na esfera da vida pública, podendo-se pensar que por esse motivo os assuntos relacionados a esses profissionais aparecem de forma constante em seus artigos. Por vezes, ao trazer à tona assuntos que versavam sobre sistema de ensino mineiro, sua inoperância e atraso em relação a outros estados, o articulista era alvo de insinuações e reprovações por parte de seus críticos. Esses o acusavam de desclassificar o professorado mineiro.

A importância dada à formação dos professores por Estevam de Oliveira em seu jornal **Correio de Minas** fica evidente na notícia do dia 9 de dezembro de

1897, a qual se refere à solenidade de entrega dos diplomas às normalistas que concluíram o curso. Nessa solenidade, encontravam-se as autoridades judiciárias e outros convidados ilustres da cidade. O discurso foi pronunciado pelo Diretor da escola, o Sr. Leonidas Detsi, o paraninfo José Rangel e o advogado Dr. Gustavo Pena, representando a Academia de Comércio. As notícias sobre essa formatura foram publicadas em quatro edições do jornal[50], sendo que as edições dos dias 14 e 18 traziam, na íntegra, os discursos proferidos pelo Dr. Gustavo Pena e pela normalista D. Maria da Conceição Lopes.

As notícias encontradas durante o ano de 1898 tratavam de assuntos relacionados às questões administrativas, tais como licenças, remoções de cadeiras e aumento de salários. No dia 7 de julho de 1898a, sai uma nota com indeferimento do pedido de aumento dos professores municipais à Câmara Municipal. Fato este confirmado em outra notícia alguns dias depois[51], em que é publicado um parecer da Comissão de Fazenda contrário ao aumento dos vencimentos dos professores municipais. O assunto volta a ser veiculado no dia 5 de setembro[52], com a publicação de um artigo em que um professor primário acusa os deputados de não aumentarem os vencimentos dos professores e ainda cortarem do orçamento a verba para a compra de livros para alunos pobres.

Encontra-se, dias depois[53], a deliberação de Duarte de Abreu apresentando emendas ao artigo 11, determinando que o ordenado dos professores fosse de acordo com a frequência dos alunos, estabelecendo também que as escolas fossem divididas em duas classes: 1ª classe – até 25 alunos, o valor seria 160$000; 2ª classe – de 25 alunos em diante, os professores receberiam 1$000 por cada aluno.

Em 18 de abril de 1899, o jornal para de circular, segundo o próprio Estevam de Oliveira, por motivo de força maior:

> Com o numero de hoje, interrompe esta folha a sua publicação temporariamente por motivos de ordem superior.

---

[50] No dia 7 de dezembro de 1897a, há o convite do Diretor, o Sr. Leonidas Detsi, às autoridades locais para as festividades de entrega de diploma às normalistas e também há notícias sobre essa festividade nos dias 9 de dezembro de 1897b, 14 de dezembro de 1897c e 18 de dezembro de 1897d.

[51] 11 de julho de 1898b.

[52] 1898c.

[53] 25 de setembro de 1898d.

> Dentro de praso mais ou menos curto reapparecerá o *Correio de Minas,* sob outra direcção ou com a que até aqui tem tido, mas com outra administração, constituída por sociedade anonyma ou commercial.
> Os srs. assignantes que pagaram as suas assignaturas adeantadamente terão justa compensação, recebendo a folha pelo tempo correspondente a quantia paga (OLIVEIRA. 18 abr. 1899d, p. 1).

Apesar de informar que a folha voltaria a circular em prazo "mais ou menos curto", só volta com suas publicações em 1904, mas não se sabe precisar exatamente o mês em que essa folha recomeça a ser produzida, mas os documentos encontrados na Biblioteca Municipal Murilo Mendes, em Juiz de Fora, datam de julho desse mesmo ano e, já no dia 3 de julho[54], há um artigo em que é discutido que o princípio da vitalidade do professor "público, inamovível" não tem servido de garantia aos professores contra a interferência dos partidos políticos em direção à escola primária. O articulista Estevam de Oliveira critica a interferência de políticos, ao nomearem pessoas conhecidas para ocupar cadeiras[55].

Os artigos subsequentes parecem demonstrar uma movimentação por parte dos setores governamentais daquela época, início do século XX, em relação ao professorado mineiro. Esse movimento parece ser um prelúdio de uma reforma de ensino que modificaria toda estrutura da educação mineira, pois começam a aparecer, com frequência, artigos no jornal **Correio de Minas** de professores preocupados com suas condições de trabalho, como foi visto no artigo do dia 19 de julho de 1904b, em que o cidadão Aniceto Alcino[56] pede, na sessão da Câmara dos Deputados Estaduais, que sejam considerados válidos para o curso Normal os exames que já fizera anteriormente, como consta da certidão que ele apresentou. No dia seguinte[57], aparece mais um artigo dessa natureza: o professor Antonio Américo da Costa[58] mostra-se apreensivo devido ao boato de que, após a reforma do ensino, os professores mineiros não diplomados em escolas normais do Estado

---

[54] 3 de julho de 1904a.
[55] Essa prática pode ser constatada ao se verificarem as fichas dos professores do primeiro Grupo Escolar de Juiz de Fora nas primeiras décadas do século XX, na parte em que deveria constar de qual escola estava sendo transferido o professor. Em muitas delas, vinha o nome do político que indicava o professor para aquela vaga.
[56] Não há informações de quem era esse professor, nem onde residia.
[57] 20 de julho de 1904c.
[58] Não há informações de quem era esse professor, nem onde residia.

de Minas Gerais seriam demitidos. Esse artigo afirma que a sessão legislativa do estado pedirá a extinção total e imediata de professores primários não normalistas.

Os artigos de Estevam de Oliveira demonstram como este era também atencioso para com os artigos publicados no órgão oficial do Estado de Minas Gerais, o jornal **Minas Gerais**. O jornalista reproduz[59] o pronunciamento do Presidente de Estado Francisco Salles sobre a necessidade da assinatura do órgão oficial para manutenção do mesmo:

> A conservar-se a feição que a lei deu ao *Minas Geraes,* de orgam official dos poderes públicos e também jornal noticioso, a dotação orçamentária que tem tido é insuficiente, resultando dahi a necessidade de abertura de credito anualmente, o que se evitaria, dando-lhe a verba necessária.
> Parece, entretanto, que a despesa com a Imprensa Oficial poderá ser muito reduzida, limitando-se os trabalhos a executar para as diversas repartições do Estado e imprimindo-lhe o caracter exclusivo de orgam oficial (OLIVEIRA, 1904d, p. 1).

A partir das palavras de Francisco Salles, Estevam de Oliveira faz uma reflexão a respeito da utilização da Imprensa Oficial, o custo que esta representa ao Estado de Minas Gerais, também propõe uma forma de reduzir os custos da mesma e compara-a com a imprensa de outros estados; enfim, analisa, critica, fazendo propostas. Chega a um ponto considerado por ele fundamental: a obrigatoriedade dos funcionários públicos em assinar o jornal:

> [...] já o facto de ser obrigatória a sua assignatura para o funccionalismo é uma cousa de costa acima. Significa os pobres empregados públicos, ainda mesmo aquelas que são parcamente estipendiados, como os professores primários, por exemplo, são forçados a um imposto pesadíssimo, que nada justifica aliás. (OLIVEIRA, 1904e, p.1).

[59] 22 de julho de 1904.

Esse artigo mostra a preocupação de Estevam com os funcionários públicos, em especial os professores, mas essa crítica feita ao órgão oficial causou retaliações por parte dos colaboradores da distinta folha, principalmente quanto ao relatório de Estevam de Oliveira, em agosto de 1904, enquanto este fiscalizava as escolas do Sul de Minas. Quando retorna a Juiz de Fora, pronuncia-se várias vezes em sua própria defesa, faz um detalhado traçado de como foi feito seu relatório em várias edições de seu jornal e termina informando que a intenção do senhor Álvaro da Silveira, redator do jornal **Minas Gerais** a quem apelidou de D. Quixote da Silveira, era somente tentar descredenciá-lo junto ao professorado mineiro, utilizando de parte do relatório, em que Estevam critica o ensino e a má formação dos professores, como um agravante ao mau funcionamento do ensino em Minas[60]:

> A quem estuda e observa meticulosamente o estado actual do ensino primário mineiro patenteia-se esta verdade irrecusável: o nosso professorado elementar, justamente aquelle cuja capacidade technica se presume, por diplomas obtidos em cursos normaes, confunde ainda, de maneira lamentável, cousas inconfundíveis no terreno da pedagogia: *educação intellectual,* [...]
> [...] A esse pequeno núcleo de professores normalistas, pois que aos titulados por concurso fallece por completo a aptidão profissional, não negamos qualidades intellectuais para definições theoricas sobe a matéria professada, nem mesmo competência para reproducção de trabalhos preleccionaes da cadeira de pedagogia, por mal assimilada que se lhes depare a doutrina dos compêndios. Mas faltam-lhes bons exemplos, que sirvam os guiar na carreira difficillima do magistério primário; faltou-lhes, em tempo, aprendizagem.
> É certo que nós temos as nossas escolas normaes providas do necessário appendice rachidiano (ou rabadilha), conhecido na organização do ensino-mestre pelo nome exprecisvo de AULA PRATICA ANNEXA. Esse appendice, porém, é um estafermo no mecanismo do ensino normal, sinão mesmo instiuição perniciosissima, que só se presta à perpetuação da pratica irracional do ensino rotineiro e antipedagógico, entre aquelles que o Estado destina, com inúteis dispêndios, à educação da infância.
> Foi a observação deste phenomeno esterilizante que nos induziu, no começo deste trabalho, á asseveração de que,"si a reforma não visar transformar o corpo professoral no Estado, a instruccção primaria mineira não ultrapassará jamais o limite de incompleto serviço de expediente, de todo inútil á marcha evolutiva de nosso progresso".
> Isto foi dito por outras palavras.
> E, sempre que nos referimos ao professorado estadoal, muito de industria, excluímos a classe amorpha dos pedagogos titulados por concurso, que ahi vegeta sob o nome de professores primários,

[60] Este assunto será mais bem tratado em subitem específico.

> porque esta, salva a raríssima hypothese das aptidões espontâneas, nem se quer merece referencia (OLIVEIRA, 1902, p. 41-42).

Cabe ressaltar que não foi possível encontrar os exemplares do jornal **Minas Gerais** dessa época; assim, o trabalho prende-se às reproduções feitas no jornal **Correio de Minas** e ao próprio relatório. Mas pode-se perceber, por meio do trecho do relatório citado anteriormente, que Estevam de Oliveira faz críticas não aos professores, mas à maneira como estes se tornavam professores. A formação de docentes é alvo de constantes críticas por parte do articulista em várias edições; contudo, nem após a reforma de João Pinheiro, em 1906, que seria para Estevam a consolidação máxima de seu projeto oferecido, em forma de relatório, ao governo, aconteceram mudanças expressivas em relação à formação dos professores.

Estevam de Oliveira não se prende apenas às críticas feitas ou recebidas, há também elogios por parte dele aos profissionais da educação. Há artigos em que ele procura ressaltar o que seria plausível nos trabalhos dos professores ou mesmo de instituições de ensino. Ao visitar o Sul de Minas, em expedição para fiscalizar o ensino na região, faz as seguintes observações:

> Si o sr. Jeronymo Fernandes necessitasse de credenciais a sua compentencia de educador, te-la-ia indubitavelmente no fato de já haver dirigido , com proveito, a Escola Normal que durante algum tempo funcionou na cidade de Itajubá. Não lhe é precisa porém essa recommendação. Para attestar sua proficiência pedagógica bastam os moldes pelos quaes modelou os dous institutos a que me refiro aqui.
> No primeiro delles, destinado ao preparo de alumnos, são observados pela moral, pela hygiene escolar e privada e pela pedagogia.
> Junte-se a essa circumstancia o facto de haver sido preferida a Villa Silvestre Ferraz para localização dos dous collegios, localidade altamente recmonedável pela excellencia do clima dominante, por sua salubridade, enfim, e ter-se-á a prova do critério com que o illustrado pedagogo sabe encarar cousas de ensino.
> Por isso mesmo no instituto reservado aos alumnos, sito em prédio confortável, já se acham matriculados cerca de 140 internos, dos quaes boa porcentagem há exibido excellentes provas peranta banca officiaes de exames parcelados. [...]
> Sem o menor vislumbre de vã lisonja, e até mesmo pessimista, não poucas vezes, quando me occorre visitar institutos de ensino deixo aqui consignado que a organização do collegio-Jeronymo Fernandes ultrapassou, sob todos os pontos, minha expectativa. Só lhe falta,

> para se converter em estabelecimento modelo, conveniente substituição ao seu mobiliário, que é bem regular aliás.
> Numeroso o corpo docente de ambos os estabelecimentos, foi-me dado notar, em confabulação pedagógica com cada um de seus membros, a sua cultura, o seu preparo profissional, a sua capacidade, em summa, para o robilissimo e árduo mister de instruir a mocidade (OLIVEIRA, 1904f, p. 1).

Nota-se que o elogio é feito principalmente ao diretor daquele colégio, a capacidade organizativa deste e as preocupações com as ações higiênicas à época, demonstradas pela escolha do lugar e o clima. Estas ações são vistas por Estevam de Oliveira como positivas devido às boas notas dos alunos nos exames oficiais e à presença de um grande quadro de professores, considerados cultos e preparados pelo articulista.

Estevam de Oliveira abria o espaço no seu jornal para que professores pudessem fazer denúncias, tal como no caso de um professor público de uma das cadeiras primárias da cidade de Rio Pomba, o Senhor tenente José Marcelino Ribeiro, que, no dia 23 de novembro de 1904, vinha, através do **Correio de Minas,** pedir providências ao Secretário de Interior em relação ao Inspetor Escolar da região que vinha, desde junho daquele ano, negando ao mesmo o atestado de que cumpria seus deveres e por isso vinha passando muitas dificuldades econômicas por não ter seu ordenado sido pago. Este caso volta às páginas do **Correio de Minas** em 18 de dezembro de 1904, em que o jornalista afirma se tratar a contenda de uma especulação política por parte da inspeção escolar local. E, em um longo artigo baseado no que a lei propõe nesses casos, segundo ele, a lei dá o direito ao professor de se ausentar durante três dias no mês, caso seja necessário. Então, caberia ao Inspetor de Ensino apenas informar essas faltas e saber qual o motivo das mesmas:

> Entretanto a lei apenas lhe dá a faculdade de justificar taes falhas, uma vez de facto justificáveis, para que seja abonado ao funccionario faltoso, por motivo justo, o ordenado simples.
> Si, porém, pertence o professor ao partido oposto ao do inspetor, ahi estão as divergencias e atritos, somente porque nem um nem outro se estribam na lei.
> No caso do Pomba nada mais se vê que a reprodução, com esta ou aquella variante, de outros tantos que por ahi occorem. Em um dos meses do anno corrente o professor José Marcellino, que aliás há

> sido um funccionario digno e cumpridor dos seus deveres, deu quatro falhas, não sabemos si justificaveis ou injustificáveis. Attestando-lhe o cumprimento de deveres, o inspector escolar descontou esses quatro dias, e com isso não se conformou aquele professor. (OLIVEIRA, 1904h, p. 1).

Estevam de Oliveira termina o artigo censurando os dois protagonistas dessa história: o professor, por ter passado sobre a autoridade de seu superior imediato e ter feito a denúncia ao Secretário de Interior, e também o Inspetor, por não ter averiguado o porquê da ausência do docente antes de lançar suas faltas. Afirma, ainda, que, mais do que questões políticas, o ensino deveria vir em primeiro lugar.

Um caso parecido aconteceu no ano de 1907: uma professora de Rio Novo é exonerada do cargo por "mau comportamento" e acusa o Inspetor Técnico daquela região de ter cometido abuso contra ela. Esse debate perdura por dias, até que, no dia 3 de abril do mesmo ano[61], há uma retificação por parte de Estavam de Oliveira em favor do Inspetor de Ensino que estava sendo acusado de desonrar a professora.

Por vezes, o jornal **Correio de Minas** se prestava a ofertar serviços públicos aos professores. Em 24 de agosto[62], há o requerimento de uma professora ao Secretário do Interior de cessão de parte do prédio onde funcionava o grupo escolar[63]cuja alegação era a de que ele residiu ali por muito tempo. Nas edições posteriores, não há nenhuma resposta à professora.

---

[61] 1907b.
[62] 1904i
[63] Em 1901, no livreto "Juiz de Fora no século XX", publicado pela Typografia Central, há um relato de José Rangel sobre a Educação no município. Este diz que Estevam de Oliveira providenciava a instalação de um Grupo Escolar naquela cidade, mas não foi encontrado nenhum relato sobre esse Grupo Escolar, a não ser esse artigo em que a professora pede para continuar morando no prédio em que funciona essa instituição. Há um outro artigo, publicado em 22 de novembro de 1906, que refere aos resultados dos exames do Grupo Escolar regido pelas professoras Augusta Guimarães Lopes e Maria Kneipp Barbosa. Também existe um artigo, já em 1907, em que há uma contenda entre os jornais **Correio da Tarde**, que critica a instalação do Grupo Escolar aprovado pela Reforma João Pinheiro em Juiz de Fora, "sem levar em consideração o grupo escolar já existente", e o **Correio de Minas**, em que Estevam de Oliveira rebate a crítica afirmando que esse Grupo Escolar existente na cidade não poderia ser considerado um Grupo Escolar, pois estaria em desalinho ao modelo de Grupo Escolar proposto pela recente Reforma do Ensino. Segundo ele, o Grupo Escolar era composto por apenas duas classes e não reunia condições físicas e higiênicas necessárias para ser considerado como tal.

## 5.2 Propostas e métodos de ensino

Um assunto constantemente abordado por Estevam de Oliveira nos artigos do jornal **Correio de Minas** é a necessidade de uma reforma de ensino. Em artigo do dia 20 de julho de 1897, ele alerta sobre o fato de não ter sido apreciado pelo Congresso mineiro o projeto de reforma da instrução primária votado pela Câmara em 1895. O autor faz críticas aos senadores e à Lei n° 41 pela continuidade da degradação da escola pública no Estado de Minas Gerais. Essa lei é constantemente criticada por Estevam de Oliveira; por isso, faz-se necessário remeter-se a ela.

Somente após três anos da Proclamação da República, houve uma lei com a finalidade de reformar o ensino em Minas Gerais, nos seus diferentes graus. Esta foi a Lei n° 41, de 3 de agosto de 1892, chama da Reforma Afonso Pena. A lei leva o nome de Afonso Pena por ter sido ele a promover a reforma juntamente com seu secretário, o Dr. Silviano Brandão. Segundo Mourão (1962), a reforma foi essencialmente descentralizadora, criou um órgão técnico para estudar métodos e processos de ensino, estabeleceu a inspetoria ambulante para permitir a fiscalização das escolas do interior, criou o Conselho Superior de Educação. Houve nessa lei influência positivista, tendo sido percebida claramente a tendência do enciclopedismo no currículo e nos programas de ensino primário e normal.

Mourão (1962) afirma que a Reforma Afonso Pena colocava o ensino sob alto patrocínio do Estado de Minas Gerais sem que fosse privilégio deste, esclarecendo, ainda, que a reforma era muito avançada para a época, o que dificultou a execução integral da Lei n° 41, tendo sido esta, portanto, modificada, além de sofrer cortes constantes por parte dos administradores posteriores a Afonso Pena.

Em 1899, de acordo com os artigos analisados, o governo passava por dificuldades financeiras; por isso, havia uma discussão a respeito da supressão do ensino em Minas Gerais. Em artigo do dia 7 de janeiro[64], Estevam de Oliveira defende a passagem do custeio das escolas primárias para os municípios. Continua essa apreciação no dia seguinte[65], em que há as seguintes proposições: a de

[64] 7 de janeiro de 1899a.
[65] 8 de janeiro de 1899b.

continuarem funcionando todas as escolas normais de Minas Gerais ou a de ser suprimido o ensino em metade do número destas. Termina seu artigo criticando o regulamento promulgado em 29/08/1898 pelo Decreto n° 1.175 e afirmando que o mesmo deveria passar por uma reforma e que essa deveria ter como ponto fundamental concursos públicos.

No dia 19 de janeiro (1899), Estevam de Oliveira volta a falar da necessidade de se fazer uma reforma no ensino normal, abordando novamente a questão da municipalização do ensino primário. Salienta não ser mais possível manter esse ensino "quase privativamente mantido e provido pelo Estado". Para ele, o município deveria também ser responsável pelo ensino. Essa questão volta ao debate público e, após cinco anos[66] da veiculação dos primeiros artigos, Estevam continua alardear sobre a necessidade de reforma do ensino, principalmente do ensino normal, mas, para que essa se efetivasse, fazia-se necessário realizar a supressão do ensino:

> Sem a suppressão de todos os nossos institutos normaes, nenhuma reforma será efficaz na esphera do ensino publico mineiro. E, não sendo efficaz, fructo algum é licito dahi esperar-se. É até o ponto de partida necessário a uma remodelação completa.
> O projecto de lei que, refundido o actual defeituosíssimo ensino profissional, acaso cogitasse da supressão de uns e não da de outros desses múltiplos institutos que ahi se arrastam em vida inglória, salvo talvez uma ou duas excepções verse-ia desde logo abafado por toda espécie de interesses partidários locaes, lepra que tudo corroe, infelizmente, em nosso meio.
> Neste conceito, isto é, quanto á suppressão total, não nos guiamos pela opinião da mensagem, que é entretanto, verdadeira e a mais acceitaval a hora presente: reproduzimos, antes, quanto havemos dito em mais de uma opportunidade, sempre que nos occorreu tratar da matéria.
> Em seu relatório, e emittindo, portanto, officialmente um parecer, imposto pelo próprio cargo, escreveu o director desta folha, á pagina 181:
> Para a formação do professorado mineiro carece de ser remodelado e refundido o ensino normal do Estado. Em nosso parecer, *a reforma deve supprimir todo os institutos existentes, alguns imprestáveis (*[67]),* e crear um só estabelecimento congênere na Capital do Estado.
> Annexo a esse estabelecimento deve funccionar uma escola-modelo aggrupada, donde resultará a supressão das escolas isoladas, mantidas apenas as suburbanas. Em Juiz de Fóra, Uberaba e Diamantina, afim de se attender ás necessidades de três differentes

[66] 8 de dezembro de 1904j.
[67] Nota do autor.

> zonas, devem as respectivas escolas normaes ser convertidas em complementarres, ou normaes primarias, cujos titulados vão exercer o magistério primário em escolas isoladas, ou aggrupadas."
> Apoiando, portanto, e nesta emergência o faremos com esforço Maximo, a orientação governamental em materia de reforma de ensino, cumprimos simples dever cívico e empenhamos-nos tão sómente pela Victoria de nossas próprias idéas.
> Si em relação ao remodelamento do ensino normal de Minas é inteiro o nosso accordo com a opinião ora exposada pelo sr. dr. Francisco Salles, não menor é a nossa communhão de vistas quanto a necessidade de ser restringir a capacidade tributaria do Municipio, depois do descrédito a que foi levado o principio de autonomia exaggerada, pela influencia perniciosa da politicagem interesseira nas localidades (OLIVEIRA, 1904j p. 1).

Estevam de Oliveira termina seu artigo enveredando para a questão dos recolhimentos de impostos e a autonomia dos municípios. Afirma que o problema maior em uma administração pública não é a de recolher mais impostos e sim a de saber administrar bem os que são recolhidos.

Em artigo do dia 5 de janeiro de 1905, Estevam de Oliveira retoma o assunto sobre supressão do ensino normal e necessidade urgente de uma reforma no ensino mineiro. Ele esclarece que, em dezembro do ano anterior, ficou determinado o fechamento das escolas normais de Minas Gerais momentaneamente, para que fossem feitos ajustes orçamentários e também de ordem estruturais no sistema de ensino das mesmas. Ele acreditava ser necessário o fechamento de todas as escolas e sua equiparação, a fim de que nenhum instituto de educação pudesse ser taxado de incompetente, uma vez que todos eles apresentam problemas quanto a seus programas e organização. Estevam acredita que é preferível fechar essas escolas a mantê-las de forma precária, oferecendo pouco ou nenhum recurso e ainda anuncia que a reforma esperada e comentada por ele há alguns anos em seus artigos e relatórios provavelmente seria realizada no próximo governo:

> O que cumpre agora é delinear-se um plano de reforma que traga futuramente os desejados resultados. E é na reorganização dos programmas, no desdobramento de licções semanaes, de modo que certas cadeiras venham a ter mais extensividade, e, finalmente, na combinação pedagógica da matéria distribuivel pelos diversos annos do curso, que se deve firmar a remodelação do ensino normal. Dahi

> resulta, como corollario, que também maiores vantagens devem ser conferidas ao corpo docente que tiver de pôr em pratica a esperada reforma.
> Sem isto, serão feitos quaesquer sacrifícios.
> É razoável presumir-te que a reforma abrangerá um conjuncto de regras e preceitso que permitam lento e continuo progredir, no tempo e no espaço, a tão importante ramo de serviço publico.
> Entretanto, como nunca é supérflua a lembrança de alvitres, repetimos algures, a respeito de melhoria nas actuaes condições do professorado publico primário. É imprescindível, é inadiável, que se institua uma espécie de jubilação para os professores que se invalidem no serviço publico, que por motivo de moléstias incuráveis superveulentes, quer por motivo de edade avançada.
> A suppressão constitucional das aposentadorias, conseqüência de idéas radicaes predominantes no seio da constituinte, em 1891, traz embaraços insuperáveis, a cada passo, á direcção do ensino primário. Qual é o remédio legal a apllicar-se, quando a suprema administração daquelle serviço se encontrar deante de casos de moléstias contagiosas adquiridas por profesores? Demittil-os?
> Mas isso é clamorosamente injusto e illegal. Clamorosamente injusto, porque não há de ser esse o premio que o Estado reserve aos seus servidores, quando invalidados; illegal, porque a vitaliciedade, embora mesmo não expressa ainda em documento official, após cinco annos de exercício magistral, é manifestamente implícita, desde que a lei estatue as condições sem as quaes não se dará a demissão depois da posse e exercício do cargo. Isto, na hypothese de invalidez por moléstia.
> E no caso de invalidez por velhice?
> É justo que o Estado se utilize dos serviços do professor, durante um longo período de, 30 ou 40 annos, por exemplo, e, ao attingir aquelle o fim da vida, o obrigue aos trabalhos exigidos pelo regulamento, ou venha castiga-lo por infracção involuntária, por infracção decorrente dessa mesma velhice?
> Eis ahi uma questão de grande alcance, que precisa ser devidamente estudada.
> Si a Victoria de princípios que desconhecemos impede a reforma da constituição, para o fim de restaurarem as aposentadorias, pois que por occasião dos retoques havidos ninguém disso cogitou, nada impede que uma lei ordinária regule aquelles casos especiaes, de natureza restricta, para melhor administração futura de um serviço até hoje tão abandonado.
> E é para despertar a attenção dos legisladores mineiros, attrahindo-a e oppondo-lhe esta ordem de considerações, que escrevemos s presentes linhas (OLIVEIRA, 1905a, p. 1).

Estevam de Oliveira propõe, nesse artigo, uma reforma que não só cuide dos programas e preceitos pedagógicos, mas também que pense nas condições de trabalho e aposentadoria dos professores. Ele volta a falar sobre a necessidade da reforma do ensino elementar mineiro em artigo do dia 24 de fevereiro (1905b), afirmando que, naquela época, ainda não se possuía um programa definido,

ocasionando escolas desuniformizadas e professores com autonomia de definirem os próprios programas. Ele critica os compêndios e também a desorganização das matrículas, que eram feitas em qualquer época. Para ele, só esse ato já invibializava a execução de um programa regular de ensino.

Para Estevam de Oliveira, o indicador de que o sistema de ensino público seria eficiente ou não estaria estreitamente ligado ao fato da existência ou não de escolas particulares em determinada região. No artigo do dia 4 de julho (1905c), ao falar da necessidade de se reformar o ensino em Minas Gerais, compara o ensino primário de Minas ao de São Paulo, lamentando que em Minas o ensino esteja muito inferior em relação ao estado vizinho, onde a iniciativa privada não conseguiu se firmar, ao contrário do que acontecia em Minas Gerais no período.

No decorrer de todo o ano de 1905, muitos foram os artigos de Estevam de Oliveira a respeito da necessidade de reforma; parecia que ele esperava ansiosamente pela reestruturação do ensino. No dia 22 de julho do mesmo ano[68], ele afirma que o projeto de reforma do ensino público mineiro estava prestes a ser submetido ao Congresso e que a proposta continha a ideia sugerida por ele ao Secretário do Interior, na época de Delfim Moreira, que era a de se abrir Grupos Escolares em algumas cidades onde as escolas normais foram suprimidas. Continua a falar do mesmo assunto no dia 1° de agosto (1905e ), versando sobre a reforma do ensino público primário, que suprimiria as escolas normais de Minas, restando apenas a escola normal modelo na capital. Também fez referência à abertura de Grupos Escolares em cidades e vilas populosas onde a municipalidade concorresse com o prédio, a mobília e o dinheiro necessário. Mais uma vez, ele toca na questão da municipalização do ensino primário, ficando a cabo do Governo do Estado de Minas Gerais a responsabilidade sobre o ensino normal.

Em 4 de agosto (1905f), Estevam de Oliveira informa sobre o relatório apresentado por Delfim Moreira ao Presidente de Minas sobre o problema do ensino público. As principais propostas desse relatório seriam a formação dos professores na escola normal modelo da capital, disponibilizando, assim, os recursos financeiros que antes eram utilizados pelas escolas normais para os Grupos Escolares a serem formados. Segundo o Secretário do Interior, isso resolveria o problema do excesso de normalistas para poucas cadeiras. Dois dias depois[69], Estevam de Oliveira se

[68] 1905d.
[69] 6 de agosto (1905g).

pronuncia a respeito do relatório apresentado por Delfim Moreira ao presidente de Minas Gerais. Segundo o articulista, três escolas normais em todo o estado seriam suficientes para formar o professorado mineiro. Ele acredita que a reforma só não havia sido levada a cabo ainda devido à existência de interesses "subalternos regionais". E esses mesmos interesses regionais a que Estevam de Oliveira, em crítica feita no artigo do dia 16 de agosto do mesmo ano[70], chama de interesses partidários, causaram o adiamento da tão esperada reforma do ensino normal. Em 5 de junho (1906a), quase um ano depois, afirma que o regulamento das escolas normais só começaria a vigorar no final do ano.

É interessante analisar essa questão das escolas normais em Minas Gerais, quando Estevam de Oliveira propõe a existência de apenas 3 escolas normais para atender todo o estado. Parece que a preocupação dele era mais com questões qualitativas do que quantitativas, pensar 3 escolas para um estado do tamanho de Minas, sendo que sua grande preocupação parece ser a formação profissional, então, como ficaria a questão da formação daqueles profissionais que não tinham uma escola normal em sua cidade? Faz pensar também na mobilidade que esses profissionais teriam de ter para poderem atender às localidades que não possuíssem escolas normais.

Em 18 fevereiro (1906b), Estevam de Oliveira, assinando Neophyto, destaca o capítulo consagrado à educação de João Pinheiro[71] e amplia-o, reafirmando ser a reforma do ensino pelas leis e não apenas em execução como queria João Pinheiro, sendo a reformulação dessas de caráter urgencial. Afirma que, até então, nunca houve uma legislação escolar propriamente dita, apenas "um montão de informes de leis sobre leis, destruindo-se e anarquizando-se reciprocamente", desde que começaram os retoques da já citada Lei nº 41 até a "decretação da reforma conhecida pela designação – um monstrengo – Raposo"[72].

Com as eleições e a posse de João Pinheiro, como noticiado em artigo do dia 1º de setembro de 1906c, foi colocado em discussão, na Câmara dos Deputados

---

[70] 1905h.

[71] João Pinheiro era então candidato à presidência de Minas Gerais, é eleito em julho de 1906, toma posse em 7 de setembro de 1906 e já nos seus primeiros dias como Presidente de Estado leva a cabo a tão esperada reforma do ensino primário executado pelo então Secretário de Interior Dr. Tomaz de Carvalho Britto.

[72] Não foi possível encontrar nenhum dado sobre a denominação "Raposo". Sabe-se que após a Lei nº 41, de 3 de agosto de 1892, também chamada Reforma Afonso Pena, o Estado de Minas Gerais passou por outras reformas. A promovida por Silviano Brandão, em 1899, e por alguns decretos no Governo de Francisco Salles, em 1906, houve a reforma do ensino empreendida por João Pinheiro.

Estaduais, o Projeto nº 119, sobre a reforma da instrução pública. A comissão deu parecer positivo, dando amplos poderes ao governo para a reforma de instrução pública, podendo essa ser reformada de acordo com o plano que tem o novo presidente. No dia seguinte[73], outro artigo de Estevam de Oliveira confirma o parecer da comissão e ainda acrescenta que a emenda que autoriza João Pinheiro reformar o ensino mineiro também autoriza a criação da escola normal modelo da capital, bem como as escolas normais regionais.

Em 7 de setembro (1906e), João Pinheiro toma posse como Presidente do Estado de Minas Gerais e já no dia 13 do mesmo mês[74] Estevam de Oliveira, assinando Neophyto[75], traz comentários sobre a reforma do ensino a ser empreendida por João Pinheiro, esclarecendo que esta já continha emendas que estariam para ser votadas no Congresso as quais alterariam profunda e radicalmente o primitivo projeto. Mostrando-se insatisfeito com as mudanças nesse projeto proposto, afirma ter participado, ou melhor, ter sido incumbido pelo Governo do Estado de Minas Gerais, anos antes, para rascunhar um projeto que sintetizasse um plano de reforma, como já fora esboçado por ele anteriormente em documentos oficiais.

Em 11 de outubro (1906g), Neophyto começa a discutir o programa de ensino adotado oficialmente pelo Secretário do Interior Carvalho Britto. Versa sobre o método da palavração ou "*synthese*" na leitura, em lugar da "*syllabação*", alertando, porém, para o fato de que, antes da remodelação do ensino primário, deveria haver a remodelação do ensino normal, pois o professorado carecia de qualquer conhecimento dos métodos pedagógicos novos. Mais uma vez, reafirma a urgência da formação profissional do magistério estadual e ainda comenta que o programa da reforma previa a supressão dos feriados às quintas-feiras[76], tanto nas escolas primárias existentes quanto nos Grupos Escolares a serem fundados. No mesmo artigo, Estevam faz sugestões ao Secretário do Interior, a fim de que este proceda à alienação do prédio estadual, onde funcionavam, precariamente, duas

[73] 2 de setembro de 1906d.
[74] 13 de setembro de 1906f.
[75] Estevam de Oliveira usava o pseudônimo de Neophyto. Percebe-se que este era utilizado todas as vezes em que fazia alguma crítica.
[76] Estevam de Oliveira afirma que a proposta de se suprimir o feriado às quintas-feiras foi também sugerida por ele em documentos anteriores.

escolas para estudantes do sexo feminino[77], e com o dinheiro construísse um prédio apropriado à função de Grupo Escolar.

No decorrer do mês de outubro de 1906, quase que diariamente, Estevam de Oliveira publicava artigos que versavam sobre a reforma, ora trazendo comentários sobre o programa, ora trazendo críticas e outras vezes sugestões. Há até um artigo do dia 7 de dezembro (1906h), em que Estevam de Oliveira afirma que deveria ter sido feito um prévio aparelhamento das escolas com livros, mobiliários, casas e bons professores e ainda sugere que a reforma deveria ser adiada para os anos de 1908 ou 1909, o que demonstra contradição por parte do articulista, que anunciava a necessidade de reforma anos antes. No dia 25 do mesmo mês[78], ele esclarece melhor sua proposição. Assinando Neophyto, Estevam afirma que, para a reforma tornar-se efetiva e real, seria necessário cerca de 10 anos para que fossem estabelecidas suas bases gerais. Um dos grandes problemas enfrentados pelo ensino, segundo ele, era a desigualdade pedagógica entre os normalistas, todos formados por leis e regulamentos sucessivos e distintos, fazendo com que, em 1906, muitos docentes antigos não tivessem conhecimento de disciplinas recentemente consideradas obrigatórias.

Em 26 de dezembro (1906j), o jornalista continua sua explanação sobre a formação dos professores e esclarece que, com a Lei Raposo, foram suprimidas disciplinas importantes do currículo dos profissionais do ensino primário. Também faz uma crítica à remodelação do ensino normal esboçada por Carvalho Britto, no regulamento 1960, que, para ele, não seria capaz de formar um professorado primário “pedagogicamente sadio e proficiente”. Foram vários artigos com críticas ao regulamento de 1960 por parte de Estevam de Oliveira, feitas no decorrer dos meses de janeiro e fevereiro de 1907.

A partir dessa data, os artigos são voltados mais para a questão da instalação do Grupo Escolar, aparecendo algumas críticas à reforma. Com a proximidade das eleições municipais, Estevam de Oliveira volta-se para as questões políticas e não produz mais tantos artigos sobre educação como antes.

---

[77] O prédio ao qual se refere Estevam de Oliveira é o mesmo onde funcionava o Grupo Escolar da cidade como indicado anteriormente, mas que não possuía o modelo de Grupo Escolar proposto na reforma empreendida por João Pinheiro, em 1906.

[78] Dezembro de 1906i.

## 5.3 Estevam de Oliveira: entre críticas e contestações

Uma característica de Estevam de Oliveira, de acordo com seus biógrafos, é o seu caráter contestador. Segundo Barreto (1953), “era terrível no ataque e severo no julgamento dos homens que enfrentava pela imprensa”. Observam-se, em seus artigos, muitas críticas e contestações não só dirigidas a ele, como também partindo dele por questões das mais diversas. A maior parte das críticas feitas por Estevam eram sobre a reforma de ensino, aos programas de ensino, aos métodos de ensino e algumas bem abertas a confrades da Imprensa. As críticas feitas a ele, em sua maioria, estavam relacionadas a seu trabalho como Inspetor Técnico de Ensino e a seu relatório de 1902.

Um exemplo disso é um debate entre o jornal **Correio de Minas** e o Diário Oficial, **Minas Gerais**, ocorrido durante alguns meses do ano de 1904. Denomina-se debate entre os jornais devido ao fato de que essa polêmica se estendeu tanto que não só Estevam de Oliveira se pronunciou, como também o seu redator Heitor de Guimarães, que o substituía enquanto fazia uma incursão pelo Sul de Minas, exercendo o cargo de Inspetor Técnico de Ensino, em visita às escolas daquela região.

Trata-se de um episódio de grande importância por trazer debates sobre o relatório de 1902. Esta contenda tem início quando o Governo do Estado de Minas Gerais, preocupado com o tipo de carteira escolar a ser adotado para os alunos mineiros, pede estudos sobre os diversos tipos desse tipo de mobiliário existentes à época, para que adotassem um modelo apropriado aos estudantes. Após alguns debates da comissão responsável pela escolha das carteiras, os membros buscaram decidir se estas deveriam ser importadas e qual seria o melhor tipo a ser adotado. Estevam de Oliveira se manifesta a respeito do assunto em artigo do dia 23 de julho (1904k), afirmando não ser necessário importar o mobiliário escolar, já que o Brasil dispunha de madeira excelente para fabricação do mesmo e que os estudos sobre mobiliário escolar foram feitos na Suíça e Alemanha; desses estudos, originaram 5 tipos de carteiras. Segundo o autor, apesar desses estudos, os mobiliários adotados nesses países não deveriam servir de parâmetros para a realidade brasileira, pois os estudos realizados pelo higienista paulista, Dr. Vieira de Mello, mostravam que as mudanças climáticas de um país para o outro interferiam no crescimento das

crianças, aplicando-se a isso a utilização do mobiliário adequado ao país. Percebe-se, nesse contexto, o diálogo que Estevam de Oliveira tinha com as autoridades mineiras ao ponto de dar opiniões nessa discussão e expor, nas páginas de seu jornal, o seu ponto de vista, ou melhor, a opinião de quem realizou um estudo a respeito do tema debatido.

No dia 31 de julho do mesmo ano[79], Estevam de Oliveira volta a fazer referência ao mobiliário escolar, afirmando que, após muitas discussões a respeito desse material, o conselho responsável pela escolha das carteiras aponta como satisfatório o modelo apresentado por ele em seu relatório de 1902. Ele acreditava não ser necessário buscar, em Rui Barbosa, ou mesmo em Buisson[80], informações sobre esse material, pois, em seu relatório, o modelo que ele propõe já está adaptado à realidade brasileira, sendo considerado como ideal o modelo "Cardot".

Em agosto de 1904, Estevam de Oliveira partiu em direção ao Sul de Minas para fiscalizar as escolas daquela região e, enquanto fazia a viagem, surgiram críticas a respeito do trabalho feito por ele – a produção do relatório de 1902 – e até mesmo a sua pessoa. No dia 28 do mesmo mês[81], na coluna intitulada "Fatos e Notas", Heitor Guimarães, que dirigia o **Correio de Minas** durante a ausência de Estevam de Oliveira, após ter tomado conhecimento de um artigo publicado no jornal **Minas Gerais**, que trazia críticas ao amigo, e também ao jornal **Correio de Minas**, publica um artigo em defesa de Estevam de Oliveira:

> O bem feito *Minas Gerais,* orgam official dos poderes do Estado, em sua edição de ante-hontem, trouxe o seguinte entrelinhado:
> <<O *Correio de Minas*, de Juiz de Fóra, verberando uma supposta agressão que diz ter sido feita ao seu redactor por um nosso distincto collaborador, deixa este de lado e investe contra o orgam official.
> Seria mais natural que o apreciado jornal discutisse o assumpto aqui tratado, assumpto que se póde chamar de – official – visto ter sido objecto de minucioso exame por parte de uma commissão de lentes do Gymnasio Mineiro.
> O *Minas Gerais* continuará a publicar em suas columnas de honra e trabalhos que, como o do nosso distincto collaborador, vêm cooperar para a elucidação de questões de interesse publico.
> Quanto à concurrencia, dir-lhe-emos apenas que só a temem os jornais mal feitos.>>

[79] 1904l.
[80] Ferdinand Buisson foi autor de vasta obra muito mencionada à época como o **Dictionnaire de pédagogie et d'instruction primaire** e teve como seu auxiliar Émile Durkheim.
[81] Agosto de 1904.

> O *Correio* não receia nem nunca receiou a concurrencia do *Minas* nem de jornal algum, pois se esforça, na medida de suas forças, por cumprir o seu dever, de comum com os demais collegas que também sabem cumprir a sua missão, o que não fazemos nem podemos fazer é forçar assignaturas.
> A nossa folha, no curto espaço de seis meses de seu reapparecimento, tem já hoje vasta circulação em todo o Estado.
> Os nossos assignantes, porém, são espontâneos.
> Quanto a discutirmos o assumpto de que tratou o *distincto professor*, fal-o-á o nosso chefe, si o entender conveniente, porquanto é um competente na matéria – quando regressar de sua viagem de inspeção escolar, a que está procedendo por ordem do honrado governo mineiro. E a prova de que é elle um competente, é que o governo de Minas o mantém nesse cargo de confiança. (GUIMARÃES, 1904a, p.1).

Guimarães não só defende o amigo, como também o jornal em que trabalhava e continua sua explanação fazendo uma crítica ao órgão do governo quanto às suas funções como órgão oficial do Estado de Minas Gerais:

> E a prova, também, de que o Minas Geraes está excedendo as suas funcções de mero registro de actos officiaes – está no tom acrimonioso com que nos responde.
> O honrado governo de nosso Estado, certamente, não foi ouvido, nem consultado a esse respeito, como provavelmente também não o foi o sr. dr. Alvaro da Silveira, digno director da Imprensa Official.
> Logo só podemos atribuir essas insólitas aggressões de um orgam official, que não sabe guardar a devida compostura, a algum *espoleta* que, no caso, representa o papel do amigo urso.
> Chamamos, para o caso, a attenção do honrado governo mineiro, de quem o *Minas Geraes* é orgam official que não pode nem deve sustentar polemicas (GUIMARÃES,1904b, p. 1).

Em artigo do dia 15 de setembro de 1904, Heitor de Guimarães continua sua explanação em defesa de Estevam de Oliveira, dessa vez pelas críticas feitas pelo professor Luiz Pessanha. Esse docente foi o encarregado do parecer que aprovaria o tipo de mobiliário escolar a ser adotado pelo Governo de Minas:

> O illustrado sr. professor Luiz Pessanha, defendendo um parecer emittido a propósito de mobiliário escolar, entendeu licito endereçar o seu articulado, nominal e directamente, ao nosso chefe, não

> querendo ver que os reparos oppostos ao dito parecer partiram desta folha, em artigos impessoaes de redacção. Desde que o nosso chefe, cujo encargo de inspetor litterario lhe há imposto o penoso dever de falar sobre a matéria em documentos officiaes, cousa alugma subscreveu contrariando as opiniões do illustrado pedagogista, pareceu-nos impertinente que a elle se endereçasse a resposta, sómente a nós devida.
> Ora, repellindo nós o pressupposto de intencional e gratuita aggressão ao redactor-chefe do *Correio*, pelo único motivo de falar o mesmo com alguma autoridade em cousas de ensino, não nos occorre de facto, que móvel decidiu o illustrado professor a proceder assim.
> Como porém, de nenhum modo as suas razões finaes conseguiram destruir quanto aqui deixamos dito, não nos parece opportuno replicar ao longo e enfadonho arrazoado, onde nenhuma Idéa nova nos foi dado a apreciar.
> Effectivamente não há hoje assumpto que esteja mais exgottado, do que o referente a mobiliário escolar, taes as fontes de esclarecimento a respeito divulgadas, nesse caso a replica assumiria o aspecto de polemica, e isto repugna á nossa índole.
> Só a razão similhante nos leva a deixarmos sem exame quanto aprouve áquelle distincto pedagogista articular contra o nosso chefe, e nunca o menor intento de uma desconsideração, de que não somos capazes e que o sr. Luiz Pessanha não merece.
> Há, entanto, uma argüição que não póde passar sem protesto, porque Ella envolve accusação de tal modo grave ao autor de um relatório apresentado como base para a reforma da instrucção primaria mineira, que bastaria, por si mesma, para deitar abaixo a pretensa capacidade pedagógica do mais obscuro dos estudiosos de pedagogia (GUIMARÃES, 1904c, p. 1).

Guimarães continua o artigo defendendo Estevam de Oliveira contradizendo o autor da crítica, o professor Luiz Pessanha, utilizando como armas de defesa o próprio relatório:

> Nessa arguição se diz que o nosso chefe *commetteu erro palmar,* quando suppoz que se deve adaptar a criança ao mobiliario escolar e não este áquella.
> Si tal deixará entrever o autor do relatório em qualquer dos seus escriptos sobre o assumpto, teria elle próprio lavrado o seu diploma de supinamente ignorante em pedagogia e, por isso mesmo, não mais poderia exercer o cargo de inspetor escolar, nem num segundo annista de escola normal se deve suppor tamanha heresia pedagógica, quanto mais num inspector litterario, a quem já se commetteu o honroso encargo de apresentar o plano geral de reforma do ensino primário e normal mineiro.
> Por que então se articulou contra elle tão grave accusação? Não o sabemos, nem nos é licito atrribuil-o á má-fé do argüente. Restanos,

> apenas, como justificativa do errôneo conceito, não haver o illustrado sr. professor Luiz Pessanha prestado a devida attenção a tudo quanto o nosso chefe expendeu em seu realtorio, reduzindo a volume por ordem e deliberação do governo do Estado.
> Queira dar-se a esse trabalho o distincto pedagogista e lá enccontrará a pagina 18:
> <<Está hoje armado em regra que não é o alumno que se há de adaptar ao mobiliaro escolar, porem este áquelle. Sem a tal adaptação, que deve attender a minúcias particularíssimas, technica e pacientemente estudadas por autoridades profissinaes, não há hygiene, completa na escola. E só da hygiene, escolar hygiene, diz o notável dr. Ruy Barbosa, se poderá deduzir da hygiene geral de uma população determinada>>.
> Este simples trecho destroe a dialectica infundada e improcedente do sr. professor Luiz Pessanha.
> Onde teria então o honrado relator do Conselho Superior encontrando a heresia attribuida ao nosso chefe? É o que resta saber.
> Para que, todavia, não adquira Ella foros de plausibilidade, ahi fica o nosso protesto, feito unicamente para isso, visto como na essência dos longos e estirados artigos do sr. professor Luiz Pessanha nada encontramos que possa modificar quanto aventurámos (GUIMARÃES,1904d, p. 1).

Guimarães termina seu longo artigo afirmando que quem não merece resposta da parte do **Correio de Minas** "é o tal *Um distincto professor",* que é o autor de vários outros artigos contra Estevam de Oliveira e o jornal **Correio de Minas** pelo **Minas Gerais**, como apreciado em outros artigos.

Destaca-se que, mesmo afirmando que não se pronunciaria mais a respeito das críticas a Estevam de Oliveira e a seu jornal **Correio de Minas**, Guimarães volta a falar sobre publicação do **Minas Gerais** na seguinte crítica:

> Com relação a uma grosseria publicada pelo *Correio de Minas,* de Juiz de Fóra, referindo-se a um artigo aqui inserto sobre *Mobiliário escolar,* temos apenas a dizer que o redactor desta folha, que é engenheiro, julga acertados todos os conceitos emittidos nesse artigo, em que só se tratou de uma fôrmula chamada – de Riant (GUIMARÃES,1904e, p.1).

O redator do jornal **Correio de Minas** mostra-se bastante irritado ao proferir a resposta a esse artigo do **Minas Gerais**:

> Os termos insolentes em que está redigido este interlinhado demonstram, á evidencia, que actualmente só existe na imprensa mineira um orgam de publicidade malcriadão e grosseiro, e esse orgam é o *Minas Geraes,* desde que passou á adminstração do sr. Alvaro da Silveira.
> Mais do que malcriadão e grosseiro, o Minas Geraes não só perdeu a compostura e a gravidade que devem ser mantidas numa folha official, mas baixou ainda a editar inverdades, como justificativa de suas arremettidas aggressivas contra nós.
> É prova disto o próprio trecho transcripto. Demonstral-o-á uma simples resenha de factos (GUIMARÃES, 1904f, p.1).

O articulista do **Correio de Minas** prossegue seu longo artigo, trazendo um resumo dos fatos ocorridos até então, explicando que, estando Estevam de Oliveira ausente da cidade de Juiz de Fora, foi agredido "nominal e grosseiramente pelas columnas do *Minas"* de forma anônima em artigo intitulado "*Escreve-nos um distincto professor".* Guimarães afirma que tais artigos intentavam apenas deixar Estevam de Oliveira malquisto entre o professorado mineiro e afirma não reconhecer o **Minas Gerais** órgão superior ao **Correio de Minas** e que não responde a críticas de anônimos, esclarecendo que Estevam de Oliveira também não o faz, pois, sendo funcionário do Governo de Minas Gerais só teria obrigação de prestar satisfações ao mesmo e por essas razões se negou tantas vezes a responder arguições feitas por outros que não sejam pessoas pertencentes ao governo. Denuncia também a questão de um órgão público com a função que tem o **Minas Gerais** de reproduzir os atos do governo, sujeitar-se em ser uma folha de opinião, principalmente por ser uma folha mantida pelo dinheiro dos funcionários públicos, que são obrigados a manter essa assinatura compulsoriamente. Alega também que o redator chefe do jornal **Minas Gerais** é um desafeto de Estevam de Oliveira e o acusa de permitir que este autorize a reprodução de cartas anônimas contra um funcionário do governo e seu relatório. Acrescenta que, se fosse esse um documento errado, o próprio órgão oficial do Estado de Minas Gerais não o teria publicado. Guimarães termina seu artigo asseverando que o "*distincto professor",* que apenas assina seus artigos como A.S, curiosamente as mesmas iniciais do nome do redator do órgão oficial Álvaro da Silveira, foi movido apenas pelo motivo de "tisnar" com a reputação de Estevam, mas que esse sr. A.S. "nem perderá por esperar".

Em 21 de setembro de 1904, no artigo intitulado "Alto Lá", é retomada nova defesa em favor de Estevam de Oliveira e seu relatório, mas dessa vez o artigo

traz o histórico de como Estevam de Oliveira foi encarregado de produzir o relatório de 1902:

> Incumbido pelo illustrado sr. Dr. Wencesláo Braz, no governo do inesquecível patriota dr. Silviano Brandão, de estudar minuciosamente a organização do ensino primário e normal nos Estados do Rio e de S. Paulo, de emittir parecer sobre quanto encontrasse alli e de apresentar um plano geral de reforma neste ramo de nosso serviço publico: mantido no cargo de inspetor extraordinário de ensino pelo illustre sr. dr. Francisco Salles, e constantemente designado pelo sr. dr. Delfim Moreira, para o exame de fiscalização de institutos normaes de escolas primarias e de estabelecimentos particulares de ensino que requerem regalias de escola normal; injustificável seria a indignidade de nosso chefe, inaudita a sua cobardia, si não acudira de prompto, agora, em defesa desse acto uniforme, demonstrando a improcedência e a nihilidade da critica tardia instituida pelo sr. A.S. sobre o mérito do trabalho apresentado á sabedoria do governo.
> E tanto mais necessária é esta defesa, pois que Ella importa ainda na de duas presidências conseqüentes, quanto o ataque rude foi levado a effeito com a responsabilidade pessoal de um funccionario administrativo, sobre cujos hombros pesa a direcção do orgam official.
> Assim, pois, defender esse relatório, é defender a honra profissional de um antigo servidor do Estado, como ainda o critério do governo que o mantem, levianamente conspurcada pela irritabilidade doentia de um espírito sofregamente ávido de notoriedade á custa alheia.
> Fal-o-emos, portanto, sem o menor desfallecimento e no mesmo nível em que pairou o ataque.
> Comecemos, porém, pela gênese da obra criticada.
> *
> Em fevereiro de 1901 recebeu o nosso chefe, por deliberação espontânea do governo mineiro, a incumbência de estudar a organização do ensino primário e normal dos Estados do Rio e S. Paulo e de, relatando em suas minúcias os progressos alli colhidos em matéria de pedagogia applicada, submetter á apreciação do mesmo governo o seu modo de ver sobre o assumpto.
> Durante os mezes de março, abril e maio limitou-se o comissionado a percorrer institutos de ensino pelas cidades de Campos, Itaperuna, Petropolis e S. Paulo, e a recolher, em notas, os resultados de sua observação directa. Restou-lhe, apenas, o mez de junho para coordenar essas mesmas notas e para o necessário estudo de material de tal magnitude, que há empolgado espíritos da maior grandeza e visualidade intellectual. [...]
> [...] Consequentemente, só lhe ficava o mez de julho para a redacção final do relatório, de modo a poder o dr. Wencesláo Braz, no mez de agosto, apreciar devidamente o desempenho dado á sua incumbência.
> Do esforço empregado pelo nosso chefe, na conclusão do relatório tardiamente incriminado, foi testemunha ocular o seu pretimoso amigo dr. Antonio Carlos, actual secretario das finanças, á cuja

> intelligente apreciação ia o comissionado submenttendo os diversos capítulos do seu trabalho, á medida que os ia ultimando. Para os censores de obra feita, porém, que jamais se distinguiram por producção intellectual de espécie alguma, nada vale o alheio esforço. Empanturrados pedantescamente com sua multissimo problemática sciencia acadêmica, trepam nos tamancos e fulminam com o seu olhar jupiteriano a quantos procuram, na modéstia do trabalho obscuro, mas proveitoso, e na consulta dos mestres, contribuir também para o engrandecimento commum.
> Em um mez, portanto, no correr de julho, concluiu o inspector escolar extraordinário, ignorante e destituído mérito, na opinião do sr. A.S., do *Minas,* a redacção final do seu trabalho. E esse trabalho deu um volume de 200 paginas.
> Fez, já, o sr. A.S. cousa egual, e que mereça, ao menos, medíocre attenção de alguém?
> Não nos consta (GUIMARÃES, 1904g, p.1).

Guimarães continua esse longo artigo afirmando que o relatório, antes de ser publicado, teve seu manuscrito lido por Wencesláo Braz, o que não justificaria ser depreciado pelo sr. A.S. e que não queria com esse longo artigo fazer com que o senhor A.S. mudasse de opinião a respeito de Estevam de Oliveira, pretendendo somente demonstrar o tempo desprendido pelo inspetor para estudo das reformas empreendidas nos outros estados e a natureza de um trabalho técnico que foi feito em tão pouco tempo.

Os artigos persistem por toda semana até que, no dia 25 de setembro do mesmo ano[82], Guimarães pede desculpas aos leitores pela série maçante de artigos, mas que estes eram, em princípio, de legítima defesa a Estevam de Oliveira, que havia sido atacado rudemente e gratuitamente por acusações que já haviam sido rebatidas e pulverizadas vitoriosamente. Mas, mesmo assim, ele retoma o assunto no dia 28[83], em que discute as dimensões do mobiliário escolar e, no dia 29[84] de setembro, com o título “ultimo reducto”, rebate críticas ao relatório e diz que o sr. A.S. abandonou por incapacidade a crítica da parte substancial do relatório e partiu para injúria obedecendo às sugestões da desafeição de outros por Estevam de Oliveira.

A questão da desafeição é confirmada por este intelectual em artigo do dia 8 de outubro de 1904, intitulado “Em legítima defesa”, no qual o agredido, em longo artigo, demonstra sua indignação por ser agredido por alguém que não o

[82] 1904h.
[83] 28 de setembro de 1904i.
[84] 29 de setembro de 1904j.

conhece pessoalmente justo no momento que exercia suas funções de inspetor e encarregado do governo de fiscalizar as escolas no Sul de Minas. Ele afirma que A.S. é o próprio redator da folha oficial do Estado de Minas Gerais, fato este confirmado em público pelo próprio Álvaro da Silveira, quando afirmou que o redator do **Minas Gerais** era engenheiro e confirmava todos os conceitos emitidos nos artigos publicados nesse jornal (como citado anteriormente). A respeito do Sr. Álvaro da Silveira, o articulista se manifesta da seguinte forma:

> Patenteava-se-me então, á evidencia, o sr. dr. Alvaro, como homem desprovido de senso commum, sinão mesmo louco varrido, S.s. é infelizmente, um caso pathologico de prognóstico fatal.
> Foram necessárias provas de seu precário estado mental, e indicaria eu a sua falta de gravidade e compostura na direccção de um orgam official, para cujas columnas intentou transportar artigos de polemicas contra outros funccionarios do Estado: quizera ainda mais robustas, e tel-a-ia nessa pequena série de artigos publicados na Folha Pequena, nos quaes os destempero da linguagem não conseguia obscurecer o desalinhavo das idéas.
> A que extremos e despenhadeiros conduzem os homens os transvios da razão! (OLIVEIRA, 1904m, p. 1).

No dia 9 do mesmo mês[85], Estevam de Oliveira escreve novamente um artigo intitulado “Em legítima defesa”, no qual tece comentários sobre críticas do Sr. Álvaro da Silveira feitas a ele. Afirma, mais uma vez, que essas ofensas dirigidas a ele partem de terceiros, já que o redator chefe do **Minas Gerais** não o conhece para poder ter contra ele qualquer desafeto. Completa afirmando que está se defendendo não porque se sente ameaçado pelas críticas infundadas do articulista, mas para que não vissem no ato caráter de subserviência. E sobre as críticas feitas ao relatório, ele nem entraria no debate a respeito, por verificar depois tudo que já tinha sido dito: que ao Sr. Álvaro da Silveira faltava competência sobre o assunto, para poder chamá-lo à discussão. Termina o artigo mais uma vez falando sobre a sanidade mental do redator do **Minas Gerais** e dá indícios científicos para comprovar sua teoria.

Durante boa parte do mês de outubro de 1904, Estevam de Oliveira se pronuncia a respeito das críticas do Sr. Álvaro da Silveira. Os artigos se tornam mais

[85] 9 de outubro de 1904n.

agressivos em artigo do dia 11 do mesmo mês[86], quando Estevam refere-se ao redator do **Minas Gerais**, chamando-o de novo "Dom Quixote". Depois de traçar algumas linhas a respeito do caráter do Sr. Álvaro da Silveira, ele faz um resumo do relatório ressaltando a questão do mobiliário, esclarecendo que o estudo foi feito com base em estudos na obra de doutores no assunto e que, se o redator do **Minas Gerais** discordar de tais estudos, que apresente em bases legais e científicas documentos que comprovem o erro dele ao fazer o relatório.

No dia 12 de outubro, Estevam de Oliveira retoma o debate, mas dessa vez faz referência à Lei nº 41. Apesar de longo, é preciso reproduzi-lo na sua totalidade, para visualizar melhor as palavras que o articulista utiliza para fazer sua defesa com base em seu relatório de 1902:

> Uma das maiores cargas que me fez d. Quixote da Silveira consistiu nisto: haver eu, naquelle documento official, criticado a lei n. 41 e, conjunctamente, censurado anteriores adminstrações mineiras, por terem estas deixado em plano inferior o problema do ensino primário.
> Ainda se não viu escripto maior dislate. Só mesmo um cérebro escaldado pela febre da vesania seria capaz de engendrar tão grande monstruosidade. E aquelle conceito, emittido pelo incomparável polemista, vem salientar, de maneira inequívoca, o valor de sua dialectica.
> Ora, si a lei 41, reformando a organização do ensino que nós herdamos da antiga legislação provincial, devesse, de facto, ser intangível, maiores censuras merecem os governos que não a executaram, e que ate lhe addcionaram remendos posteriormente. De mais acre censura ainda seria passível a memória do inesquecível patriota dr. Silviano Brandão, porque este grande mineiro, relegando-a para o canto, me incumbiu de lançar o plano de uma nova reforma.
> Impeccavel aquelle monumento legislativo, para que reformal-o? Para que dispêndio inútil de dinheiros públicos com estudos posteriores?
> A quantas incongruências conduz o destemperado ataque de d. Quixote da Silveira!...
> Mais do que a mim, entretanto, veiu esse ataque ferir directamente a honrada e criteriosa administração do sr. dr. Francisco Salles.
> Foi o governo deste mineiro illustre que mandou vulgarizar o meu relatório, publicando-o no *Minas Geraes*, e reeditando-o em volume. Isto foi feito, depois de minuciosamente lida na secretaria do interior aquella peça.
> A esta circunstancia, seguem –se outras ponderosas: a de haver o mesmo sr. dr. Francisco Salles, em sua primeira mensagem dirigida ao poder legislativo na sessão do anno findo, reproduzido textualmente conceitos meus, exarados nesse mesmíssimo relatório,

[86] 11 de outubro de 1904o.

e a deter transportado ao mesmo tempo, para um documento de tão alto valor político, o plano integral de reforma por mim esboçado.
Não se comprehende, pois, a menos que se não hajam mostrado ineptas e desidiosas, que duas administrações successivas puzessem de lado a lei 41, sómente pelo prazer injustificável de a reformarem radicalmente.
Menos se comprehende ainda que o actual governo tenha mandado vulgarizar um documento nullo, segunda a opinião do sr. director do orgam official, claramente expendida nas próprias columnas editoriaes desse orgam, e ulteriormente venha documentar planos governamentaes, na resolução do grave problema, com o parecer do dito documento, assim eivado de erros grosseiros.
Ahi está como os desassisados, investidos temporariamente de funcções officiaes delicadas e melindrosas, podem crear os maiores embaraços a uma aministração séria e honesta, pacientemente entregue ao estudo de questões as mais importantes.
Admitta-se, porém, que o meu relatório não tivesse tido essa consagração solenne e que, de facto nelle houvera eu feito descabida critica, quer a lei 41, quer a administrações anteriores. Ainda assim era dever meu, e até direito inconcusso, analysar, a lei que se pretendia reformar. O facto da reforma intentada evidencia inilludivelmente que essa lei tem defeitos. Nem há lei, nem há governos immunes, que escapem ao processo critico da analyse. Incumbido de indicar um plano geral de reforma, só poderia justifical-o, criticando a lei reformável. Logo, censurar-me por isso, é praticar imperdoável dislate.
O que se deve fazer, o que se póde fazer, é verificar a procedencia ou improcedencia da minha critica; si andei mal ou bem; si são ou não acceitaveis as idéas por mim indicadas como úteis e adaptáveis ao nosso meio.
Allegar como censuravel a critica núa e crua, embora documentada, pelos próprios factos, com que o relatorio fulminou tambem a lei 41, e catar cochilos possíveis aqui e alli, é demonstrar incapacidade para o exame aprofundado da matéria, sinão tambem um plano inconfessável, preconcebido, de me ferir *à outrance.*
De egual quilate é tudo quanto ha escripto contra o relatorio d. Quixote da Silveira. Fora deste circulo de incongruências e disparates, e presumindo-se, não obstante, de *omni re scibilis et quibusdam aliis,* só sabe effectivamente xingar e reproduzir as toleimas repisadas de outro typo de envergadura congênere.
Ao envez de ir para o *Minas Geraes* escrever artigos explicativos de actos do governo; de discutir questões enconomicas, nestes tempos de estudos reaes e positivos para assim fazer jus ao nobre estipendio, com que o Estado galardos so seus servidores: deixa-se alli em santo ócio, quando não se exhibe grotescasmente a dirigir ataques inauditos, como os de que foi victima, no fim do mez recebe vencimentos pingues, sem nada fazer.
É um sujeito destes, que encampa as mofinas de quanto moleque por ahi deturpa o sacerdócio da imprensa, que me vem chamar comedor... como si outra cousa não fôra elle!...

Estevam de Oliveira (OLIVEIRA, 1904p, p. 1).

Analisando os artigos de Estevam de Oliveira, percebe-se que ele volta toda sua defesa ao seu relatório, e este tema será constante em seus artigos até o ano de 1906, quando João Pinheiro é eleito Presidente do Estado de Minas Gerais e faz a tão esperada e anunciada reforma do ensino primário e normal de Minas. Nesse período, ele deixa de enaltecer seu relatório e faz algumas críticas à reforma empreendida pelo Secretário de Interior Carvalho Britto, que assume para si todo o plano de reforma. No dia 26 de outubro (1906k), Neophyto aponta lacunas no programa e no horário instituído no plano de reforma de Carvalho Britto. Para ele, em primeiro lugar, o programa deveria contemplar conhecimentos mais úteis e práticos para as crianças; o horário escolar, segundo ele, "não possibilitava a recuperação do fôlego dos alunos". Dessa forma, propõe algumas mudanças no programa e no horário de ensino da reforma. A questão do horário será tratada em vários artigos, principalmente quando é anunciada a abertura de um novo Grupo Escolar em Juiz de Fora, no mesmo prédio onde foi instalado o primeiro. Estevam de Oliveira considerava essa medida anti-higiênica, por mexer com os horários de alimentação dos alunos.

No dia 16 do mesmo mês[87], após fazer uma análise do livro **Education et heredité**[88]**,** do sociólogo e pedagogo francês Guyau, Estevam faz uma crítica ao fato de o regulamento da reforma do ensino não ter sido publicado, apesar de já estar em execução desde setembro a lei que o autorizava. Vale ressaltar que eram comuns artigos em que o jornalista começava a versar sobre um assunto e logo depois dirigia o artigo para outro assunto, mas sempre tendo como pano de fundo assuntos educacionais.

No dia 20 de dezembro (1906m), com o pseudônimo Neophyto, Estevam faz uma retrospectiva de toda sua trajetória no Serviço Público como Inspetor de Ensino e defensor da instrução e se diz injustiçado por não ter sido considerado autor de muitas leis e projetos que figuravam no novo regulamento de ensino e que, segundo ele, continha nítida a influência de seu relatório. Sobre o assunto, ele voltou a falar em janeiro[89] de 1907, quando se defendia das críticas feitas a ele por um jornalista[90] de **A Lavoura do Comércio** de Uberaba. J. Camelo, em um artigo, afirmou terem sido desnecessárias as viagens comissionadas do Inspetor de Ensino

---

[87] 16 de dezembro (1906l).
[88] Não foi possível encontrar maiores informações sobre essa obra.
[89] 5 de janeiro de 1907c e 15 de janeiro de 1907d.
[90] O jornalista chamava-se J. Camelo, mas, não foi possível encontrar maiores informações sobre ele.

aos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Ao comentar sobre esse episódio em artigo posterior, Estevam propôs ao articulista do jornal de Uberaba o seguinte: se este comprovasse todas as afirmativas feitas, ele próprio ofereceria ao jovem jornalista uma coluna em seu jornal para que versasse sobre educação.

Percebe-se que, após esses artigos, há um afastamento do jornalista quanto aos debates sobre educação; os artigos voltados para a área educacional continuam sendo publicados em seu jornal, mas já não são tão inflamados quanto antes e, com a proximidade das eleições municipais, em julho de 1907, esses artigos vão-se tornando mais escassos, dando espaço a matérias que abordam política. Eles se tornam noticiários da educação, trazendo relatórios, chamadas para exames das escolas e dos Grupos Escolares, convocação de professores para jornada pedagógica nos Grupos Escolares e também prêmios escolares.

Em 1908, a situação não se modifica. No início do ano, há chamada para matrícula para os Grupos Escolares e, em artigo de 4 de janeiro[91], Estevam de Oliveira elogia o esforço de Carvalho Britto em prol da educação em Minas Gerais, porém ressalta que não está de acordo com todas as determinações do novo regulamento de ensino.

O estudo desses artigos possibilitou à pesquisadora conhecer um pouco mais sobre Estevam de Oliveira, sua atuação como jornalista e principalmente seu engajamento com a educação demonstrado em seus artigos. Apesar de seu trabalho como jornalista continuar até seu afastamento definitivo da redação do jornal **Correio de Minas**, em 1914, devido a seu estado de saúde, optou-se, nesta pesquisa, por priorizar os artigos do jornal até o ano de 1908 pelo fato de serem os mais significativos em relação à educação em Minas Gerais no período, lembrando que o divisor de água foi a reforma educacional de 1906. Percebeu-se, durante a análise dos artigos, que uma reforma educacional a qual remodelasse todo ensino em Minas Gerais era o maior empenho de Estevam de Oliveira no decorrer de todos os anos analisados. A questão do professorado mineiro era outra preocupação tanto no que se referia à formação destes quanto à necessidade de um plano de carreira que os beneficiasse.

---

[91] 1908.

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar Estevam de Oliveira foi um grande desafio diante da quase inexistência de materiais escritos sobre ele. Como Inspetor Técnico de Ensino, foi encarregado, em 1901, pelo então Presidente de Estado, Dr. Silviano Brandão, para estudar as bases das reformas educacionais empreendidas no Rio de Janeiro e em São Paulo, produzindo, assim, um detalhado relatório que serviria de base para a reforma de ensino em Minas Gerais, uma vez que, desde a Proclamação da República, muito pouco havia sido feito pela educação no Estado de Minas Gerais.

Com a Proclamação da República, a primeira proposta de reforma de ensino em Minas Gerais foi a Lei nº 41 de 1892, que, segundo Mourão (1962), se tivesse sido levada a cabo, teria sido uma reforma muito moderna para a época, pois continha, em seu programa de ensino, tanto para educação primária como para o ensino normal, um currículo muito avançado com clara tendência para o enciclopedismo influenciado por ideias positivistas.

A Lei nº 41 foi deixada de lado pelos governantes mineiros que, no decorrer dos anos, foram criando emendas e fazendo cortes no projeto original. Esse abandono por parte dos administradores do período deixou um *déficit* na organização do ensino em Minas Gerais, que era considerado decadente, desestruturado e lastimável.

Nesse contexto, percebe-se Juiz de Fora como uma cidade da Zona da Mata mineira em pleno processo de expansão urbano-industrial, o que corroborou na solidificação de uma sociedade bem diversificada com indivíduos atuantes nos mais diversos setores. Há um grande destaque nas letras, representadas pelas várias escolas públicas e privadas que atuavam em todos os ramos da instrução, desde o ensino primário até o ensino superior, além de uma expressiva Imprensa periódica. Na Imprensa juiz-forana, encontram-se grandes representantes das ideias republicanas, dentre eles destaca-se Estevam de Oliveira.

Estevam de Oliveira, como Inspetor Técnico de Ensino e também jornalista, utilizou-se da Imprensa, sobretudo de seu jornal **Correio de Minas**, para contribuir com a consolidação da República que ele acreditava ser viável somente através da educação. A partir da análise de seus artigos, percebe-se seu empenho no sentido de fazer da educação um projeto republicano. Assim, desde os primeiros

artigos analisados, referentes ao ano de 1897, é possível perceber sua preocupação com as leis e programas que regiam o ensino público mineiro.

A Lei nº 41, também chamada Lei Afonso Pena, foi várias vezes criticada por Estevam de Oliveira, principalmente pelos cortes e emendas que ela foi sofrendo ao longo dos anos. Muitas dessas críticas também eram relativas à inoperância do governo em colocar a lei em prática ou mesmo à incapacidade de criar outra lei que viesse substituí-la. O que Estevam não aceitava, e constantemente reivindicava em seus artigos, era a falta de uma legislação que aparelhasse o ensino público mineiro e se preocupasse com aspectos tanto estruturais (materiais didáticos, higiene escolar, mobiliário escolar, prédio escolar) quanto funcionais (programas de ensino, preparação de professores, plano de carreira, entre outros).

Com a realização de seu trabalho no Rio de Janeiro e em São Paulo, que originou o Relatório de 1902, percebe-se que Estevam de Oliveira utiliza a Imprensa para divulgar suas ideias educacionais, presentes nesse relatório por meio de muitos artigos em que ele expõe, explica ou ainda reproduz algumas de suas partes para propor mudanças no sistema de ensino mineiro, ou até mesmo para se defender de seus adversários, que lhe faziam muitas críticas.

Falar de Estevam de Oliveira é pensar algumas possibilidades de enriquecimento para a História da Educação, por exemplo, a educação como objeto de estudo e reflexão da intelectualidade brasileira durante a Primeira República e também como forma de estabelecer parâmetros para retomar o lugar dos intelectuais da educação no Brasil, no debate público atual sobre a educação pública no país.

Vago et al. (2009, p. 9, grifos do autor), na apresentação do livro **Intelectuais e Escola Pública no Brasil séculos XIX e XX**, faz uma reflexão sobre o *"esquecimento da escola pública"* no debate público dos intelectuais brasileiros sobre a democracia, a esfera pública e a participação política na atualidade. Os autores chamam ao debate a questão dos intelectuais atuais, sua atuação, comparando-os aos intelectuais do final do século XIX e início do século XX:

> De Bernardo P. de Vasconcelos, passando por Tavares Bastos, Rui Barbosa, Francisco Campos, Gustavo Capanema, Anísio Teixeira até Florestan Fernandes e Paulo Freire, mesmo com marcadas diferenças políticas, há uma crença unânime na importância da

> escola pública fundamental para o projeto de país que todos defendiam. Não era, para eles, possível pensar em um projeto Nação sem defender a participação da escola, como produto e produtora, em tal projeto (VAGO et al., 2009, p. 9).

Pensar o intelectual Estevam de Oliveira, bem como pensar sua atuação de engajamento diante das questões educacionais, abre possibilidade no sentido de pensar também até que ponto seus artigos influenciaram os governantes da época, ou mesmo a população que tinha acesso a eles. Apesar de o **Correio de Minas** ter sido um jornal local, sabe-se que havia uma divulgação desse periódico em outras cidades, como comprovado pelas cartas recebidas na redação do jornal, enviadas por confrades jornalistas de outras regiões de Minas Gerais e até mesmo pelo debate ocorrido entre os redatores dos jornais **Correio de Minas** e **Minas Gerais**, em 1904.

Infelizmente, não foi possível medir o impacto dessas ideias na população local devido à inexistência de documentos que pudessem comprovar isso. Tudo leva a crer que o Relatório de Estevam realmente tenha sido a base da Reforma empreendida por João Pinheiro em 1906, apesar de não ter sido reconhecido por esse feito e por ver parte de seu projeto original ser deturpado. O articulista mostrou-se claramente contrariado, demonstrando esse sentimento em alguns de seus artigos. Esse não reconhecimento talvez explicasse a diminuição de artigos com debates e propostas sobre educação no ano de 1907; ele passou a priorizar mais os artigos de características informativas, como publicação de relatórios, chamadas para exames das escolas, matrículas, entre outros.

Na realização desta pesquisa, os jornais foram importantes fontes para construção da mesma, contudo deixaram a desejar em relação à descontinuidade e qualidade da preservação dos exemplares encontrados, pois muitos se perderam com o tempo. Uma estratégia que talvez minimizasse as lacunas deixadas pela falta de documentos seria o estudo da rede social da qual Estevam de Oliveira fazia parte, o que seus pares deixaram registrado a respeito desse momento histórico da educação mineira, como estes agentes visualizavam essas transformações ocorridas antes e durante a instalação da República. Um estudo dessa natureza ajudaria a compor todo o contexto histórico do período, mas este trabalho não comportaria tamanha pesquisa, ficando, desse modo, como sugestão para

pesquisas futuras. Sendo assim, faz-se necessário encerrá-la não na expectativa de tratar o assunto como esgotado, mas simplesmente como marco referencial em relação ao estudo que foi pretendido.

Estudar Estevam de Oliveira, apesar das dificuldades, mostrou-se um trabalho prazeroso, sobretudo pela riqueza de seus artigos, ainda não explorados, além de contribuir um pouco mais para a historiografia da educação de Minas Gerais ao ampliar a visão sobre esse intelectual e seu pensamento educacional.

# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS


ABREU JUNIOR, Laerthe de Moraes; SILVA, Marília Neto Kappel. Estevam de Oliveira, a reforma do ensino público e o Higienismo (Minas Gerais, 1902). V CONGRESSO DE ENSINO E PESQUISA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS, Montes Claros, MG, 2009. **Anais**... Montes Claros, 2009.

ACABO DE ler o artigo... **Correio da Tarde**, Juiz de Fora, p.1, 8 mar. 1907.

ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS. **O Pharol**, Juiz de Fora, n. 111, p. 2, 13 maio 1910.

ALONSO, Angela. Crítica e contestação: o movimento reformista da Geração de 1870**. Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n. 44, out. 2000.

ANDRADE, Silvia Maria Belfort Vilela de. "**Classe Operária em Juiz de Fora**: uma história de lutas (1912-1924)". Juiz de Fora: EDUFJF, 1987.

ARANTES, Luiz Antônio Valle. Caminhos incertos, conflitos religiosos e empreendimento: a trajetória dos alemães na cidade. In: BORGES, Célia Maia. **Solidariedades e conflitos**. Juiz de Fora: UFJF, 2000. p. 89-126.

BARRETO, Abílio. Centenário de Estevão de Oliveira. **Revista da Academia Mineira de Letras***,* Belo Horizonte, v. 19, p. 148-161, 1953.

BARROS, Roque Spencer Maciel. A ilustração brasileira e a ideia de universidade. São Paulo: Convívio, Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

BICCAS, Maurilane de Souza. Impresso pedagógico como objeto e fonte para a História da Educação em Minas Gerais: revista do ensino (1925-1940). In: MORAIS, Christianni; PORTES, Écio Antônio; ARRUDA, Maria Aparecida (Org.). **História da educação**: ensino e pesquisa. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 71-106.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

_____ **A Escola dos *Annales* (1929-1989). A Revolução Francesa da Historiografia**. São Paulo: Fundação da Editora UNESP, 1997.

CAMISASCA, Marina; VENÂNCIO, Renato. Jornais mineiros do século XIX**:** um projeto de digitalização. **Revista Eletrônica Cadernos de História** – publicação do corpo discente do Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto –, Ouro Preto, v. 2, n. 1, p. 1-8, mar. 2007.

CANDIÁ, Milena Aparecida Almeida. **O artífice do consenso**: Antônio Carlos Ribeiro de Andrada no cenário educacional de Juiz de Fora (1907/1930). 2007. 143 f. Tese (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

_____; SILVA, Marília Neto Kappel da**.** A sociedade propagadora do ensino primário de Juiz de Fora – MG 1908. VII CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto, Portugal, 2008. **Anais...** Porto, Portugal: Universidade do Porto, 2008.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A Imprensa na História do Brasil**. 2. ed. São Paulo. Contexto/EDUSP, 1988

CARVALHO, Carlos Henrique de. **República e Imprensa**: as influências do positivismo na concepção de educação do professor Honório Guimarães: Uberabinha, MG: 1905-1922. Uberlândia: EDUFU, 2004.

CHAMON, Carla Simone. A construção de um intelectual: Estevão de Oliveira e suas biografias. IV CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: A EDUCAÇÃO E SEUS SUJEITOS NA HISTÓRIA. EIXO TEMÁTICO 6 - INTELECTUAIS, PENSAMENTO SOCIAL E EDUCAÇÃO, Goiânia, GO, 2006. **Anais...** Goiânia, GO: Universidade Católica de Goiás, 2006.

_____. República e educação em Estevão de Oliveira. Centenário de formação dos Grupos Escolares: Juiz de Fora 1907-2007. **Educação em Foco**, Juiz de Fora, v. 1, n. 1, p. 83-100, jan./jun., 2009a. Edição especial.

_____. Estevão de Oliveira: o intelectual e suas biografias. Belo Horizonte, 2009b (mimeo.).

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: DIEFEL, 1990. p. 15-67.

CHAUÍ, Marilena. Intelectual engajado: uma figura em extinção? In: NOVAES. Adauto (Org.). **O silêncio dos Intelectuais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 19-44.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. **A Europa dos pobres**: a *Belle Époque* Mineira. Juiz de Fora: EDUJUF, 1994.

DISCURSO pronunciado pelo advogado Gustavo Pena... **Correio de Minas**, Juiz de Fora, n. 241, p. 1, 14 dez. 1897c.

DISCURSO pronunciado pela terceiranista... **Correio de Minas**, Juiz de Fora, n. 243 p. 1, 18 dez. 1897d.

ESTEVAM de Oliveira. **O Dia**, Juiz de Fora, n. 2883, p. 112 ago. 1926.

ESTEVES, Albino (Org.). **Álbum do Município de Juiz de Fora**. Juiz de Fora, 1915.

DELIBERAÇÃO de Duarte de Abreu... **Correio de Minas**, Juiz de Fora, p. 1, 25 se. 1898d.

FALCON, Francisco. História das ideias. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. 15. reimp. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. **Dos pardieiros aos palácios**: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo: UPF, 2000.

GIROLETTI, Domingos. **O processo de industrialização de Juiz de Fora (1850-1930)**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. 1980.

GONÇAVES NETO, Wenceslau. Imprensa, civilização e educação. Uberabinha (MG) no início do século XX. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JÚNIOR, Décio. (Org.). **Novos temas em história da educação brasileira**: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG/ EDUFU, 2002. p. 197-225.

GONTIJO, Rebeca. História, política e sociabilidade intelectual. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda B.; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). **Culturas**

**Políticas, ensaios de história cultural, história política e ensino de história**. Rio de Janeiro. Mauad. 2005. p. 259-284.

GUIMARÃES, Heitor. **Juiz de Fora no Século XIX**. Juiz de Fora: Typographia. Central, 1901

_____. O bem feito *Minas Gerais,* orgam official... **Correio de Minas**, Juiz de Fora, n.155, p.1, 28 de agosto de 1904a.

_____. E a prova, também, de que o *Minas Geraes*... **Correio de Minas**, Juiz de Fora, n. 155, p.1, 28 ago. 1904b.

_____. O illustrado sr. professor Luiz Pessanha... **Correio de Minas**, Juiz de Fora, n. 170, p. 1, 15 set. 1904c.

_____. Nessa arguição se diz que o nosso chefe... **Correio de Minas**, Juiz de Fora, n. 170, p. 1, 15 set. 1904d.

_____. Com relação a uma grosseria publicada... **Correio de Minas**, Juiz de Fora, n. 172, p. 1, 17 de setembro de 1904e.

_____. Os termos insolentes em que está redigido... **Correio de Minas**, Juiz de Fora, n. 174, p. 1, 20 set. 1904f.

_____. Incumbido pelo illustrado sr. Dr. Wencesláo Braz... **Correio de Minas**, Juiz de Fora, n. 175, p. 1, 21 set. 1904g.

_____. A fórmula de Riant. **Correio de Minas**, Juiz de Fora, n. 179, p. 1, 25 set. 1904h.

_____. Ainda mobiliário. **Correio de Minas**, Juiz de Fora, n. 181, p. 1, 28 set. 1904i.

_____. Ultimo reducto. **Correio de Minas**, Juiz de Fora, n. 182, p. 1, 29 set. 1904j.

INDEFERIDO o pedido... **Correio de Minas**, Juiz de Fora, p. 1, 7 jul. 1898a.

JUIZ DE FORA possui... **Minas Gerais**, Belo Horizonte, p. 1, 26 jul. 1906.

JUIZ DE FORA evoluiu intelectualmente nos últimos anos? **Diario Mercantil**, Juiz de Fora, n. 11.272, 31 maio 1950. Suplemento. Ano do Centenário do Município.

LEVI, Giovanni. **Usos da biografia**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos & abusos da História Oral** (Org.) 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 167-182.

LE GOFF. História. In: LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: UNICAMP, 1994.

MÁXIMO, Antonio Carlos. **Os intelectuais e a educação das massas**: o retrato de uma tormenta. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

MOURÃO, Paulo Kruger Corrêa. **O ensino em Minas no tempo da República (1889-1930)**. Belo Horizonte, MG. Edição do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais. 1962.

O Sr. Dr. Director da Escola Normal... **Correio de Minas**, Juiz de Fora, n. 238, p. 1, dez. 1897a.

OLIVEIRA, Estevam José Cardoso de. Não foi apreciado... **Correio de Minas**, Juiz de Fora. p. 1, jul. 1897.

_____. Custeio das escolas primarias... **Correio de Minas**, Juiz de Fora, p. 1, 7 jan. 1899a.

_____. Continuem funcionando... **Correio de Minas**, Juiz de Fora, p. 1, 8 jan. 1899b.

_____. Quase privativamente mantido... **Correio de Minas**, Juiz de Fora, p. 1, 19 jan. 1899c.

_____. Com o numero de hoje... **Correio de Minas**, Juiz de Fora, n. 87, p. 1, 18 abr. 1899d.

_____. **Reforma de Ensino Público Primário e Normal em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais. 1902.

OLIVEIRA, Estevam José Cardoso de. O principio da vitalidade inamovível do professor... **Correio de Minas**, Juiz de Fora, n. 107, 3 jul. 1904a.

_____. Na sessão da camara dos deputados... **Correio de Minas**, Juiz de Fora, n. 20, 19 jul. 1904b.

_____. Em artigo que hoje publica... **Correio de Minas**, Juiz de Fora, n. 121, 20 jul. 1904c.

_____. A conservar-se a feição... **Correio de Minas**, Juiz de Fora, p. 1, 22 jul. 1904d.

_____. Já o facto de ser obrigatória... **Correio de Minas**, Juiz de Fora, n. 186, p. 1, 22 jul. 1904e.

_____. Si o sr. Jeronymo Fernandes... **Correio de Minas**, Juiz de Fora, n. 168, p. 1, 13 set. 1904f.

_____. Queixa-se por nosso intermédio... **Correio de Minas**, Juiz de Fora, n. 228, p.1, 23 nov. 1904g.

_____. Entretanto a lei apenas... **Correio de Minas**, Juiz de Fora, n. 250, p. 1, 18 dez. 1904h.

_____. A exma. Sra. Maria Kneip Barbosa... **Correio de Minas**, Juiz de Fora, n. 151, p. 2, 24 ago. 1904i.

_____. Sem a suppressão de todos... **Correio de Minas**, Juiz de Fora, n. 241, p. 1, 8 dez. 1904j.

_____. O *Minas Gerais* de ante-hontem... **Correio de Minas**, Juiz de Fora, n. 124, p. 1, 23 jul. 1904k.

_____. Mobiliario escolar... **Correio de Minas**, Juiz de Fora, n. 124, p. 1, 31 jul. 1904l

_____. Em legítima defesa. **Correio de Minas**, Juiz de Fora, n. 190, p. 1, 8 out. 1904m.

OLIVEIRA, Estevam José Cardoso de. Em legítima defesa. **Correio de Minas**, Juiz de Fora, n. 191, p. 1, 9 out. de 1904n.

_____. Em legítima defesa. **Correio de Minas**, Juiz de Fora, n. 192, p. 1, 11 out. 1904o.

_____. Uma das maiores cargas que me fez d. Quixote da Silveira... **Correio de Minas**, Juiz de Fora, p. 1,12 out. 1904p.

_____. O que cumpre agora... **Correio de Minas**, Juiz de Fora, n. 3, p. 1, 5 jan. 1905a.

_____. Reforma do ensino... **Correio de Minas**, Juiz de Fora, p.1, 24 fev. 1905b.

_____. O ensino primário de Minas Gerais... **Correio de Minas**, Juiz de Fora, p. 1, 4 jul. 1905c.

_____. O projeto de reforma do ensino... **Correio de Minas**, Juiz de Fora, p. 1, 22 jul. 1905d.

_____. A reforma do ensino publico... **Correio de Minas**, Juiz de Fora, p.1, 1º ago. 1905e.

_____. O relatório... **Correio de Minas**, Juiz de Fora, p. 1, 4 ago. 1905f.

_____. O relatório apresentado por Delfim Moreira... **Correio de Minas**, Juiz de Fora, p. 1, 6 ago. 1905g.

_____. Interesses partidários... **Correio de Minas**, Juiz de Fora, p. 1, 6 ago. 1905h.

_____. O novo regulamento... **Correio de Minas**, Juiz de Fora, p. 1, 5 jun. 1906a.

_____. Candidato a magistratura suprema do estado... **Correio de Minas**, Juiz de Fora, p. 1, 18 fev. 1906b.

_____. Entra em discussão na câmara dos deputados... **Correio de Minas**, Juiz de Fora, p. 1, 1º set. 1906c.

OLIVEIRA, Estevam José Cardoso de. Parecer da comissão... **Correio de Minas**, Juiz de Fora, p. 1, 2 set. 1906d.

_____. (NEOPHYTO). Toma posse como Presidente do Estado... **Correio de Minas**, Juiz de Fora, p. 1, 7 set. 1906e.

_____. (NEOPHYTO). Reforma de ensino... **Correio de Minas**, Juiz de Fora, p. 1, 13 set. 1906f.

_____. (NEOPHYTO). O novo programa... **Correio de Minas**, Juiz de Fora, p. 1, 11 out. 1906g.

_____. A implementação da reforma do ensino... **Correio de Minas**, Juiz de Fora, p. 1, 7 dez. 1906h.

_____. (NEOPHYTO). A reforma torna-se efetiva... **Correio de Minas**, Juiz de Fora, p. 1, 25 dez. 1906i.

_____. (NEOPHYTO). O programa originário da lei Raposo... **Correio de Minas**, Juiz de Fora, p. 1, 26 dez. 1906j.

_____. (NEOPHYTO). O horário adotado não possibilita a recuperação do fôlego dos alunos. **Correio de Minas**, Juiz de Fora, p. 1, 26, out. 1906k.

_____. Education et heredité. **Correio de Minas**, Juiz de Fora, p. 1, 16 dez. 1906l.

_____. (NEOPHYTO). Como defensor da instrução... **Correio de Minas**, Juiz de Fora, p. 1, 16 dez. 1906m.

_____. De muita solemnidade... **Correio de Minas**, Juiz de Fora, p. 1, 5 fev. 1907a.

_____. Retificação da noticia... **Correio de Minas**, Juiz de Fora, p. 1, 3 abr. 1907b.

_____. (NEOPHYTO). J. Camelo... **Correio de Minas**, Juiz de Fora, p. 1, 5 jan. 1907c.

OLIVEIRA, Estevam José Cardoso de. (NEOPHYTO). J. Camelo... **Correio de Minas**, Juiz de Fora, p. 1, 15 jan. 1907d.

_____. Matrícula para os grupos escolares... **Correio de Minas**, Juiz de Fora, p. 1, 4 jan. 1908.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Desde quando somos uma nação? In:_____. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo. Brasiliense. Brasilia: CNPQ, 1990. p. 77-94.

OLIVEIRA, Paulino de. **História de Juiz de Fora**. 2. ed. Juiz de Fora: Gráfica Comércio e Indústria, 1966.

_____. **Efemérides Juizdeforanas**. Juiz de Fora: UFJF, 1975.

PAIXÃO, José. Estevão de Oliveira – perfil biográfico. In: OLIVEIRA, Estevão de. **Pela República**. Juiz de Fora: [s.n.], 1896. p. 5-10.

PARECER da comissão da fazenda... **Correio de Minas**, Juiz de Fora, p. 1, 11 jul. 1898b.

PERANTE A congregação... **Correio de Minas**, Juiz de Fora, n. 230 p. 1, 9 dez. 1897b.

PORTES, Écio Antônio. Francisco Mendes Pimentel: "um homem de compreensão, de visão e de saber". In: ROCHA, Marlos Bessa Mendes da; YAZBECK, Dalva Carolina. **Cultura e História da Educação**: intelectuais, legislação, cultura escolar e imprensa. Juiz de Fora: UFJF, 2009. p. 153-166.

PROCÓPIO FILHO. José, "**Salvo erro ou Omissão"** Juiz de Fora: edição do autor, 1979.

RANGEL, José. **Como o tempo passa! Aspectos, fatos, figuras, costumes antigos e contemporâneos**. Rio de Janeiro: A Encadernadora S.A., 1940.

RAMA, Angel. **A cidade das letras**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SAVIANI, Demerval. Breves considerações sobre fontes para a história da Educação. In: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. **Fontes, história e historiografia da Educação**. Campinas. SP: Autores Associados, 2004. p. 3-12.

SILVA, Maria Aparecida de Oliveira. Biografia como fonte histórica. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**, Uberlândia , v. 20, n. 36/37, p. 9-15, 2007.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: REMOND, René (Org.) **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 231-269.

UM PROFESSOR primário acusa... **Correio de Minas**, Juiz de Fora, p. 1, 5 set. 1898c.

VAGO, Tarcísio Mauro et al. Intelectuais e escola pública no Brasil séculos XIX e XX. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009.

VIEIRA, Carlos Eduardo. História dos intelectuais: representações, conceitos e teorias. IV CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. **Anais**... Goiânia,GO: UCG. 2006.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Elites Políticas em Minas Gerais na Primeira República. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 39-45, 1995.

WOLFF, Francis. **Dilemas dos intelectuais**. In: NOVAES, Adauto (Org.). O silêncio dos intelectuais. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 45-68.

YAZBECK, Lola (Dalva Carolina de Menezes). **As origens da Universidade de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: UFJF, 1999.

_____; SILVA, Marília Neto Kappel da. Uma nova instituição de ensino na cidade de Juiz de Fora e a visão da Imprensa (1907-1908). **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, n. 7, 2009.

ZANOTTO, Gisele. História dos intelectuais e história intelectual: contribuições da historiografia francesa. **BIBLOS** – Revista do Departamento de Biblioteconomia e História – Rio Grande do Sul, FURG, v. 22, n. 1, p. 31-45, 2008.

# Livros Grátis

( http://www.livrosgratis.com.br )

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo